UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM LETRAS - PROFLETRAS

MARIA ZÉLIA ALVES NOGUEIRA

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM PALMAS DE MONTE ALTO: ANÁLISE DA CONCORDÂNCIA VERBAL NA ESCRITA DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2015

MARIA ZÉLIA ALVES NOGUEIRA

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM PALMAS DE MONTE ALTO: ANÁLISE DA CONCORDÂNCIA VERBAL NA ESCRITA DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Professor Dr. Jorge Augusto Alves da Silva
Coorientadora: Professora Drª Valéria Viana Sousa

Vitória da Conquista – Bahia
2015

N71v Nogueira, Maria Zélia Alves.

Variação linguística em Palmas de Monte Alto: análise da concordância verbal na escrita de estudantes do ensino fundamental. / Maria Zélia Alves Nogueira, 2015.

156f.

Orientador (a): Dr. Jorge Augusto Alves da Silva

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, Vitória da Conquista, 2015.

Inclui referências.

1. Língua Portuguesa - Variação. 2. Concordância verbal - Ensino. 3. Língua Portuguesa - Normas. I. Silva, Jorge Augusto Alves da. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado profissional em Letras, PROFLETRAS III. T.

CDD: 469.7

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção
UESB – Campus Vitória da Conquista-BA

MARIA ZÉLIA ALVES NOGUEIRA

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM PALMAS DE MONTE ALTO: ANÁLISE DA CONCORDÂNCIA VERBAL NA ESCRITA DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL

BANCA EXAMINADORA

_____
Professor Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (UESB)
(Orientador)

_____
Professora Drª Valéria Viana Sousa (UESB)
(Coorientadora)

_____
Professora Drª Gessilene Silveira Kanthack (UESC)
(Examinadora titular)

_____
Professora Drª Maria D'Ajuda (UESC)
(Examinadora Suplente)

Vitória da Conquista, 22 de setembro de 2015.

Resultado: _____

Poema à Monte Alto

Palmas de Monte Alto, Monte Alto, ou simplesmente, Palmas!
Aplaudida por todos nós, montealtenses,
Mãe primeira de tantas que surgiram de seus braços.
Mas eu nunca tinha mensurado, sentido, observado, amado Monte Alto
Sua cultura, seu povo, sua língua...
Sua harmoniosa língua,
Antes, ela era para mim, apenas mais uma cidade do interior baiano
Onde os falantes, ora concordavam, ora não concordavam com o referente
Nós vamos...
Nós vai...
Eles foi...
As pessoas fala...
- Vamos... dizia aos meus alunos, durante as aulas.
- Vamos, para que percebessem a diferença
Não perceberam.
Deixei passar a oportunidade,
Desconsiderei a verdadeira identidade,
Sem a qual é vão falar sobre língua, ensinar a língua, evoluir com a língua.
E, hoje, comecei a considerar a língua de outra maneira,
Valorizar o vernáculo do aluno montealtense, do seu jeito,
Levando-os a perceber em que momento precisam utilizar esta ou aquela variedade:
A formal ou a informal, culta ou coloquial, padrão ou popular.
Ainda precisa fazer poema sobre a concordância em Monte Alto?
Não.
A língua dessa cidade se tornou para mim
Identidade cultural, que pode ser:
conscientizada,
internalizada,
melhorada,
adaptada, conforme a situação.

Maria Zélia Alves Nogueira (Uma adaptação do poema de Drummond, *O poema da Bahia que não foi escrito*).

À memória de Maurício, meu irmão,

pois o amor por ele permanece vivo em nossos corações.

A Galileno e Maria Klara,

pelo amor compartilhado,

que facilitou, demasiadamente,

a realização deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, imensamente, a **DEUS**, pela minha vida, pela minha saúde e pela minha fé.

À minha família, que sempre me apoiou e soube ser compreensiva quando precisei me ausentar para me dedicar aos estudos. A Galileno, meu companheiro e amado esposo, pela compreensão, carinho e cuidado... Por acreditar nos meus sonhos e compartilhar comigo minhas vitórias e derrotas, e nunca se cansar da minha presença... Por dividir comigo todas as responsabilidades que eu, enquanto esposa e mãe, sem esse apoio não teria conseguido cumprir. À Maria Klara, minha filha, razão da minha vida! Por me encher de alegria com a sua presença e por me fazer enxergar a beleza das pequenas coisas.

Aos meus pais, Verônica e Nino, que estão sempre ao meu lado me dando apoio e aos meus irmãos: Maurício (*in memoriam*) saudades eternas! Júnior, Ozana, Rejane, Valmor, Deissy, Lucas Miguel e Marcos, pelo carinho e pelo incentivo.

À minha sogra Vitalina, pelo apoio e pela força incomensurável, principalmente, por ter cuidado da minha filha com tanto carinho e proteção. À Verônica, Galileu e Gracyanne, pelo carinho e amizade. Obrigada por toda a ajuda dedicada a mim para que eu pudesse realizar este trabalho.

Aos meus primos, tios e tias e à minha avó Marcionília, pelo carinho. Aos meus sobrinhos, pela ternura e aos meus cunhados e cunhadas, pelo incentivo e amizade.

Às amigas Cristiane e Rosângela, cuja trajetória teria sido bem mais árdua, se não fosse a companhia desses dois anjos. Obrigada pela parceria, pela união e pela amizade verdadeira.

Ao professor Jorge Augusto, que tem me orientado com tanta dedicação por esses dois anos de Mestrado. Sou eternamente grata pelas valiosas contribuições de crescimento, pelo fornecimento de material de apoio, por acreditar e ser o grande motivador deste trabalho. Pela simplicidade e pela amizade sincera.

À professora Valéria Viana, pela orientação criteriosa e pelo jeito especial de acolhimento nos momentos de dificuldade, como uma mãe que socorre a um filho... Obrigada pelo carinho e confiança. Pela oportunidade de conhecimento e amadurecimento nesses dois anos de percurso acadêmico e pela amizade sincera.

À primeira turma do Mestrado Profissional em Letras (Profletras), à equipe de coordenação, aos professores e aos colegas do curso, pela dedicação, companheirismo e amizade.

Ao grupo de pesquisa Janus, pela colaboração e solidariedade, em especial, às amigas Cristiane, Rosângela, Elenita, Renne e Leila, por compartilharmos diversos momentos de trocas e sugestões para a escrita deste texto.

À Banca Examinadora, por disponibilizar tempo para a leitura criteriosa desta dissertação e pelas valiosas sugestões. Aos professores Jorge Augusto Alves da Silva, Valéria Viana Sousa, Gessilene Silveira Kanthack e Maria D'Ajuda Alomba Ribeiro, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à UESB pela oferta do Profletras e à CAPES, pelo apoio financeiro.

À Prefeitura e à Secretaria de Educação do Município de Palmas de Monte Alto, pela concessão da licença remunerada, meus respeitosos agradecimentos.

Agradeço aos colegas do Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura, pelo apoio, compreensão, incentivo e amizade. Ao pessoal da secretaria pelo fornecimento dos dados sobre os informantes. Aos professores que permitiram a participação dos alunos nesta investigação. À direção e coordenação pelo apoio e acolhimento em todos os momentos do trabalho empírico.

Aos amigos, Cristina Malheiros, Valdinéia Costa, Jonas Araújo e Nilton Azevedo pelo fornecimento de material e pela amizade sincera.

Aos alunos informantes, que contribuíram, enormemente, para a realização desta pesquisa.

À Secretaria de Educação do Município de Matina e aos colegas do Colégio Municipal Eraldo Tinôco pelo carinho e pelo apoio durante o período de estudos.

A todas as pessoas presentes em minha caminhada, cuja companhia contribuiu, grandiosamente, para o meu crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

Investigamos, nesta pesquisa, a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural, em textos de alunos do 6º e do 7º anos do Ensino Fundamental, com faixa etária entre 11 e 18 anos de idade, do Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura, localizado na cidade de Palmas de Monte Alto-BA. Neste estudo, temos como objetivo identificar os fatores linguísticos e sociais que motivaram a ocorrência desse fenômeno e desenvolver, a partir da descrição realizada, uma proposta de intervenção didática que contribua para o ensino de Língua Portuguesa. Do ponto de vista linguístico, elegemos as variáveis realização e posição do sujeito, concordância nominal no sujeito, indicação do plural no SN sujeito, caracterização semântica do sujeito, tipos de verbo, saliência fônica e forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo e, do ponto de vista extralinguístico, as variáveis diazonalidade, sexo, renda familiar, acesso à *web*, acesso à leitura e monitoração discursiva. Acreditamos na hipótese de que o espectro da variação no contexto observado direciona-se para a aquisição das marcas de número no paradigma verbal. Neste estudo, desenvolvemos a metodologia da análise quantitativa da pesquisa Sociolinguística Variacionista, com base em Labov (2008 [1972]) e, também, a análise qualitativa. Em termos de relevância, esta pesquisa trará, no âmbito educacional, uma resposta aos anseios do grupo estudado, a partir da discussão dos resultados, e aos professores os quais poderão se utilizar da proposta de intervenção para manter ou modificar a metodologia de ensino que utilizam.

Palavras-chave: Língua. Norma. Variação. Concordância verbal. Ensino.

ABSTRACT

We investigated, in this research, the variation of verbal agreement of third person plural, in student texts of sixth and seventh years of elementary school, aged between eleven to eighteen years old, from Eliza Teixeira de Moura Municipal School, located in Palmas de Monte Alto – BA. In this study, we aimed at identifying the linguistic and social factors that motivated the occurrence of this phenomenon and developing, from the description done, a didactic intervention proposal that would contribute to the Portuguese teaching. From the linguistic point of view, we selected the variables: marking and position of the subject, noun agreement on the subject, indication of plural in the NP subject, semantic characterization of the subject, verb types, phonic salience, and form of the last constituent of the NP subject that is before the verb. From the extra-linguistic point of view, the variables zone, sex, family income, Internet access, reading access, discursive monitoring. We believe in the hypothesis that variation spectrum, in the observed context, addresses to the acquisition of the number markings on the verbal paradigm. In this study, we performed the methodology of quantitative analysis of the Sociolinguistic research, based on the contribution of Labov (2008 [1972]) and qualitative. About the relevance, this research will respond, in the educational environment, with a response to the expectations of the group studied, from the results; and to teachers who will be able to use the intervention proposal to maintain or modify the teaching methodology that they make use.

Keywords: Language. Standard. Variation. Verbal Agreement. Teaching.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1. Localização do município de Palmas de Monte Alto..... 62

Figura 2. Igreja Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens (1957)..... 63

Figura 3. Vista panorâmica de Palmas de Monte Alto (19--)..... 64

Figura 4. Praça do comércio (1957)..... 64

Figura 5. Vista panorâmica da cidade (2012)..... 67

Figura 6. Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura (2015)..... 68

Figura 7. Desfile 7 de setembro em Palmas de Monte Alto (2010)..... 69

Figura 8. Desfile 7 de setembro em Palmas de Monte Alto (2013)..... 69

Quadro 1. Informantes da zona rural e urbana de Palmas de Monte Alto..... 73

Quadro 2. Aplicação da marca de plural em algumas pesquisas relacionadas ao PB na fala..... 95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Variação da CV de P6 na escrita dos alunos..... 94

Gráfico 2. Índice de concordância na variável saliência fônica..... 97

Gráfico 3. Índice de concordância na variável forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo 101

Gráfico 4. Índice de concordância na variável realização e posição do sujeito 104

Gráfico 5. Índice de concordância na variável tipos de verbo..... 107

Gráfico 6. Índice de concordância na variável indicação do plural no SN sujeito..... 109

Gráfico 7. Índice de concordância na variável concordância nominal no sujeito..... 110

Gráfico 8. Índice de concordância na variável diazonalidade..... 113

Gráfico 9. Índice de concordância na variável monitoração discursiva..... 115

Gráfico 10. Índice concordância na variável acesso à web..... 117

Gráfico 11. Índice de concordância na variável renda familiar 118

Gráfico 12. Índice de concordância na variável acesso à leitura..... 121

Gráfico 13. Índice de concordância na variável sexo..... 123

Gráfico 14. Índice de alunos que atingiram 100% de acerto nas atividades realizadas 139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Frequência geral da variação da CV de P6 na escrita dos alunos..... 93
Tabela 2. Aplicação da marca de plural em função da saliência fônica..... 97
Tabela 3. Aplicação da marca de plural em função da saliência fônica 98
Tabela 4. Aplicação da marca de plural em função da forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo 99
Tabela 5. Aplicação da marca de plural em função da forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo 101
Tabela 6. Aplicação da marca de plural em função da realização e posição do sujeito..... 103
Tabela 7. Aplicação da concordância na realização e posição do sujeito em função da diazonalidade..... 104
Tabela 8. Aplicação da concordância na realização e posição do sujeito em função da renda familiar..... 105
Tabela 9. Aplicação da marca de plural em função dos tipos de verbo..... 107
Tabela 10. Aplicação da marca de plural em função da indicação do plural no SN sujeito..... 108
Tabela 11. Aplicação da marca de plural em função concordância nominal no sujeito..... 109
Tabela 12. Aplicação da marca de plural em função da diazonalidade..... 113
Tabela 13. Aplicação da marca de plural em função da monitoração discursiva..... 115
Tabela 14. Aplicação da marca de plural em função do acesso à *web*..... 116
Tabela 15. Aplicação da marca de plural em função da renda familiar..... 118
Tabela 16. Aplicação da marca de plural em função do acesso à leitura..... 121
Tabela 17. Aplicação da marca de plural em função do sexo..... 122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CV	Concordância verbal
P4	Primeira pessoa do plural
P6	Terceira pessoa do plural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inaf	Indicador de Alfabetismo Funcional
NURC	Norma Urbana Culta
PB	Português Brasileiro
PE	Português Europeu
SN	Sintagma Nominal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS 21
1.1 A língua na perspectiva da Sociolinguística Variacionista 21
1.2 Concepções de gramática 26
1.3 Norma e variação 31
2 BREVE INCURSÃO SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS 38
2.1 A tradição gramatical 38
2.2 A visão dos dialetólogos 45
2.3 A abordagem linguística 48
2.3.1 A contribuição das pesquisas sociolinguísticas 51
3 METODOLOGIA 61
3.1 O local da pesquisa 61
3.1.1 O município de Palmas de Monte Alto 62
3.2 O *corpus* 70
3.2.1 A seleção dos informantes 71
3.2.2 O perfil dos informantes 72
3.2.3 A aplicação das atividades 74
3.3 A análise dos dados 75
3.3.1 Variável dependente 76
3.3.2 Variáveis linguísticas independentes/ explanatórias: o contexto linguístico 76
3.3.2.1 Realização e posição do sujeito 77
3.3.2.2 Concordância nominal no sujeito 78
3.3.2.3 Indicação do plural no SN sujeito 79
3.3.2.4 Caracterização semântica do sujeito 80
3.3.2.5 Tipos de verbo 80
3.3.2.6 Saliência fônica 81
3.3.2.7 Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo 84
3.3.3 Variáveis extralinguísticas independentes/explanatórias: o contexto social 85

3.3.3.1 Diazonalidade 85
3.3.3.2 Sexo 87
3.3.3.3 Renda familiar 88
3.3.3.4 Acesso à *web* 89
3.3.3.5 Acesso à leitura 90
3.3.3.6 Monitoração discursiva 91
3.3.4 O programa estatístico *Goldvarb* 92
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS 93
4.1 Variáveis linguísticas independentes ou explanatórias 95
4.2.1 Saliência fônica 96
4.2.2 Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo 99
4.2.3 Realização e posição do sujeito 102
4.2.4 Tipos de verbo 106
4.2.5 Indicação do plural no SN sujeito 108
4.2.6 Concordância nominal no sujeito 109
4.3 Variáveis extralinguísticas 110
4.3.1 Diazonalidade 111
4.3.2 Monitoração discursiva 114
4.3.3 Acesso à *web* 115
4.3.4 Renda familiar 117
4.3.5 Acesso à leitura 120
4.3.6 Sexo 122
4.4 Conclusão da análise 124
5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DIDÁTICA 127
5.1 Aplicação da proposta 129
5.2 Avaliação dos resultados 139
CONSIDERAÇÕES FINAIS 141
REFERÊNCIAS 143
ANEXOS 152

INTRODUÇÃO

Nenhuma língua é unitária e homogênea, segundo os postulados labovianos, haja vista que a variação linguística não só é factível, mas analisável, dentro de pressupostos que vejam os fatores condicionantes, sejam eles linguísticos ou extralinguísticos, para a ocorrência de uma ou de outra forma. Faraco (2008, p.32) afirma que "uma língua é uma entidade cultural e política e não propriamente uma entidade linguística". A partir dessa reflexão e ancorados na Sociolinguística Variacionista, entendemos a língua como uma realidade heterogênea, estruturada como um sistema em mudança contínua, politicamente constituída e explicável por sua história social e cultural.

Assim, este estudo desenvolve-se a partir da concepção de que "a língua é uma forma de comportamento social" (LABOV, 2008, p. 215), tendo em vista que todos os seres humanos se comunicam em um contexto social de interações, assumindo diferentes papéis em esferas distintas da sociedade. Por ser a língua um instrumento de comunicação que serve a uma coletividade e que, por isso, sofre variação constantemente a critério de seus agentes, estes, ao utilizá-la, com ou sem consciência explícita de sua estrutura, trazem para seu discurso características socioculturais que podem facilmente identificar a sua origem. Em outros termos, o homem fala do lugar em que se insere geográfica, ideológica e culturalmente.

Dessa maneira, encontramos respaldo nas palavras de Alkmin (2001, p.39), que diz: "no ato de interagir verbalmente, um falante utilizará a variedade linguística relativa à sua região de origem, classe social, idade, escolaridade, sexo etc. e segundo a situação em que se encontrar". Então, se a língua em suas variedades permite ao falante diferentes possibilidades de uso, acreditamos que essas variedades, por sua funcionalidade, possam ser estratificadas sem que sejam estigmatizadas.

Partindo dessa reflexão, pretendemos, com esta pesquisa[1], investigar o fenômeno da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural (CV de P6) que se apresenta na escrita dos alunos do 6º e do 7º anos do Ensino Fundamental do Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura, do município de Palmas de Monte Alto-BA, bem como auxiliar os professores na compreensão das ocorrências encontradas nas referidas produções textuais.

[1] O projeto que deu origem a esta dissertação, intitulado *Variação e uso da concordância verbal na escrita de estudantes do Ensino Fundamental II*, foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) nº: 850.844.

Esta investigação se justifica, pois, por ser a concordância verbal, um fator de distinção entre os falantes da variação de prestígio e os da variação popular da língua, esse fenômeno acaba disseminando o preconceito linguístico e a exclusão daqueles que não se enquadram nos padrões da norma culta. Por essa razão, "o forte contraste entre o uso ou não do mecanismo de concordância e as políticas de ensino [...] indicam a necessidade de se conhecerem as regras em uso pelas diversas comunidades de falantes" (VIEIRA, 2009, p. 85).

Para analisar o uso da concordância verbal, consideramos algumas questões norteadoras levantadas por Bortoni-Ricardo (2011, p. 14), que ora interpretamos e adaptamos à nossa realidade:

a) A manutenção da distinção rural/urbano, no interior do estado da Bahia, pode ser explicada por meio de quais fatores condicionantes (linguísticos e extralinguísticos) do uso da forma de prestígio da concordância verbal?
b) Como a democratização do ensino e a popularização da escola atuam na gradativa diminuição das diferenças entre aqueles que usam a norma padrão e normas não-padrão?
c) Com base no estudo da variação linguística referente à CV de P6, podemos falar de tendência à aquisição, à perda ou à manutenção da morfologia flexional de origem românica?

Procuramos, por meio desta pesquisa, responder a essas indagações, assim como buscar novas alternativas para o ensino no cenário escolar, especificamente, em se tratando do emprego da concordância verbal, à luz da Teoria Sociolinguística.

Assim, levantamos as seguintes hipóteses: (1) a não realização da concordância verbal na flexão de número na terceira pessoa do plural está relacionada à origem dos adolescentes; (2) devido à heterogeneidade da escola escolhida – pois recebe alunos tanto de comunidades rurais como de bairros diversos da cidade – embora os docentes que nela atuam, cumpram a tarefa de ensinar a norma padrão, ainda há um enorme contraste entre a metodologia adotada por alguns professores e o contexto linguístico dos alunos; e (3) não obstante o uso variacional da concordância verbal seja categórico no Português Brasileiro (PB), conforme apontam resultados revelados em pesquisas sociolinguísticas, acreditamos que os falantes investigados apresentam uma tendência para a aquisição das marcas de plural nos verbos.

Para a análise dos dados desta pesquisa, utilizamos um *corpus* constituído de 80 (oitenta) textos narrativos produzidos por 20 (vinte) informantes, sendo 10 (dez) alunos oriundos de localidades rurais e 10 (dez) oriundos da região urbana, igualmente estratificados por diazonalidade (rural/urbano) e sexo (masculino/feminino).

A partir dos resultados desta investigação, apresentamos uma proposta de intervenção didática visando à adoção de uma metodologia de ensino de gramática pautada no uso linguístico. Nesse sentido, é válido afirmar, segundo Moura Neves (2003), que o ensino precisa considerar a heterogeneidade da língua, porque, muitas vezes, o que é transmitido em favor do paradigma normativo não corresponde ao que, de fato, está sendo realizado, linguisticamente, pelo aluno. Assim, "o nível a que se limita a análise (oração) não é o nível ao qual a linguagem chega (que é o constructo da oração)" (NEVES, M., 2003, p. 113).

A escola de outrora se restringia ao *magister dixit* e ao livro didático. No entanto, hoje, a nova escola vivencia a ampliação da clientela, bem como da concorrência com estímulos externos. Para enfrentar essa nova demanda que inclui, em sala de aula, realidades linguísticas diversas, é preciso não só investir em aparelhamento inovador, mas em práticas didático-pedagógicas calcadas na pesquisa *in loco*, que permitem evidenciar a realidade do aluno, trazendo ao professor mecanismos eficientes de enfrentamento de questões de como ensinar formas de prestígio a discentes, cujo vernáculo, em termos labovianos, revela características atávicas, ligadas a um meio rural expurgado da cultura letrada e até beletrista. Em suma, com a ampliação das variedades da língua, resultado da complexidade das relações sociais e dos meios de comunicação de massa, a escola passa a ter uma caracterização nova, tendo de investir em propostas de ensino significativas, capazes de tornar efetiva a democratização linguística.

Por isso, cremos que a escola precisa entender a língua como uma realidade heterogênea, aberta a mudanças, pois tal entendimento nos levaria a compreender melhor a diversidade linguística peculiar à sociedade em que vivemos, já que procuramos, por meio de muitas conquistas, garantir a valorização das identidades dos grupos que compõem a nação brasileira. Nesse sentido, a Sociolinguística vem apresentar muitos "caminhos a serem trilhados".

Para nos auxiliar em tal percurso, lançamos mão do aparato teórico fornecido por diversos pesquisadores, dentre os quais: Lucchesi (2000), Moura Neves (2003), Silva (2005), Franchi (2006), Naro e Scherre (2007), Labov (2008 [1972]), Faraco (2008), Bortoni-Ricardo (2011), Mollica (2011; 2013) e Araújo (2014).

Esta dissertação está organizada em cinco seções, a saber: *A teoria*; *Breve incursão sobre a concordância verbal no Português*; a *Metodologia*; a *Análise e discussão dos dados*; e a *Proposta de intervenção didática*.

Na **seção 1,** *A teoria,* abordamos uma discussão sobre língua, gramática e norma. Primeiramente, apresentamos o percurso da língua, desde o surgimento dos primeiros estudos

linguísticos até o surgimento dos estudos de cunho sociolinguístico – ponto de partida em que se apoia esta pesquisa – e, posteriormente, tratamos das concepções de gramática tradicional, descritiva e internalizada, buscando subsídios nas duas últimas, como proposta de ensino. Ademais, discutimos questões sobre norma e variação linguística, ancorados, principalmente, em Faraco (2008), com a finalidade de mostrar o contexto de heterogeneidade linguística que caracteriza o PB, desmistificando alguns equívocos, geralmente, atribuídos ao termo norma.

Na **seção 2**, *Breve incursão sobre a concordância verbal no Português*, evidenciamos os posicionamentos de diversos autores sobre o tratamento dado à concordância verbal no PB, estabelecendo um paralelo entre a abordagem tradicional e a abordagem sociolinguística. Buscamos, nessa seção, trazer esclarecimentos mais aprofundados sobre o tema, bem como a caracterização da realidade linguística brasileira, a partir das visões de muitos gramáticos e pesquisadores dessa temática. Defendemos a posição assumida por Lucchesi (2000) de que há, no PB, uma bipolarização linguística, tendo em vista que, de um lado, está a norma popular, falada pelas classes populares e pelas populações rurais e, de outro, a norma culta (próxima da norma padrão), falada pela população urbana culta.

Na **seção 3**, a *Metodologia*, procuramos mostrar como será realizada a pesquisa e a constituição do *corpus* e, ainda, os procedimentos utilizados para a análise dos dados. Apresentamos algumas considerações sobre o local da pesquisa, traçamos o perfil dos informantes e abordamos a variável dependente, assim como as variáveis linguísticas e extralinguísticas que serão discutidas na seção 4 deste trabalho.

Na **seção 4**, *Análise e discussão dos dados*, apresentamos a descrição do fenômeno linguístico, CV de P6, nos dados recolhidos que, posteriormente, analisamos e interpretamos, conforme a Teoria da Variação laboviana, a partir das hipóteses levantadas e dos estudos realizados.

Na **seção 5,** *Proposta de intervenção didática*, promovemos uma discussão sócio-pedagógica do tema, tendo em vista a adoção de um ensino de gramática que considere a língua em sua dinamicidade, cujo material didático utilizado poderá servir de apoio ao professor de Língua Portuguesa em sua prática de ensino. A presente proposta foi desenvolvida após a análise dos resultados, os quais serviram de base para a elaboração das atividades sugeridas.

A importância deste trabalho se deve à possibilidade de compreensão do contexto sócio-histórico em que se formou o PB, assim como do fenômeno da concordância verbal, o que possibilitará melhorias para o ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa no atual contexto.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para subsidiar as discussões referentes à proposta desta pesquisa, apresentamos a seguir as perspectivas teóricas relacionadas às noções de língua, gramática, norma e variação, buscando, na Sociolinguística, o direcionamento para o desenvolvimento do trabalho que aqui se apresenta. Nas palavras de Severino (2004, p. 162), a pesquisa deve evidenciar a teoria que "constitui o universo de princípios, categorias e conceitos, formando sistematicamente um conjunto logicamente coerente, dentro do qual o trabalho do pesquisador se fundamenta e se desenvolve".

Ademais, como, por meio da presente pesquisa, visamos melhorias para o ensino, também buscamos, nesse referencial, informações que contribuam com as práticas didático-pedagógicas nas aulas de Língua Portuguesa, principalmente em se tratando do ensino de concordância verbal, no contexto linguístico analisado, ancorados em Moura Neves (2003), Franchi (2006), Faraco (2008) e Mollica (2011).

1.1 A língua na perspectiva da Sociolinguística Variacionista

Nesta subseção, desenvolvemos um debate sobre língua na perspectiva da Sociolinguística Variacionista, cuja teoria trouxe valiosas contribuições para a compreensão do nosso objeto de estudo e para o entendimento das questões que envolvem as práticas sociais de usos linguísticos realizadas pelo grupo estudado. Assim, buscamos, a partir dessa teoria, compreender o fenômeno da variação da concordância verbal no PB, bem como na escrita dos alunos de Palmas de Monte Alto que ora investigamos.

A língua vem sendo estudada por muitos estudiosos interessados em entender a sua complexidade, desde épocas mais antigas. Mais especificamente, conforme Petter (2014), os primeiros registros remontam do século IV a. C., realizados, por motivos religiosos, pelos hindus, dentre os quais destaca-se Panini (século IV a. C.), que, posteriormente, descreveu sua língua, detalhadamente.

Segundo Petter (2014), somente no século XIX é que os estudos da linguagem vão se direcionar para as línguas vivas e para o estudo comparado das línguas, tendo como princípio o fato de que as línguas mudam gradativamente, de maneira natural, ao considerar o desenvolvimento da comunicação como um fato regular. A partir daí, os estudiosos compreenderam que os processos de transformação na língua, ocorridos em diversos períodos

por eles observados, podiam ser explicados por mudanças que aconteciam na fala popular da sociedade da época correspondente.

Com o surgimento da Sociolinguística Variacionista, no início da década de 1960, a partir dos trabalhos de William Labov e Herzog, a língua passa a ser entendida em seu caráter social. Os estudiosos dessa teoria têm como objetivo principal abordar a variação nos estudos linguísticos, tendo em vista que o Estruturalismo[2] e o Gerativismo[3] não incluíram esse aspecto da língua em suas pesquisas. Na perspectiva da Sociolinguística Variacionista, "*o objeto de estudo da linguística não é apenas a língua ou as línguas, mas a comunidade social sob seu aspecto linguístico*" (CALVET, 2002, p.127, grifos do autor), de modo que, para os estudiosos dessa corrente, a língua é heterogênea e não homogênea, como pensavam os estruturalistas, no início do século XIX e os gerativistas, em seguida.

Destarte, as diferentes formas de usos linguísticos evidenciados numa mesma comunidade de falantes são exemplos claros de que a heterogeneidade linguística pode ocorrer dentro de uma suposta homogeneidade. Se observarmos o PB, por exemplo, percebemos que, em um país tão grande como o Brasil – não obstante nos comunicamos de norte a sul utilizando uma única língua – são apresentadas diferenças/variações regionais que acabam separando, linguisticamente, o território nacional. De tal modo que podemos facilmente identificar um falante pela sua região de origem (paulista, baiano, pernambucano, gaúcho, etc.), pois cada um deles carrega traços e peculiaridades linguísticas característicos de sua comunidade de fala.

Os pesquisadores da Sociolinguística estudam a língua em seus diferentes contextos de uso, cuja variação é vista como um processo que ocorre não por acaso, mas devido a fatores linguísticos e sociais. Desse modo, consideram a língua como um sistema inerentemente

---

[2] Foi com a publicação do Cours de Linguistique Générale, de Ferdinand de Saussure, em 1916, que teve início o estruturalismo linguístico. Para Saussure, a língua é um "conjunto de signos" organizados entre si para formar as sentenças. A linguagem é vista por ele como o conjunto dos fatos linguísticos que se dividem na dicotomia *langue* (língua) e *parole* (fala), assim, "tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro" (SAUSSURE, 1993, p. 16). A partir do Estruturalismo, Saussure concebe a língua como fato social, contudo, considera o sistema abstrato como o objeto central do estudo da linguística, assim como também pensavam seus precursores neogramáticos (MATTOS E SILVA, 2008). Por isso, mesmo reconhecendo a dicotomia língua e fala, em seu corte metodológico, Saussure privilegia o estudo da língua, por considerá-la uniforme, podendo ser estudada separada do contexto social, uma vez que ela é de natureza psíquica, está na mente do falante e não sofre modificação. Já a fala, de natureza psicofísica, que é a realização concreta da língua e sujeita à variação, não é de interesse de Saussure em suas pesquisas.

[3] No Gerativismo, que surgiu na década de 1950, Noam Chomsky discute a língua a partir da competência de um falante ideal, pertencente a uma comunidade de fala homogênea. De acordo com essa teoria, por não sofrer influências do meio externo, esse falante ideal não comete erros linguísticos no desempenho real (HORA, 2004, p. 17). Nessa teoria, há uma busca por uma "[...] gramática internalizada na mente/cérebro dos falantes, gramática, portanto individual; tem um método dedutivo, parte de princípios ou axiomas que são testados nos dados ou do próprio linguista ou nos dos falantes nativos de determinada língua" (MATTOS E SILVA, 2008, p. 43).

variável, propenso a mudanças e, portanto, heterogêneo. Nesse sentido, a variação não afeta a estrutura da língua, uma vez que ela (a língua) é considerada como um sistema[4]. Logo, ordenado. Nesse ínterim, segundo Weinreich, Herzog e Labov (2006 [1968]), a variação ocorre em função de um processo em que dois códigos coexistem dentro de um mesmo sistema, no qual, por meio da mudança, um prevalece sobre o outro que, a partir de então, passa a ser obsoleto. Contudo, "nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade" (WEINREICH; HERZOG; LABOV, 2006, p. 125).

Por outro lado, nos estudos de Saussure, a língua é desvinculada de sua dimensão histórica, pois ela se constitui a partir de uma projeção sincrônica e não diacrônica. Assim, no estruturalismo saussuriano, conforme Lucchesi (2004), a língua é teoricamente estruturada, de forma abstrata, ou seja, não tem compromisso com a observação empírica e concreta de como é, de fato, utilizada. Portanto, o fenômeno da variação e mudança é situado fora da língua e, dessa maneira, a relação de aproximação que há entre língua e linguagem não é considerada.

De modo semelhante, os estruturalistas americanos estavam preocupados em "desenvolver um método de análise sincrônica[5], principalmente das línguas indígenas da América" (MATTOS E SILVA, 2008, p.41). Dentre eles, quem trouxe a teoria da mudança de forma mais abrangente foi Sapir, com a proposta da "teoria da deriva" *drift*[6]. Entretanto, Sapir não separa a mudança fônica da morfológica ou sintática. Nesse sentido, Mattos e Silva (2008) afirma que:

> Para Sapir, a mudança linguística não era errática nem casual, obedece a uma deriva, que pode ser determinável, a partir do próprio sistema ou estrutura. Não desenvolve, contudo, um método para demonstrar o seu ponto de vista; esboça um caminho para o entendimento do problema (MATTOS e SILVA, 2008, p.42).

Podemos inferir que a linguagem na concepção de Sapir é um produto da cultura humana, e a ela seu sistema se adéqua para que haja comunicação. Todavia, devemos salientar

---

[4] Um sistema nada mais é do que um conjunto de elementos, concreto ou abstrato, intelectualmente organizado.

[5] De acordo com Mattos e Silva (2008), este estudo sincrônico foi feito diacronicamente e nele as mudanças linguísticas não foram analisadas, pois o próprio Bloomfield considerou impossível a observação das causas e condições de tais fenômenos. Assim, essa projeção diacrônica resultou em um método histórico de reconstrução interna que possibilitou a comparação entre os dialetos sincrônicos das línguas indígenas, ágrafas. Segundo a autora, mesmo com a presença do estruturalismo, esse método foi considerado o ponto de partida para trilhar as etapas do passado histórico de tais línguas.

[6] A ideia de *drift* românico usada por Sapir (uma tendência secular) levaria nossos estudiosos a generalizarem questões de concordância, apontando para uma realidade de perda de flexão, já que esse foi o caminho feito do latim vulgar ao se transformar em línguas românicas.

que o estruturalismo[7] linguístico centrou sua munição em aspectos fonético/fonológicos e morfológicos, dando pouca atenção aos sintáticos ou morfossintáticos, como é o caso da concordância.

Para Mattos e Silva (2008), tanto o Estruturalismo como o Gerativismo visam ao estudo sincrônico, deixando os aspectos relacionados à mudança, desde os neogramáticos, em caráter secundário. Ressalta ademais que, somente em 1962, quando Chomsky já abandonava o primeiro modelo "*Syntactic Structures"*, que entra em cena o segundo, o chamado modelo padrão, a partir da publicação de M. Halle[8] "*Phonology in Generative Grammar"* com algumas reflexões sobre a mudança.

Dando continuidade à discussão a respeito da mudança, Mattos e Silva (2008) argumenta que a mudança linguística, entretanto, é vista por esses gerativistas como mudanças de regras na gramática, uma vez que o contexto do gerativismo[9] está vinculado a uma teoria linguística geral, que engloba a aquisição e a construção da gramática na mente do indivíduo.

Lucchesi (2000) e Lopes (2001), dentro do escopo da Sociolinguística, lançam olhares sobre a teoria gerativista no tocante à aquisição de morfemas e, dessa teoria, retiram uma linha do percurso de aquisição de marcas, reconhecendo que, na co-ocorrência e na concorrência de duas gramáticas (uma delas de natureza descrioulizante), haveria estruturas cuja aquisição seria facilitada por motivação cognitivo-estrutural. Devemos alertar, contudo, que os pesquisadores supracitados apenas utilizam o aparato da aquisição da linguagem desenvolvida pelos estudos gerativistas, mas rejeitam os postulados de falante ideal e língua ideal.

---

[7] Camacho (2013, p. 41) afirma que "a idealização operada por Saussure se completa com a noção de objeto de estudos desenvolvida por Chomsky, centrada na competência em oposição ao desempenho". Portanto, assim como Saussure, Chomsky estabelece as dicotomias *competência*, relacionada à *langue*/língua e *desempenho/performance*, relacionado a *parole*/fala (HORA, 2004). Diante dessa dicotomia, a língua só poderia ser estudada em sua natureza homogênea, que equivale à competência do falante. Por outro lado, o que pertencesse à fala, que faz parte do desempenho do falante e que sofre influências externas, era irrelevante para seus estudos.

[8] Halle concentra seus estudos, principalmente no processo de transmissão da mudança de geração para geração. Assim, "partindo do princípio de que a manutenção da inteligibilidade é fundamental, Halle é de opinião de que o número de regras diferentes de uma geração para outra está condicionado pela mudança" (MATTOS E SILVA, 2008, p. 44).

[9] Para Kenedy (2013), o Gerativismo considera a linguagem humana como um fenômeno externo ao indivíduo em que os hábitos linguísticos se fixam na mente humana mediante estímulos repetitivos. Chomsky, a partir dessa teoria, trouxe a ideia de que a mente humana tem um potencial criativo, por sua capacidade de criar sentenças e, dessa forma, considera a criatividade como o aspecto mais importante da mente humana. Para ele, a capacidade linguística humana resulta de uma predisposição genética interna do ser humano, uma habilidade inata conhecida como *faculdade da linguagem*.

Na presente pesquisa, consideramos que, em virtude da diversidade sociocultural dos falantes, muitas mudanças podem ocorrer na estrutura da língua, visando ao favorecimento do processo de comunicação natural dos seres humanos. Essas mudanças ocorrem devido à influência de diversos fatores condicionantes. Nesse contexto, os estudiosos da Sociolinguística procuram investigar como determinado fenômeno está sendo favorecido no uso da língua ou desaparecendo, através da constatação do número de ocorrências de uso de uma variante (CEZÁRIO; VOTRE, 2013).

Labov (2008 [1972]), por exemplo, em seu estudo sobre a ilha de Martha's Vineyard, observou as variáveis linguísticas (ay) e (aw), através de um estudo sistemático do padrão de centralização dessas variantes, e, em seu estudo sobre a estratificação do (r) na cidade de Nova York, observou três lojas de departamento para investigar a presença ou ausência da consoante (r) em posição pós-vocálica. O autor reporta, a partir dessa observação, que a distribuição social da língua está condicionada pela estratificação social que permeia a vida da comunidade que a utiliza. Nas palavras de Bernard Barber, "a estratificação social é o produto da diferenciação social e da avaliação social" (BARBER, 1957 *apud* LABOV, 2008, p. 64).

Lucchesi (2004), assim como Labov, argumenta que a língua está sujeita a um processo gradual de mudança, condicionada pelo contexto histórico, social ou cultural de um grupo de falantes. E, a esse respeito, afirma:

> [...] apesar de a língua possuir uma organização estrutural que apresenta uma lógica própria de funcionamento, essa organização estrutural é permeada por influxos da organização sócio cultural da comunidade de fala, já que a funcionalidade da língua constitui um produto cultural historicamente condicionado e deve ela mesma responder às necessidades apresentadas pelo desenvolvimento sócio cultural da comunidade que a utiliza (LUCCHESI, 2004, p. 61).

De acordo com esse autor, as mudanças tendem a ocorrer naturalmente na estrutura da língua, a fim de atender às necessidades comunicativas de seus falantes, os quais são os responsáveis por mobilizá-la e reorganizá-la por meio da inserção de ajustes e inovações que possibilitem novas interpretações.

Concluímos, pois, que, não obstante as diferentes concepções teóricas apresentem direcionamentos distintos, nenhuma teoria exclui a outra, e todas trouxeram, efetivamente, valiosas contribuições para a Linguística. Mas, naturalmente, com o surgimento de novas ideias, vão sendo acrescentadas novas possibilidades de se entender e tratar os fenômenos linguísticos, que ora vão surgindo. Em nossa pesquisa, em função da natureza do que

estudamos, elegemos a Teoria Sociolinguística como norteadora deste estudo por encontrarmos nela o entendimento de que a língua é uma realidade heterogênea e por tal entendimento nos levar a buscar novas formas de abordar as questões relativas ao sistema linguístico.

Nesse contexto, pensamos que, por meio da escola, que exerce um papel primordial na formação de seres humanos, poderemos contribuir mais na construção de uma sociedade mais democrática e menos preconceituosa, no sentido de levar o aluno a refletir sobre a língua em diferentes contextos de uso, com respeito às variedades. Em relação às contribuições da Sociolinguística para a compreensão da concordância verbal como um fenômeno variável, havemos de tecer comentários mais aprofundados na seção 2 deste trabalho.

1.2 Concepções de gramática

Nesta subseção, abordamos algumas concepções de gramática, a fim de mostrar quais dessas concepções têm contribuído mais para uma postura reflexiva por parte dos professores de Língua Portuguesa. Assim, buscamos conceituar as concepções de gramática normativa, descritiva e internalizada, com base em Franchi (2006), com o objetivo de trazer a luz necessária a esse aspecto, no trabalho que aqui se apresenta.

A concepção normativa de gramática, segundo esse autor, tem origens muito remotas. Fundamentada em Soares Barbosa[10], ela aparece nas gramáticas de Port-Royal, no século XVII, tendo como princípio acoplar a utilização da linguagem formal ao pensamento. Na gramática de Port Royal, Lancelot concebe a linguagem como a imagem do pensamento que se funda na razão, apresentando-se como modelo para um grande número de gramáticas do século XVII. Até esse período, o objeto de estudo da linguagem era a língua literária (PETTER, 2014).

Conforme Franchi (2006), na concepção de gramática normativa, são reconhecidas várias modalidades de gramática, dentre as quais, a bela, a correta, a única e aceita, que é utilizada pela classe dominante, e as modalidades feias, nas quais há desvios, uma vez que são empregadas pelas classes populares. Dessa forma, é estabelecida como padrão a língua dos bons escritores e dos especialistas e professores em oposição à língua popular. Assim, são

[10] Na *Grammática Philosophica da Lingua Portugueza*, Jerónimo Soares Barbosa (1822) propõe um modelo de gramática cientificamente elaborado, a partir de princípios e regras, fudamentalmente, lógicos e coesos, tendo em vista a reforma do ensino de gramática.

definidas as regras para o bem falar, estabelecendo o que é, ou não é permitido, desvalorizando as demais, classificadas como inferiores.

O ato de falar e, principalmente, de escrever bem o português nessa modalidade está condicionado à adequação das regras impostas pela norma padrão, ideal de gramática a ser seguido nas escolas. Nessa perspectiva, para demonstrar a competência linguística, o falante precisa saber empregar essas regras do bem falar e escrever na produção dos textos, conforme prescreve a tradição gramatical. Diante disso, para conceituar gramática normativa, Franchi (2006) diz que:

> Gramática é o conjunto de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores.
> Dizer que alguém "sabe gramática" significa dizer que esse alguém "conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente" (FRANCHI, 2006, p. 16).

Contrariamente a essa forma de conceber gramática, surge mais tarde, no mesmo século, gramáticos como Vaugelas, *em Remarques sur La langue française*, que vão registrar os usos da língua, partindo da visão de língua não como sistema único e estático, mas observando a língua em seus diferentes usos. No entanto, percebemos que, embora esses gramáticos reconheçam a diversidade, contemplam o modelo tradicional, pois asseguram o bom uso da linguagem especificamente à corte e aos bons escritores de seu tempo e o mau uso ao povo em geral, conforme relata Franchi (2006):

> Não há duvida de que os gramáticos normativos partem de um fato da linguagem que todos estão dispostos a reconhecer: o fato de que no uso da linguagem, existem diferentes modalidades e dialetos, dependendo de condições regionais, de idade e sexo e, principalmente, de condições sociais (econômicas e políticas). Mas também fica muito evidente, nessa concepção, uma valorização não estritamente linguística dessas modalidades: existem subjacentes nela preconceitos de todo tipo, elitistas e acadêmicos e de classe (FRANCHI, 2006, p.18).

Portanto, a visão de língua ainda continua sendo normativa, como podemos perceber pelo caráter preconceituoso dessa concepção gramatical na qual, apesar de ser reconhecida a diversidade da língua, a norma padrão continua a ser colocada acima das demais modalidades e dialetos linguísticos.

Com a democratização do ensino, na década de 60, a escola passou a receber alunos com vernáculos diferentes daqueles prescritos, considerados viciosos (provincianismos,

plebeísmos, solecismos, barbarismos). Por essa razão, a gramática normativa deixou de atender às necessidades da escola, que, a partir de então, passou a ter uma clientela heterogênea. Contudo, as estratégias de ensino continuaram da mesma forma, pois os professores, na prática, mantinham a postura tradicional e conservadora. Todavia, atualmente, diante da nova configuração da clientela escolar que temos observado, entendemos que a norma padrão precisa ser ensinada, alocando o reconhecimento de outras normas linguísticas, de modo que possa ser comparada de forma menos contrastiva e mais de semelhança entre as variedades dialetais (NEVES, M., 2003).

Com o objetivo de descrever a língua, sem deixar de lado o ensino da norma, surge a gramática descritiva. Os adeptos desse tipo de gramática analisam categoricamente a língua e classificam seus componentes em diferentes classes, organizam essas classes em subclasses e em paradigmas flexionais e, em seguida, relacionam essas diferentes unidades e classes entre si na construção de unidades complexas, como o sintagma nominal e verbal, até formar a oração e classificar os termos correspondentes a ela (FRANCHI, 2006).

Nessa gramática, de acordo com Castilho (2012), a língua não é considera como um sistema homogêneo, composto por um conjunto de signos contrastantes que se relacionam entre si para formar o enunciado. Pelo contrário, há uma hierarquia na organização desses signos, tais como o fonológico, o morfológico e o gramatical. Em outras palavras, a língua é um conjunto de enunciados, composta por regras que devem dar conta dos signos hierarquicamente distribuídos que a compõem. O enunciado, nessa perspectiva gramatical, é visto como algo estanque, em que o processo histórico não é levado em consideração. O que importa para a análise é a diversidade de usos realizados na comunidade de fala.

Assim, ainda segundo Castilho (2012 p. 45-46), essa concepção considera a língua enquanto substância, enquanto forma/estrutura (conjunto de unidades distribuídas hierarquicamente, que apresentam traços distintivos entre si) e enquanto realização do enunciado (sujeita à variação de uso, a qual deve ser analisada respeitando os fatores linguísticos e extralinguísticos aos quais está condicionada).

Desse modo, são estabelecidas quais são as construções permitidas e quais não se encaixam nos padrões impostos pela gramática da língua. Portanto, essa concepção de gramática se difere da gramática normativa, por ser um sistema que possibilita descrever a estrutura da língua, falar sobre ela e sobre o seu funcionamento. Portanto, nas palavras de Franchi (2006), a gramática descritiva é:

> [...] um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos de uma língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical.
> "Saber gramática" significa, no caso, ser capaz de distinguir, nas expressões de uma língua, as categorias, as funções e as relações que entram em sua construção, descrevendo com elas sua estrutura interna e avaliando sua gramaticalidade (FRANCHI, 2006, p. 22).

Pelas ideias do autor, podemos depreender que, na gramática descritiva, os fatos de uma língua são descritos a partir da realidade empírica, de modo a verificar sua estrutura interna e analisar seus usos. Todavia, segundo esse autor, não se constrói gramática apenas com a visão descritiva, ou apenas com a visão normativa. Moura Neves (2003, p. 160) também afirma que "são muitas as propostas de consideração do termo gramática, que sempre vai de uma concepção bem genérica até uma concepção bem específica, e de uma visão absolutamente descritiva até uma visão prioritariamente normativa", uma vez que, a exemplo dos manuais de gramática, são percebidos dois extremos considerados no conceito de norma culta, em que, de um lado ela é apresentada como a natural, enquanto, do outro, os conceitos são estabelecidos como certo ou errado. E ressalta que as teorias linguísticas voltadas para a reflexão sobre os usos precisam ser contempladas na prática escolar do professor para que ocorram mudanças positivas no ensino e, consequentemente, no desempenho linguístico do aluno.

Como alternativa para o ensino de Língua Portuguesa, Franchi (2006) propõe que se parta da concepção de gramática internalizada, por acreditar que a gramática deva ser vista como instrumento de análise e reflexão dos aspectos estruturais que a compõem. Por meio da valorização da gramática internalizada, o professor considera o fato de que, ao chegar à escola, a criança já possui um sistema gramatical pronto e, com isso, é capaz de evoluir no processo de aprendizagem sem que ninguém a ensine, já que a linguagem é inerente ao ser humano. Por esse motivo, "graças à sua capacidade de falar e graças à sua inserção histórica numa língua particular, o homem, efetivamente, atua linguisticamente, ele produz discurso, ele constrói textos" (NEVES, M., 2003, p.113). Isso implica dizer que todo falante, de qualquer idioma, possui uma gramática interna, de natureza nata, a partir dos atos de fala de sua comunidade linguística.

Acerca da gramática internalizada, Franchi (2006) afirma:

> Gramática corresponde ao saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela sua própria dotação

> genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica.
> "Saber gramática" não depende, pois, em princípio da escolarização, ou de quaisquer processos de aprendizado sistemático, mas da ativação e amadurecimento progressivo (ou da construção progressiva), na própria atividade linguística, de hipóteses sobre o que seja a linguagem e de seus princípios e regras (FRANCHI, 2006, p. 25).

Com essa concepção de gramática, de acordo com esse autor, é preciso reconhecer que existem princípios e regras, não apenas na norma padrão, mas em todas as modalidades da língua. Ademais, à luz da gramática internalizada, os problemas de variação linguística são levados em conta no ensino-aprendizagem de Língua. Não significa dizer que não se deva ensinar a norma culta, mas é preciso, por meio de um processo de construção, reconhecer a língua como um sistema estrutural e que há regras para a existência das variações que nela ocorrem; *sub voce*, "as coisas se passam de outro modo, mas não sem regras" (FRANCHI, 2006, p. 28).

Nessa perspectiva, esse linguista enfatiza que "não se pretende que a gramática interna se torne imediatamente operacional. Seria ignorar o desenvolvimento temporal, rápido, embora, da linguagem" (FRANCHI, 2006, p.30). Assim, propõe que se conheçam as noções linguísticas da criança, levando-a a operar sobre suas experiências com a língua, por meio de um processo de amadurecimento. Dessa maneira, a criança seria levada a enriquecer seu repertório linguístico, não de uma hora para outra, mas paulatinamente. Com o desenvolvimento contínuo das capacidades comunicativas, de acordo com essa concepção de gramática, talvez futuramente, a criança consiga adquirir a norma culta e se torne capaz de comparar o padrão culto com o coloquial, de forma reflexiva.

Em síntese, podemos dizer que a gramática internalizada é a gramática que o aluno já possui construída em si, a que ele traz de sua comunidade de fala e atua linguisticamente dentro de seu contexto de uso. Por isso, entendemos que, por meio dos mecanismos proporcionados por essa gramática, o aluno se torna um sujeito autônomo, nos termos de Paulo Freire, capaz de produzir seu próprio conhecimento, uma vez que o ser humano constrói história e evolui no seu fazer histórico.

Diante de tais inquietações, importa-nos perceber que os termos *gramática*, *regra gramatical* e *saber gramátical*, abordados por Franchi (2006), trazem luz a uma visão de gramática inovadora, uma vez que a avaliação normalmente feita da produção linguística do aluno é, muitas vezes, preconceituosa, pois, por não levar em consideração as variações e mudanças ocorridas no uso corrente da língua, a escola se comporta alheia a essa realidade,

carregando o estigma de inferioridade sobre a norma popular com a qual se depara diariamente.

Concluímos, portanto, que o sistema tradicional, embora tenha contribuído para o acesso à norma padrão, de certo modo, privilegiou aqueles estudantes inseridos entre as classes mais favorecidas na escala social. Desse modo, os que não se enquadram nesse perfil, por não conhecerem a norma culta da língua, são deixados à margem, fazendo com que apenas alguns consigam se adaptar à nova realidade que passam a ter acesso.

Em relação à gramática descritiva, entendemos que há, teoricamente, uma relativa preocupação dos estudiosos dessa concepção de gramática com os aspectos sociais da língua, já que eles a descrevem, tal como ela é. Por outro lado, por meio da concepção de gramática internalizada, entendemos que os conhecimentos prévios dos alunos precisam ser considerados no processo de ensino-aprendizagem de língua, viabilizando uma gradativa evolução do saber, visto que aprender gramática não depende apenas de escolarização, mas de um processo gradual de construção do conhecimento.

Em função da particularidade desta pesquisa, adotamos, sobretudo, as concepções de gramática descritiva e internalizada, pois acreditamos que, somente dessa forma, poderemos alcançar melhores resultados por parte dos estudantes oriundos das classes populares, principalmente os que pertencem a comunidades rurais, na aquisição da norma culta. Na subseção Norma e variação, a seguir, será discutida a norma culta, com mais detalhes, a partir dos postulados de Faraco (2008).

1.3 Norma e variação

A discussão que ora trazemos nesta subseção tem o intuito de elucidar questões dúbias acerca de norma e variação linguística, em especial sobre o conceito de norma culta a qual tem causado polêmicas nos espaços escolares, estendendo-se para outras esferas sociais. Ademais, apresentamos alguns esclarecimentos acerca do papel da variação linguística, que defendemos como princípio inerente a qualquer língua, seguindo a orientação de Labov, a partir da Teoria Sociolinguística Variacionista.

Nos estudos de Saussure, conforme já dito anteriormente, a língua era concebida como um sistema homogêneo e imutável que faz parte do domínio social da linguagem, somente concretizada na fala, de caráter individual e heterogêneo, representados na dicotomia *langue/parole*. Contudo, este modelo não foi suficiente para dar conta da unidade sistêmica e

nem da variação nos usos sociais da língua. Coseriu, então, faz uma reformulação dessa teoria e traz o conceito de *norma*, na década de 1950, com a proposta tricotômica (*sistema/norma/fala*). A partir desse modelo, a língua passa a ser vista também na perspectiva social.

Coseriu (1987) propõe uma distinção das variantes linguísticas, a partir da redefinição da dicotomia *língua* e *fala* de Saussure para sistema *versus* norma *versus* fala, em que as variedades linguísticas são definidas como normas. Para ele "a língua no sentido amplo do termo, não é apenas sistema funcional, mas também realização normal" (COSERIU, 1987, p. 54).

O conceito de língua de Coseriu (1987), diferentemente do que define Saussure, é dado como um sistema heterogêneo com suas variedades ou normas linguísticas. Assim, o estudioso distingue quatro tipos de variante (norma) no sistema linguístico: as diatópicas (variedades regionais), que são consideradas geográficas; as diastráticas (usadas por diferentes grupos sociais), consideradas sociais; as diafásicas (usadas em situação formal ou informal do discurso), consideradas sociais; e as diacrônicas (diferenças linguísticas de uma comunidade de fala decorrentes da faixa etária dos falantes), ainda sociais, conforme também verificamos em Calvet (2002, p.99).

Em relação à norma, Faraco (2008) corrobora as ideias de Coseriu ao afirmar que a palavra *norma* está associada ao que é normal. Para ele, existem diversas normas, portanto, uma forma de falar pode ser normal em determinada comunidade, mas em outra não, ou seja, não é *norma.* Assim:

> [...] numa sociedade diversificada e estratificada como a brasileira, haverá inúmeras normas linguísticas, como, por exemplo, normas características de comunidades rurais tradicionais, aquelas de comunidades rurais de determinada ascendência étnica, normas características de grupos juvenis urbanos, normas características de populações das periferias urbanas, e assim por diante (FARACO, 2008, p. 40-41).

O autor postula que não há uma *norma* pura, assim como também não há *norma* estática. Todas as normas são, portanto, híbridas, apresentam características em comum, pois estabelecem relações de aproximação, considerando que "toda realidade linguística é organizada, heterogênea, híbrida e mutante" (FARACO, 2008, p. 43).

Ao falar sobre norma, Faraco (2008) faz, ainda, uma revisão em relação ao conceito de *norma culta*. Esta, a seu ver, não pode continuar sendo confundida com *gramática*, com *norma padrão* ou com *expressão escrita* para não continuarmos camuflando a nossa realidade

linguística e o contexto sócio-político e econômico em que se configura o ensino de português. O termo *norma culta* surgiu em substituição ao conceito de *norma padrão* e, por isso, tem recebido diversas críticas desde a década de 60, segundo esse autor, principalmente no que se refere aos métodos tradicionais de ensino nas escolas, por supervalorizarem a *norma padrão* e, consequentemente, invalidarem qualquer variante que fuja ao paradigma normativo.

Nesse contexto, o sistema, ao invés de reformular seus conceitos, no sentido de levar o aluno a refletir sobre a língua, com respeito às variedades, ao contrário, começou-se a falar em *norma culta*, havendo apenas uma mudança de nomenclatura. E assim, esse termo moderno substituiu o termo tradicional, entretanto, na prática, tudo continuou da mesma forma; o método não mudou. Esse foi o grande equívoco, pois conforme Faraco (2008), *norma culta* não significa *norma padrão*. A *norma padrão* é o código escrito, legitimamente estabelecido como padrão de gramática da Língua Portuguesa, a ser seguido pelos seus falantes. Todavia, sabemos que a norma padrão não abarca, por completo, a realidade empírica que temos observado, porque nem sempre ela é empregada na íntegra, devido à ocorrência de variação. Ao passo que aquela, a *norma culta*[11], é a língua utilizada pelas pessoas mais cultas, por isso é a variedade que mais se aproxima da *norma padrão*.

Assim, "a *norma culta* seria, pelos critérios do NURC, a variedade que está na intersecção dos três *continua*[12] em seus pontos mais próximos do urbano, do letramento e dos estilos mais monitorados" (FARACO, 2008, p. 47). Contudo, na opinião do autor, não obstante, na linguagem urbana comum a norma culta falada seja estabelecida como modelo, esta não corresponde à escrita culta que, por ser mais conservadora que a falada, exige maior monitoramento.

Por outro lado, no atual contexto brasileiro, devido ao baixo índice da população adulta que consegue concluir o Ensino Médio e ao fato de que poucos possuem o Nível Superior Completo, fica evidente que a *norma culta* está restrita a uma minoria pertencente à

---

[11] Na tentativa de utilizar a melhor terminologia, em substituição ao termo "norma culta", e, para que essa não seja confundida com "norma purista", Faraco (2008) dá preferência à expressão *norma culta/comum/standard*, a qual "[...] designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita"(FARACO, 2008, p. 71).

[12] Faraco (2008) acredita ser o modelo de Bortoni-Ricardo (2005), com a proposta dos três *continua* – o *continuum* rural-urbano, o de oralidade-letramento e o da monitoração estilística - o que melhor representa a diversidade linguística brasileira no momento. Esse modelo mostra o processo de migração das populações rurais para os centros urbanos, o processo de letramento e o da monitoração estilística, representada pela *linguagem urbana comum*, que pouco se distingue da norma culta brasileira, segundo dados coletados pelo projeto NURC (Norma linguística Urbana Culta) (PRETTI, 1997 *apud* FARACO, 2008, p. 46).

elite letrada, passando de símbolo de nobreza e poder de classes para ser símbolo de conhecimento e fator de inclusão social.

Entretanto, Faraco (2008) considera que, apesar dos baixos índices de escolaridade no Brasil, a tendência é que a *norma culta*, progressivamente, atinja todo o território nacional, de norte a sul. Argumenta, pois, que o contato entre culturas está cada vez mais frequente através das redes de relações promovidas pelas influências externas por parte do falante, quer seja pelo contato com o ensino nas escolas, quer pelo acesso aos meios de comunicação de massa ou pelas inúmeras relações econômicas, sociais e culturais. Contudo, nesse contexto de inter-relações socioculturais, frente à complexidade da sociedade no mundo, a língua passa a ser elemento de inclusão ou exclusão social. Na visão dele,

> a sociedade contemporânea, em toda a sua complexidade, ao criar as condições que permitem amplificar a presença social de certas variedades da língua, as faz funcionar, pragmaticamente, como um elemento de relativa agregação social. Essas variedades passam a se sobrepor aos limites da comunicação caseira, da comunicação restrita ao imediato, ao local, ao regional; respondem aos desafios postos pela urbanização intensa, pela complexificação das relações sociais e pela massificação dos meios de comunicação (FARACO, 2008, p. 61).

Depreendemos, conforme o autor, que com essa nova configuração da sociedade, em que todos têm acesso aos meios de comunicação de massa, à alfabetização e aos bens da cultura letrada, a *norma culta* passa a ser acessível a todos e não apenas à aristocracia dominante. É importante esclarecer que esse prestígio social que os falantes atribuem a tal *norma* é uma questão política e cultural, por isso, não a torna melhor nem pior do que as demais. O importante é reconhecer que nenhuma língua é homogênea e estática, mas heterogênea. A *norma culta*, então, é apenas uma dessas variedades (ou normas) constitutivas da língua.

Por outro lado, a norma padrão surgiu na Europa no final do século XV, advinda da necessidade de se estabelecer um padrão de língua para os Estados Centrais modernos (FARACO, 2008), servindo de referência a projetos políticos pensados com a finalidade específica de uniformizar o código linguístico, resultante de um pensamento ora conservador, ora pragmático. A norma estabelecida nesse projeto se aproximava da *norma culta* praticada pela aristocracia da época, de onde saíram seus criadores, entre eles João de Barros, autor de uma das primeiras gramáticas do Brasil.

No Brasil, conforme Fraco (2008), diferentemente do que ocorreu na Europa, a proposta da *norma padrão* tinha como principal intenção de abolir o português popular do país (rural e rurbano). Como essa proposta não considerava a língua falada (inclusive a dos

falantes cultos), apenas uma *norma padrão* artificial, camuflando a realidade sociolinguística brasileira, não houve êxito.

O autor argumenta, ainda, que uma mudança de atitude veio ocorrer somente a partir dos trabalhos dos modernistas da primeira geração, nos quais esses escritores buscavam a valorização do idioma nacional. Calcados nesse pensamento, muitos gramáticos começaram a repensar e, consequentemente, flexibilizar seus conceitos, tornando suas gramáticas mais receptivas à *norma culta* e menos conservadoras, surgindo daí o fenômeno chamado *norma gramatical* (conjunto de fenômenos apresentados como cultos/comuns/standard por esses gramáticos).

Nessa perspectiva, conforme relata o autor, os bons gramáticos[13] brasileiros reformulam suas gramáticas e não mais defendem categoricamente a *norma padrão* do século XIX. Infelizmente, há ainda os defensores da *norma curta*[14]. Esta, conforme Faraco (2008), é a fixação pela obrigatoriedade do emprego dos preceitos puristas, em nome de uma norma padrão artificial e inflexível, ora desqualificando a Língua Portuguesa do Brasil, ora seus falantes, o que resulta em um enorme fator de discriminação e exclusão sociocultural, como se observa nas palavras desse autor:

> Trata-se de um conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro e tem impedido um estudo adequado da nossa *norma culta/comum/standard* (FARACO, 2008, p. 92).

Numa sociedade multifacetada como a brasileira, que apresenta em seu contexto uma história marcada pelo encontro de culturas, em virtude do processo migratório pelo qual tem passado o país, não poderíamos esperar que em relação à língua fosse diferente, pois, em toda língua, há variação. Esta, embora seja regular e sistêmica em meio à aparente irregularidade, não opera de forma autônoma, pois precisa de outras variáveis que influenciam o comportamento da variação, conforme afirma Mollica (2013):

> No conjunto de variáveis internas, encontram-se os fatores de natureza morfossintáticos, os semânticos, os discursivos e os lexicais. Eles dizem respeito a características da língua em várias dimensões, levando-se em conta o nível do significante e do significado, bem como os diversos subsistemas de uma língua. No conjunto de variáveis externas à língua,

[13] Os gramáticos Rocha Lima, Cunha e Cintra e Bechara, assim como os dicionaristas Aurélio, Houaiss e Luft são destacados por Faraco como filólogos consagrados. Estes autores são mais receptíveis aos usos e menos conservadores, por isso, mais recomendam do que prescrevem.

[14] Faraco (2008, p. 103) cita o gramático Napoleão Mendes de Almeida, como um dos defensores da *norma curta*.

> reúnem-se os fatores inerentes ao indivíduo (como etnia e sexo), os propriamente sociais (como escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursiva). Os do primeiro tipo referem-se a traços próprios aos falantes, enquanto os demais a características circunstanciais que ora envolvem o falante, ora o evento de fala (MOLLICA, 2013, p. 11).

Assim, segundo Mollica (2013), um fenômeno variável pode ocorrer, inicialmente, apenas em uma região (variável regional), porém, sendo ela específica de um grupo de falantes das classes (variável social), com o tempo, é possível então que essa variável passe a ser realizada pela classe social mais alta em situações informais (variante de registro). Desse modo, conforme Calvet (2002, p. 127), "[...] é necessário conceber a abordagem dos fatos da língua como um vasto *continuum*, que vai do analógico ao digital, das relações sociais à minudescência dos fatos linguísticos, como se estivéssemos aplicando uma técnica de *zoom*".

A variação é, pois, um processo gradativo, motivado por fatores linguísticos e extralinguísticos (variáveis independentes) que podem caminhar para o uso ou para o desuso da variável dependente. Com relação ao fenômeno da concordância verbal (variável dependente), ora observado nesta pesquisa, procuramos verificar nos dados coletados, se, nesse *continuum*, existe uma tendência à presença da marca de plural ou à ausência dessa marca (marca zero), seguindo a orientação de Mollica (2013, p.13), que diz:

> Qualquer que seja o eixo, diatópico/geográfico, diastrático/social, ou de outra ordem, a variação é contínua e, em nenhuma hipótese, é possível demarcarem-se nitidamente as fronteiras em que ela ocorre. É preferível falar em tendências a empregos de formas alternante motivadas simultaneamente por condicionamentos diversos (MOLLICA, 2013, p. 13).

Ainda segundo Mollica (2013), embora não sejam cabíveis juízos de valor, a variação linguística está sujeita à avaliação social positiva e negativa, podendo, com isso, incluir ou excluir o falante na escala social. Assim, falantes com maior grau de monitoração e letramento são considerados cultos e, por isso, não correm o risco de sofrer os estigmas linguísticos.

Os estudiosos da Sociolinguística, na tentativa de erradicar o preconceito linguístico, têm demonstrado interesse na análise desse aspecto. Todavia, os professores, a rigor, ainda se orientam em conceitos pré-estabelecidos pela tradição gramatical, que desconsidera o fato de que a aquisição da linguagem parte de uma variante informal, adquirida no seio do contexto sociocultural linguístico de origem do falante. Essa variante informal, somente depois, por um processo de letramento, pode alcançar o nível mais monitorado, próprio das variedades cultas e da tradição literária.

Assim, concluímos, a partir das discussões acerca de norma e variação, que ambos os termos estão intimamente relacionados, uma vez que uma norma, em termos coserianos, tem sua origem em uma dada forma variante. Nesse sentido, normas são as diversas variedades linguísticas de uma língua. Em síntese, acreditamos que, para haver uma mudança positiva na sociedade brasileira acerca da visão sociolinguística frente ao complexo contexto variacional de um lado e do outro as múltiplas interpretações que costumeiramente são feitas a respeito de língua, norma e gramática, temos de investir em propostas de ensino inovadoras, capazes de suscitar a democratização linguística. A escola é, no momento, juntamente com a mídia, um dos mais destacados veículos da propagação e, consequentemente, do fortalecimento do preconceito linguístico, advindo do pensamento conservador cultuado pela *norma curta*, por meio de afirmações categóricas, conceitos de certo e errado em favor de uma *norma padrão* artificial e abstrata, tomada como *culta*.

É preciso, portanto, entender a língua como uma realidade heterogênea, aberta a mudanças, considerando a diversidade linguística pela qual perpassa os diversos contextos socioculturais. Nesse sentido, a nossa defesa é a de que a *norma culta* deva ser ensinada nas escolas não para substituir as outras normas, mas para que todos tenham acesso a essa variedade e saibam utilizá-la.

Questões como essa, relacionadas à norma e variação, serão, novamente, discutidas na análise de dados desta pesquisa. Ademais, mostraremos, na prática, como pode ser realizado, com mais eficiência, o tratamento dado a esse conteúdo nas aulas de Língua Portuguesa, na proposta de intervenção construída a partir dos dados coletados nas produções textuais dos estudantes participantes da pesquisa.

A partir dessa fundamentação teórica mais geral, em que foram delimitadas as concepções de língua e de gramática, e a compreensão sobre norma e variação, será discutido o fenômeno em estudo: a concordância verbal no Português com ênfase na terceira pessoa do plural.

2 BREVE INCURSÃO SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS

A nomenclatura que define o fenômeno da concordância baseia-se numa metáfora feita com o coração, já que a palavra concordância[15], do latim *cum corde* – "com o coração", quer dizer em português "ter o mesmo coração" (SILVA, 2003, p. 106). A ideia de acordo ou conformidade é vista por Cunha e Cintra (2013) como a "solidariedade" existente entre o verbo e o sujeito que "exterioriza-se" na concordância e esta consiste "na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito" (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 510).

Segundo Silva (2003), a sintaxe de concordância está diretamente relacionada a três princípios: histórico (que subordina os fatos sintáticos aos antecedentes da língua, estabelecendo a comparação entre línguas irmãs), lógico (que subordina os fatos ao critério semântico) e analógico (que tem como função subordinar os fatos à uniformidade).

De acordo com a tradição gramatical portuguesa, o verbo concorda com o sujeito em número e pessoa, considerando os tipos de sujeito (simples, composto, indefinido, desinencial, inexistente) e a posição (anteposto e posposto) que ele ocupa em relação ao núcleo verbal. Todavia, no português não padrão (CASTILHO, 2012), ocorrem variações nos usos da língua, que envolvem também a concordância verbal.

Apresentamos, nesta seção, a visão da tradição gramatical, a visão dos dialetólogos e a abordagem linguística, em especial, a contribuição das pesquisas sociolinguísticas com relação ao emprego da concordância verbal.

2.1 A tradição gramatical

Nesta subseção, com base na tradição gramatical, alguns aspectos são abordados para a compreensão da natureza do fenômeno da concordância verbal, bem como situações especiais em que ela ocorre, partindo da crença de que, implicitamente, os gramáticos tradicionais reconhecem que as regras especiais são outras possibilidades de materializar a concordância verbal em Português.

De acordo com a tradição gramatical portuguesa, *grosso modo*, a concordância acontece ao "se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada. [...] Diz-se concordância verbal a que se verifica em número e pessoa entre o

[15] Outras línguas românicas como o francês e o italiano utilizam-se da mesma metáfora, respectivamente *concordance* e *concordanza.*

sujeito (e às vezes o predicativo) e o verbo da oração" (BECHARA, 2009, p. 543). Tais adaptações são feitas com base em "regras", entre as quais se destaca a "regra geral" e "os casos particulares".

Uma rápida reflexão sobre o uso da terminologia "regra" nos levará a perceber a posição assumida pela tradição gramatical. Embora o termo "leis" ("leis glóticas") tenha sido rechaçado e retirado dos compêndios gramaticais, vemos ainda que a nomenclatura "regras" parece passar despercebida de uma reflexão crítica.

A esse respeito, Abbagnano (2000) nos informa que uma regra nada mais é do que "qualquer proposição de natureza prescritiva" (ABBAGNANO, 2000, p. 840). O uso dessa terminologia seria mais abrangente do que outros de mesmo campo semântico, tais como: norma, máxima e lei. Wolff (1973) e Kant (2001) consideram uma regra como a representação de uma condição geral e tal condição geral estaria submetida à multiplicidade de situações. Nesse sentido filosófico, portanto, uma regra seria resultado de uma observação de condições que agregariam formas dentro de um mesmo comportamento. Indo mais além, Kant (2001) diria que a imposição de uma regra torna-a, por excelência, em lei. A analogia da qual se retirou o termo nos remete à mensuração, mas estendeu-se ao que "rege ou governa" (NASCENTES, 1953, p. 438). Vejamos um esquema elucidativo de tal questão:

Regula > Regla > régoa > Régua
Regula > Regla > relha > Regra

O uso metalinguístico de regra, no contexto da tradição, equivaleria ao cânon (κανων). Ademais, o desvio de tal "mensuração" ou "governança" (cuja ideia o conceito abarca) estaria sujeito à censura como vício: o solecismo de concordância. De acordo com Bechara (2009), não entrariam em tal censura os casos de concordância ideológica ou silepse, vistos como "figuras de sintaxe". Exemplo:

> 1) "**Era** gente colectícia, muitos, acaso, sem pátria da guerra, e por isso pouco habituados a resignar-se com as várias e tediosas fases de um assédio" (HERCULANO, apud BECHARA, 2009, p.544).

Mollica (2003) chama a atenção para o fato de que alguns fenômenos encontrados no Português do Brasil e sujeitos à variação afiguram-se como diferenciadores da norma padrão e da norma não padrão, coexistentes nas comunidades de fala. Ademais, a partir da regra geral (a qual supõe a solidariedade existente entre sujeito e predicado), conforme Bechara (2009) e

Cunha e Cintra (2013), outras regras ou ditos “casos especiais” também são levados em consideração, com relação aos aspectos linguísticos estruturais e semânticos e em alguns casos aos aspectos pragmáticos e estilísticos.

Para o sujeito simples, em se tratando dos casos especiais, explicitamos, a seguir, o que considera Bechara (2009).

No caso de *sujeito simples e singular*, o verbo vai para o singular, mesmo em caso de coletivo. Exemplos:

2) “A vida **tem** uma só entrada: a saída **é** por cem portas” (MARICÁ apud BECHARA, 2009, p. 554).

3) “Povo sem lealdade não **alcança** estabilidade” (MARICÁ apud BECHARA, 2009, p. 554).

Em caso de haver *distância acentuada entre o sujeito e o verbo*, quando se quer dar ênfase à pluralidade do coletivo, o autor admite o verbo no plural. Esse é um dos casos especiais que se afigura na concordância ideológica estabelecida entre o sujeito coletivo e seu predicado. Exemplos:

4) “A plebe vociferava as mais afrontosas injúrias contra D.Leonor: e se **chegassem** a entrar no paço, ela sem dúvida seria feita pedaços pelo tropel furioso” (HERCULANO apud BECHARA, 2009, p. 544).

5) “Começou então o povo a alborotar-se, e pegando do desgraçado cético o **arrastaram** até o meio do rossio e ali o **assassinaram**, e **queimaram**, com incrível presteza” (HERCULANO apud BECHARA, 2009, p. 555).

Em caso de *sujeito simples e plural* o verbo vai para o plural. Exemplos:

6) “Os bons conselhos desprezados **são** com dor comemorados” (MARICÁ apud BECHARA, 2009, p. 554).

7) “A virtude aromatiza e purifica o ar, os vícios o **corrompem**” (MARICÁ apud BECHARA, 2009, p. 554).

Se voltarmos para a prática escolar, o professor há de se encontrar em uma situação tal em que deverá estabelecer o limite do que “se pode” ou do que “não se pode” construir em matéria de concordância, provocando no aluno a insegurança em relação à língua que usa. Silva (2003), ao estudar uma variedade do Português chamada de afro-brasileiro, destacou o alto índice do que chamou de “concordância semântica” entre os falantes mais velhos de

comunidades quilombolas. Posteriormente, Silva e Santos (2014) demonstraram que a reflexão sobre as regras de concordância no Português do Brasil estão fortemente ligadas a explicações sobre a origem do português popular.

Assim, alunos oriundos de comunidades rurais quilombolas estariam sujeitos à censura gramatical e tenderiam a reconhecer na fala dos mais velhos traços relacionados a uma postura "viciosa", o que vai de encontro à atual concepção de ensino para a diversidade. Com base nisso, os professores em suas práticas pedagógicas devem buscar expor os falantes egressos de comunidades rurais quilombolas à norma urbana culta, mas respeitando os valores construídos por sua comunidade.

Voltando à análise dos "casos especiais" de concordância, agora revistos por uma ótica crítica e o papel do professor como mediador da aprendizagem, precisamos destacar a incoerência das "regras" quando tratam dos casos de sujeito composto. Apresentamos algumas situações "especiais" sobre as quais devemos refletir.

No caso do *sujeito composto, quando os núcleos forem unidos pela preposição "com"*, segundo Cunha e Cintra (2013), o verbo pode concordar com o primeiro sujeito, valorizando o elemento regido de "com" ou interpretá-los com igual valor, usando o verbo no plural. Para Lima (1972, p. 361), "o mais frequente é usar-se o verbo no plural" em que os sujeitos são mantidos "em pé de igualdade, e a partícula "com" se enlaça como se fosse a conjunção *e*" (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 529). Exemplos:

8) "A viúva, com o resto da família, **mudara-se** para Vila Isabel, desde o rompimento" (COUTO apud CUNHA; CINTRA, 2013, p. 529).

9) "E **atravessaram** a serra
o noivo com a noiva dele
cada qual no seu cavalo" (ANDRADE apud LIMA, 1972, p.361).

De acordo com Silva (2003), significando companhia ou adição, a concordância se fará mediante a interpretação que se queira dar ao valor da preposição. Caberia, então, ao falante interpretar o valor dos elementos ligados por "com" e verificar quem estaria sendo adicionado ou se estaria se referindo apenas a uma "mera companhia". Nesse sentido, caberia ao professor apresentar ao discente os valores semântico-discursivos da preposição "com", sobretudo, em situações de uso efetivo da língua, para viabilizar ao aluno uma produção escrita mais eficiente, garantindo a ele a oportunidade de uma nova possibilidade de expressão e interpretação, em conformidade com o que se deseja expressar em dada situação.

Dessa maneira, o exercício da reflexão sobre a gramática descritiva e sobre a gramática internalizada, assim como a concepção de norma e de variação seria realizado.

Acerca do *sujeito composto formado por pronomes pessoais relativos e pessoas gramaticais diferentes*, na tradição está prescrito que se exerça o *princípio da primazia* ou precedência, para o qual prevalece a 1.ª sobre a 2.ª e essa sobre a 3.ª. No entanto, o professor deverá levar o aluno a refletir sobre os usos dos pronomes tu e vós, bem como discutir a nova configuração do sistema pronominal em português. Cunha e Cintra (2013), tal qual Lima (1972), orientam que, em virtude do desuso do tratamento de vós, deve-se evitar o uso da *sintaxe canônica* nos casos relacionados à 2ª pessoa do plural do sujeito composto na linguagem corrente brasileira. Exemplo:

> 10) "Tu por um lado e eu por outro o **acautelaremos** das horas más" (RIBEIRO apud CUNHA; CINTRA, 2013, p. 511).

Quanto às possibilidades de concordância com *o sujeito posposto*, Bechara (2009) assim como Cunha e Cintra (2013, p. 523) admitem que, se o sujeito composto vem depois do verbo, a concordância pode ocorrer com o núcleo mais próximo, havendo concordância por atração. De modo geral, na tradição gramatical está prescrito, segundo Barreto (1980), que, para o sujeito composto e posposto, o verbo pode ficar no plural, concordando com ambos os sujeitos ou concordar com o sujeito mais próximo. Em tal regra, novamente, é perceptível o reconhecimento implícito da variação no emprego da concordância verbal. Exemplos:

> 11) "O romeiro é livre como a ave do céu: **respeitam**-no o besteiro e o homem d'armas; **dá**-lhe abrigo o vilão sobre o seu colmo, o abade no seu mosteiro, o nobre no seu castelo" (HERCULANO apud BECHARA, 2009, p. 554).
>
> 12) "**Habita**-me o espaço e a desolação" (FERREIRA apud CUNHA; CINTRA, p. 523).

Em relação ao *sujeito composto formado por substantivos sinônimos ou quase sinônimos*, os gramáticos normativos em geral autorizam o uso da concordância no singular para esse caso, como faz Bechara (2009). Exemplo:

> 13) "O ódio e a guerra que declaramos aos outros nos **gasta** e **consome** a nós mesmos (MARICÁ apud BECHARA, 2009, p. 555).

Ao abordar uma situação em que apareça esse sujeito, o docente poderá discutir com o aluno as tendências de uso da língua, segundo dadas tradições de uso. Hodiernamente, na tradição discursiva, vem sendo demonstrado que os textos que produzimos são modelos textuais condicionados por fatores sociais, históricos e culturais. Nesse sentido, é oportuno destacar que as regras devem ser consideradas como tendências que se desenvolvem a partir das possibilidades que a língua como sistema oportuniza ao falante.

Para abordar as *estruturas ligadas pela conjunção "e"*, existem questões que devem ser apresentadas, também, de forma crítica em relação à tradição gramatical. Quando o sujeito composto é formado por elementos unidos ou não pela copulativa, tradicionalmente, o verbo vai para o plural. No entanto, segundo Bechara (2009), pode-se aplicar a concordância atrativa (aquela em que a concordância se dá com o elemento mais próximo) no caso de "adição enfática" (BECHARA, 2009, p. 556). O gramático observa, ainda, que a concordância atrativa "é mais comum" que a forma plural no caso de sujeito anteposto. Cunha e Cintra (2013) orientam para o uso da concordância com o sujeito mais próximo quando há uma enumeração gradativa. Mais uma vez, fica patente que as ditas "regras e casos especiais" espelham tendências verificadas ao longo da história da Língua Portuguesa. Bechara (2009), para os exemplos *in tela*, lança mão de clássicos portugueses como Alexandre Herculano, ao passo que Cunha e Cintra (2013) trazem excertos de Monteiro Lobato. Exemplos:

14) "Tanto o lidador como o abade **haviam** seguido para o sítio que ele parecia buscar com toda a preocupação" (HERCULANO apud BECHARA, 2009, p. 556).

15) "A mesma coisa, o mesmo ato, a mesma palavra **provocava** ora risadas, ora castigos" (LOBATO apud CUNHA; CINTRA, 2013).

Em se tratando da *conjunção "nem"*, de acordo com os gramáticos tradicionais, em geral, o verbo vai para o plural, entretanto, quando se quer destacar cada um dos elementos, o verbo pode ir para o singular, desde que os núcleos estejam no singular. Exemplos:

16) "É a nobre dama recém-chegada, à qual nem o cansaço da trabalhosa jornada, nem o hábito dos cômodos do mundo **puderam impedir**" (HERCULANO *apud* BECHARA, 2009, p. 556).

17) "Nem um nem outro **compareceu** ao exame" (BECHARA, 2009, p. 557).

Quanto à concordância com o *sujeito "paciente"*, André (1997) apresenta a falta de concordância como um "solecismo" e, como tal, inclui essa falta à lista dos vícios de linguagem. Segundo Bechara (2009, p. 563), para a concordância com o verbo na passiva pronominal[16], é recomendável "que o verbo concorde com o termo que a gramática aponta como sujeito". Exemplo:

18) **Alugam**-se casas (BECHARA, 2009, p. 563).

Por décadas, os professores de Língua Portuguesa têm se esmerado por demonstrar que "Vendem-se casas" e "Casas são vendidas" são estruturas equivalentes. Nesse mesmo sentido, de acordo com Scherre (2005), na mídia (incluindo as redes sociais) tem sido vulgarizado tal conceito e demarcado espaço em defesa de uma propagada *nossa Língua Portuguesa*.

Por outro lado, em sala de aula, os alunos questionam a função do elemento posposto ao verbo, bem como se não seria um caso de indeterminação. Qual a importância, então, de se discutir a pluralização ou não da forma *vende*? O uso da forma não padrão, quando se trata de concordância (verbal ou nominal), tem uma avaliação negativa por parte dos falantes escolarizados, como já demonstraram Mollica (2003) e Scherre (2005), embora, em uma perspectiva funcional do uso, o falante compreenda cada sintagma, ainda que não realize a concordância em consonância à prescrição da tradição gramatical. Em defesa de um ensino que reconheça e valorize a dinamicidade dos usos linguísticos, Scherre (2005) afirma:

> Ao lado da forte intuição de que doa-se/vende-se lindos filhotes de poodle é uma estrutura com sujeito indeterminado, o falante nativo do português do Brasil, em especial, o aluno, a quem se pretende ensinar "os tipos de sujeito", não entende a argumentação apresentada por seus professores com base nas gramáticas normativas. [...] O não-entendimento da argumentação apresentada pelas gramáticas normativas para dar conta da estrutura denominada passiva sintética não passa apenas pela inexistência de intuição a respeito da estrutura assim classificada, mas passa, também, pela inconsistência entre a argumentação desenvolvida e a concepção de predicação verbal das próprias gramáticas normativas (SCHERRE, 2005, p. 81-82).

[16] De acordo com a tradição gramatical, a voz **passiva** ocorre quando o **sujeito é paciente**, ou seja, recebe a ação expressa pelo verbo. Nesse caso, a voz **passiva sintética ou pronominal** realiza-se com o verbo na 3ª pessoa, seguido do pronome apassivador **-se**.

Percebemos que a autora, ao mesmo tempo em que expõe seu ponto de vista em relação ao uso da passiva sintética, faz uma crítica aos autores das gramáticas tradicionais que, em muitos casos, não dão conta de explicar os usos prescritos por eles. Por esse motivo, muitas vezes não há, nas escolas, uma "relação entre variação linguística e ensino, variação linguística e cidadania, em especial, uma relação entre variação linguística e preconceito linguístico" (SCHERRE, 2005, p.83).

Em síntese, a partir das exceções expostas, verificamos, na tradição gramatical, a ideia implícita de variação, embora essa nomenclatura não seja empregada. A variação nem sempre é legitimada pela gramática normativa, porque a concordância verbal é tratada com a forma e não com o conteúdo, assim, de forma geral, essa liberdade de uso é admitida apenas na linguagem literária.

Bechara (2009) alerta para o fato de que, embora possamos usufruir da liberdade oferecida pela Língua Portuguesa, precisamos ter o cuidado de não prejudicar a "clareza da mensagem e a harmonia do estilo" (BECHARA, 2009, p. 544). Nesse sentido, ao contrário da oralidade, a língua escrita, por ser formalmente elaborada e, assim, possuir, naturalmente, uma condição de maior monitoramento do que a fala, favoreceria a concordância.

Para subsidiar as nossas discussões acerca do entendimento do processo de formação linguística no Brasil, consideramos válido apresentar a descrição tratada pelos dialetólogos.

2.2 A visão dos dialetólogos

A motivação de trazermos para nossa discussão a visão dos primeiros dialetólogos fundamenta-se na crença de que esses estudiosos direcionaram seus estudos para situações semelhantes às que vivenciamos em nossa realidade de escola urbana que recebe alunos de localidades rurais.

É importante destacar que a Dialetologia Tradicional Monodimensional utilizava inquéritos apenas da fala de informantes mais idosos, nascidos em comunidades rurais e com pouca mobilidade social. Por essa razão, as informações relatadas por esses estudiosos antecessores são relevantes documentos para o entendimento acerca do processo de estruturação da variação na flexão verbal de número no interior do Brasil, entre as décadas de 1920 a 1950. O acervo desses estudiosos retrata a fala de pessoas do interior direcionadas a assuntos relacionados a atividades pecuárias e agrícolas.

Amaral (1920) em *O dialeto caipira* apresentou detalhadamente os processos fonológicos, morfológicos assim como os que envolvem a sintaxe, típicos de realizações da fala "caipira". Esse dialetólogo fez um importante relato acerca do português falado na antiga província de São Paulo, no início do século XX, no qual descreve as variações estruturais ocorridas na linguagem oral da população menos favorecida socialmente. Em relação à concordância verbal, Amaral (1920) apresentou a variação no uso da flexão de pessoa e de número. No caso de pessoa, a concordância ocorre apenas nas formas de 1ª e 3ª pessoas e, às vezes, nas de 2ª pessoa do singular.

O autor reporta que a variação observada nas classes populares não deixa de ocorrer também na fala de pessoas ligadas à elite, uma vez que esses falantes não estão livres das simplificações. Nesse sentido, afirma que:

> É de todos sabido que o nosso falar caipira – bastante característico para ser notado pelos mais desprevenidos como um sistema distinto e inconfundível – dominava em absoluto a grande maioria da população e estendia a sua influência à própria minoria culta. As mesmas pessoas educadas e bem falantes não se podiam esquivar a essa influência (AMARAL, 1920 p. 1).

Assim, conforme o autor, a variação verificada na fala da população paulista não se restringia às classes populares, mas se estendia à minoria culta, muito embora a grande massa exercesse uma força impulsionadora do processo de mudança em direção aos falantes das classes dominantes.

Conforme o autor, a variação em São Paulo ultrapassava os limites da expressão verbal, quando diz: "Ao tempo em que o célebre falar paulista reinava sem contraste sensível, o caipirismo não existia apenas na linguagem, mas em todas as manifestações da nossa vida provinciana" (AMARAL, 1920, p. 1). Todavia, com a influência do sistema educacional que foi se intensificando no Estado de São Paulo e com o advento do sistema de produção industrial, cujo trabalho escravo aos poucos foi sendo substituído pelo assalariado, a linguagem "caipira", consequentemente, também acabou ficando de lado, pois "a população cresceu e mesclou-se de novos elementos." (AMARAL, 1920, p. 1). Com isso, segundo ele, a variação ficou restrita a localidades pequenas que permaneceram de fora do progresso acometido pela modernidade. Contudo, resquícios dessa variedade ainda persistem na fala de pessoas idosas que ainda trazem em seu repertório expressões obsoletas.

Teixeira (1944) descreveu o dialeto popular mineiro e o goiano. No estudo realizado por ele, conforme Vieira (1995, p. 27), o autor constatou duas realidades linguísticas distintas em Minas Gerais, considerando por um lado a ausência de flexões verbais na fala das classes

“incultas” mineiras, e, por outro lado, as regras de concordância sendo aplicadas nas classes “semicultas” com certa regularidade. Em Goiás, o autor verificou que a ausência de flexão no paradigma verbal é um fato marcante na língua popular goiana. Ademais, mencionou a influência das línguas autóctones e africanas para a existência do amplo quadro de variação de concordância verbal no PB. Nesse sentido, também argumenta que não houve por parte da escola uma ação reguladora dos usos linguísticos, o que fez com que a influência das línguas indígenas e africanas se espraiasse aos dialetos populares, favorecendo a unificação das pessoas verbais.

Marroquim (2008 [1945]) em seu livro intitulado: *A língua do nordeste*, evidenciou a fala de pessoas não escolarizadas de Alagoas e Pernambuco, em cujas populações também ocorria a ausência da marca explícita de concordância verbal. O autor aponta que o português do Brasil, diferentemente do Português europeu, sofreu modificações que não podem ser ignoradas, tão pouco estigmatizadas. Segundo o autor:

> O português do século XVI é o ponto de partida de uma evolução divergente. Enquanto em Portugal se modificava num sentido, no Brasil, envolvido por fatores mesológicos, étnicos e geográficos radicalmente diversos, orientou diferentemente a sua evolução (MARROQUIM, 2008 [1945], p. 17).

Depreendemos, conforme a argumentação do autor, que a variação que ocorre no PB se deve a influência do contato linguístico, durante o processo de aquisição da língua portuguesa no Brasil, no período colonial, que sofreu modificações distintas nos diferentes contextos linguísticos e extralinguísticos. Em sua obra, o dialetólogo faz uma crítica aos falantes letrados preocupados em preservar a língua portuguesa em seus aspectos estruturais, quando diz que “esse aspecto polido e correto tão do agrado dos amantes das letras clássicas [...] não corresponde à verdadeira língua falada no Brasil” (MARROQUIM, 2008, p. 20), haja vista que no discurso cotidiano todos utilizam o verdadeiro vernáculo brasileiro, com suas variações, diferentemente dos falantes de Portugal. Assim, considera a variação no PB como um fato previsível e empiricamente constatado, sendo impossível evitá-lo.

Nascentes (1953), em sua obra *O linguajar carioca*, descreveu a variação linguística no Rio de Janeiro, cujos processos de simplificações caracterizavam a fala popular. Também destacou a redundância das formas verbais que, ao se igualarem, os pronomes pessoais passam a fazer o papel de morfemas. Segundo o autor, “a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações” (NASCENTES, 1953, p. 9), de tal modo que a população, por meio dessas “deturpações” alterarou as flexões de número verbais. Segundo ele, a população, em

geral, não utilizava as regras de concordância entre o sujeito e o verbo, uma vez que a língua Portuguesa, no Brasil, seguiu outras direções decorrentes da influência do contato linguístico entre portugueses, indígenas e africanos. Por essa razão, “nos exprimimos de acordo com os novos rumos por que marchou no Brasil a língua portuguesa” (NASCENTES, 1953, p. 10).

Portanto, percebemos, por meio dessas evidências, que a ausência de marcas de plural na flexão verbal, além de ser uma característica peculiar do contexto linguístico brasileiro, perpassa muitas gerações anteriores à atual. Nesse aspecto, os trabalhos aqui apresentados muito têm contribuído para os estudos posteriores, no sentido de subsidiar as discussões acerca do panorama sociocultural que historicamente constitui a Sociolinguística no Brasil.

Realizado esse percurso, na subseção seguinte, discutiremos a visão de alguns pesquisadores em relação ao fenômeno da concordância verbal no Português do Brasil, a partir da abordagem linguística.

2.3 A abordagem linguística

Apresentamos, nesta subseção, uma discussão acerca da abordagem linguística, relacionada à CV de P6 embasados, principalmente, em Perini (2010), Castilho (2012) e Silva e Santos (2014). Ademais, procuramos mostrar o espectro da variação da concordância verbal no PB, à luz das pesquisas sociolinguísticas, a partir das constatações de diversos pesquisadores, dentre eles: Lemle e Naro (1977), Naro (1981), Silva (2005), Naro e Scherre (2007), Monguilhott (2009), Lucchesi; Baxter e Silva (2009) e Araújo (2014).

Dentro do escopo da Linguística Descritiva, de acordo com Perini (2010), embora a concordância verbal seja entendida como a harmonia existente entre o sujeito e o verbo da oração, essa definição nem sempre é válida para o português falado no Brasil, pois neste, além de não se usar as formas de segunda pessoa, as formas de terceira do plural também tendem a cair em desuso. Assim, usos como: “Elas não consegue subir no banco” (PERINI, 2010, p. 273), são comuns na fala dos usuários do português do Brasil, concorrendo com a forma mais conservadora “Elas não conseguem subir no banco”(PERINI, 2010, p. 273).

O autor aponta, ainda, que, no português brasileiro, a distinção entre as formas de terceira pessoa do singular e do plural tendem a desaparecer, evoluindo para um sistema sem marcas. Existe, além disso, uma forte tendência a se observar a concordância com o sujeito anteposto ao verbo, permitindo o não uso da concordância em casos que fogem a esse critério,

como é o caso do sujeito posposto, expresso no exemplo “Chegou mais de vinte pacotes para o senhor” (PERINI, 2010, p. 278).

No âmbito da Linguística Funcionalista, Castilho (2012, p. 411) afirma que “a concordância é a conformidade morfológica entre uma classe (neste caso, o verbo) e seu escopo (neste caso, o sujeito)”, assim, se houver a marca de plural no sujeito, é mais provável que haja marca de plural também no verbo. Para esse autor, no português padrão, o verbo concorda com o sujeito em pessoa e número, porém o português não padrão apresenta outras regras de concordância que estão sujeitas à variação.

Na perspectiva da Sociolinguística Variacionista, de acordo com Paredes Silva (2013), os pesquisadores da Sociolinguística Variacionista coletam seus dados em situações reais de uso da língua num contexto social e podem direcionar suas análises para os condicionamentos externos. Além disso, paralelamente aos aspectos sociais, são considerados para a análise os grupos de fatores internos, de natureza linguística (fonológicos, morfofonológicos, sintáticos, morfossintáticos, semânticos, etc).

Nesse sentido, em se tratando dos estudos relacionados à variação da concordância verbal no PB, Silva e Santos (2014) afirmam que:

> Nos estudos sobre a variação e mudança do Português Brasileiro [...], muita tinta tem corrido na análise do fenômeno Concordância Verbal, justamente por constituir-se um dos fenômenos linguísticos mais evidentes do distanciamento entre gramáticas do português europeu e brasileiro, considerando apenas essas duas possibilidades. Se tal fato é de percepção deveras evidente, as hipóteses explicativas para tal diferenciação, especialmente, no uso da variedade popular apresentam marcas teórico-ideológicas bastante definidas. Nesse sentido, o nosso estudo apresenta mais evidências para o aprofundamento das discussões as quais têm pautado a agenda da Sociolinguística e agora da Sócio-história ao longo desses quarenta anos de estudos variacionistas no Brasil (SILVA; SANTOS, 2014, p. 74).

Devido à presença marcante da variedade popular, os autores supracitados evidenciam, em relação ao fenômeno da concordância verbal no PB, um quadro de variação e mudança, especificamente brasileiro, com características distintas da situação linguística apresentada no contexto lusitano. Destarte, reconhecem que, dentro do escopo da Sociolinguística Variacionista, haveria três situações para análise da concordância: “a) a perda, ou enfraquecimento do sistema de flexões; b) aquisição das marcas de flexão; c) ou ainda, variação estável” (SILVA; SANTOS, 2014, p. 74-75).

Além disso, advogam a tese de que cada história social deveria se pautar em uma das três possibilidades de análise e que tais histórias explicariam o atual quadro de variação. Com

relação ao estudo que estamos realizando, podemos verificar, de acordo com Silva e Santos (2014), que as comunidades rurais estariam vivenciando um processo de aquisição da forma padrão, considerando o papel dos agentes no processo de constituição da comunidade.

Fazendo um resgate histórico, de acordo com Mattos e Silva (1989), havia uma predisposição geral para aplicação da regra de concordância já no período arcaico da Língua Portuguesa. Aponta a autora que, nesse período, o fator que favorecia o apagamento de marcas de plural era a interpretação semântica, como os casos de sujeitos coletivos, distância do sujeito em relação ao verbo e a posposição do sujeito.

Silva (2003) também argumenta que a interpretação semântica favorece a perda de marcas de plural na aplicação das regras de concordância verbal. Segundo o autor, Ernout e Thomas (1953) perceberam, nos antigos textos latinos, tanto no caso do latim clássico quanto vulgar, que já havia uma preferência pela concordância por atração ou por sentido. Contudo, o autor esclarece que não se pode atribuir uma herança latina a tal similaridade no português e que a intenção, pois, foi mostrar que o apagamento ou uso das marcas de plural se explica por uma razão semântica.

Os primeiros linguistas no Brasil a iniciarem suas pesquisas no âmbito da Sociolinguística Variacionista, no que se refere ao fenômeno em análise, foram Mirian Lemle e Anthony J. Naro que, no ano de 1977, pesquisaram a regra de concordância verbal em um *corpus* constituído por vinte participantes do Projeto MOBRAL, naturais da cidade do Rio de Janeiro (LEMLE; NARO, 1977). Tais pesquisadores iniciaram os estudos partindo de um fenômeno extremamente marcado em nossa divisão social: a concordância verbal de número-pessoa. Para a análise, foram considerados fatores extralinguísticos como sexo e idade, a fim de se medir a influência do nível de formalidade sobre a utilização das regras de concordância.

As variáveis foram controladas a partir da circunstância da entrevista, da posição do sujeito em relação ao verbo, da definição ou indefinição do sujeito e da diferenciação fônica entre as formas singular/plural do verbo. Os fatores considerados mais relevantes pelos pesquisadores foram: a posição do sujeito em relação ao verbo e a diferenciação fônica entre as formas singular/plural do verbo.

Segundo Naro (2013), a utilização da Língua Portuguesa por seus falantes é regulada por uma série de restrições, fazendo com que algumas construções sejam aceitas e outras não. Por outro lado, em alguns casos, duas formas variantes podem coexistir na língua, em virtude da heterogeneidade do sistema linguístico, possibilitando ao falante optar por uma delas, sem muita interferência no significado.

Entretanto, conforme o autor, essa heterogeneidade da língua não ocorre aleatoriamente, mas depende de regras, ou seja, do encaixamento das possibilidades dentro de um sistema linguístico, no qual, de certa forma, o falante é obrigado a optar pelo uso da variante padrão ou não padrão, dependendo do contexto. Para que isso ocorra, esses usos sofrem influência de várias categorias independentes que podem ser internas ou externas ao sistema linguístico.

Na subseção seguinte, trazemos uma discussão acerca da concordância verbal no PB, a partir dos resultados de alguns estudos realizados no Brasil e em Portugal.

2.3.1 A contribuição das pesquisas sociolinguísticas

Nas pesquisas sociolinguísticas, verificamos diferentes resultados em relação à situação sociolinguística do PB. Acerca da concordância verbal, por exemplo, percebemos nesses estudos que, em geral, o contexto histórico brasileiro, marcado pelo contato entre línguas[17], se reflete na aplicação quase categórica da variante zero no PB, favorecendo avaliações negativas sobre o vernáculo utilizado pelas populações mais pobres e de origem africana.

O que observa Lucchesi, no Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* (2014), é que tem havido uma redução no sistema flexional do nome e do verbo e, consequentemente, das regras de concordância no PB, diferentemente do Português Europeu (PE) no qual a aplicação da marca de plural nesse aspecto da gramática é quase categórica.

Diferentemente da visão de Lucchesi (2000), Naro e Scherre (2007) defendem a hipótese da deriva secular, trazida de Portugal, pois, na visão deles, no português europeu (PE) ocorre o mesmo tipo de variação que se verifica no PB, apenas em uma proporção menor.

Conforme argumenta Lucchesi (2014), a situação linguística do Brasil é bem mais complexa do que a situação que verificamos em Portugal, pois lá não houve a influência do contato. Desse modo, não há como desconsiderá-lo no PB, face os acontecimentos que

[17] No período colonial, segundo Bortoni-Ricardo (2011), houve um bilinguismo instável, a partir do advento da língua geral, uma vez que esta coexistia com a língua padrão da elite dominante e o possível português pidginizado falado pelos aborígenes bilíngues e pelos descendentes dos colonizadores. Com a chegada dos escravos africanos ocorreu uma aceleração da possível pidginização provocada pelo contato entre portugueses, africanos e aborígenes nas vilas e regiões rurais, o que desfavoreceu a frequência de uso da língua geral. Lucchesi (2000) considera que esse pidgin não chegou a se transformar num crioulo de base portuguesa, mas provocou uma perda de flexões no nome e no verbo, dando origem ao português popular.

fizeram parte da formação cultural e linguística do país com o predomínio do Português como língua nacional.

Assim, para que possamos entender melhor essa questão, apresentamos, a seguir, alguns estudos feitos com base em dados de Portugal, a saber: Naro e Scherre (2007), assim como os estudos comparativos entre o PB e o PE realizados por Monguilhott (2009) e Monte (2012), antes de prosseguirmos nos estudos centrados no contexto especificamente brasileiro.

Naro e Scherre (2007) analisaram a concordância verbal do PE em oito textos pré-clássicos editados por autores distintos e encontraram mais de 200 ocorrências sem marca de plural em contextos que exigiriam essa marca. Contudo, os pesquisadores afirmam que o percentual de dados sem concordância nesses textos é, em média, menos de 1%. Constataram, portanto, que havia uma relativa variação na CV de P6 e, salientam, como exemplo, a versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal*, em que foram encontrados cerca de 20 dados sem concordância e 4.700 dados com concordância, o que, segundo eles, equivale dizer que a ausência de concordância nesse texto é de aproximadamente 0,4%.

Esses autores esclarecem que, dos 235 dados sem marca de plural, a maioria ocorre em contexto de posposição de sujeito inanimado e de separação do verbo por muitas sílabas de material interveniente. Assim, constatam que os pesos relativos calculados para os fatores sistematizadores da concordância verbal no português medieval são os mesmos que controlam a variação no PB, sobretudo em relação à saliência fônica e à distância entre o sujeito e o verbo. Assim, consideram que as diferenças que se verificam, no comportamento da variação, entre o PB e o PE se devem ao grau e não ao tipo.

Com base nas duas realidades distintas apresentadas, fica evidente que a situação sociolinguística brasileira tem explicações na própria gênese do PB, o que a torna bem diferente do contexto lusitano, haja vista que lá não se constatou uma significativa ocorrência de variação (LUCCHESI, 2014).

Monguilhott (2009) fez um estudo contrastivo acerca da CV de P6 para mostrar a frequência de uso da variedade culta em relação à popular com dados do PB e do PE. A amostra foi constituída de dois *corpora*, um sincrônico (de língua falada) e outro diacrônico (de língua escrita). Para o *corpus* de dados sincrônicos a autora utilizou dados de Florianópolis e de Lisboa (cf. MONGUILHOTT, 2009, p. 64). Os informantes foram estratificados de acordo com idade e escolaridade. Na mostra do PB, 80,6% dos dados apresentaram a marca de plural, enquanto 19,4% apresentaram a marca zero. Quanto à amostra do PE, foram conferidos 91,95% dos dados com a aplicação da marca de plural e apenas 8,05% com a variante zero.

Em relação ao *corpus* diacrônico, a pesquisadora analisou 14 peças de teatro de autores catarinenses (século XIX e XX) e, de modo semelhante, 14 peças de teatro de autores portugueses (século XIX e XX). Nesse estudo, foram encontrados, no PB no século XIX, 197 ocorrências de P6, das quais apenas 02 apresentaram ausência de plural nos verbos. Em relação ao século XX, de um total de 352 dados, apenas 12 apresentaram ausência de plural nos verbos. Quanto ao PE, a autora encontrou 209 dados do século XIX, com 100% de marcação de plural nos verbos, enquanto em relação ao século XX, foram constatados 371 dados, dos quais 03 apresentam a marca zero nos verbos.

Vimos que houve pouquíssimos dados de marca zero no período de transição de um século para o outro, tanto no PB quanto no PE, embora, no século XX, se perceba um aumento relativamente significativo da marca zero, nas duas amostras analisadas. Esses dados levam-nos a depreender que, embora haja uma tendência para o uso da marca de plural em ambos os países, no Brasil o espectro da variação é bem mais acentuado, considerando a diferença percentual mencionada pela autora.

Considerando, ainda, o grau de escolaridade dos informantes (ensino fundamental e ensino superior), inferimos que, diferentemente dos estudos focados no perfil rural, esse estudo não representa os contrastes da realidade sociolinguística brasileira e, talvez, por isso, os dados tenham apresentado certa aproximação com o perfil europeu, conforme demonstram os índices de concordância de 80,6% para o Brasil contra 91, 95% para Portugal.

Monte (2012) fez um estudo comparativo sobre a CV de P6 na fala informal, com dados de São Carlos (no Brasil) e de Évora (em Portugal). Segundo o autor, os resultados da análise do PE revelam uma significativa diferença percentual em relação aos resultados do PB. Em Évora, o autor verificou um altíssimo índice de aplicação da concordância, haja vista que, dos 1.440 dados analisados, foram encontrados 1.340 (93,1%) com a aplicação da marca de plural nos verbos. Por outro lado, na amostra de São Carlos, o autor encontrou 1.422 ocorrências de P6, das quais, 686 casos (48,2%) apresentavam a marca de plural nos verbos. O autor argumenta, de acordo com Labov, que no PB a regra é, efetivamente, variável, e no PE a regra "parece ter status semicategórico" (MONTE, 2012, p. 159).

Contudo, o que mais chamou a atenção no trabalho do autor foi o fator escolaridade, em que, no PE, os falantes analfabetos realizaram 94,2% de concordância, enquanto que, no PB, os falantes não alfabetizados realizaram apenas 19,2%. Curiosamente, os falantes de nível médio (com 84,7%) empregaram menos concordância do que os analfabetos de Portugal.

Assim, com base nos resultados encontrados por Naro e Scherre (2007), Monguilhott (2009) e Monte (2012), e ainda, considerando a natureza distinta da variação no PB em

relação ao PE, entendemos que a variante zero no PB está intimamente ligada à norma popular, falada pelas classes sociais menos favorecidas. Por outro lado, a variação que ocorre em Portugal está mais próxima dos contextos relacionados à norma culta brasileira, em que as ocorrências se restringem a casos particulares como a posposição do sujeito e a distância entre sujeito e verbo.

Em outras palavras, o PB estabelece uma relativa igualdade em relação ao PE apenas quando se trata dos falantes urbanos da norma de prestígio, pois, enquanto em Portugal as regras de concordância, parecem ter status semicategórico, conforme a definição de regras proposta por Labov (2003, *apud* MONTE, 2012), percebe-se, no Brasil, uma realidade polarizada, nos termos de Lucchesi (2000). Nesse último caso, em um dos polos, estão as variedades cultas, que, segundo Mollica (2013), não sofrem os estigmas sociais (contexto que se aproxima mais da realidade europeia), e, no outro polo, estão as variedades populares, típicas das regiões rurais interioranas (BORTONI-RICARDO, 2011), que carregam os estereótipos de língua minoritária, em relação às demais.

Conforme os resultados de algumas pesquisas, a exemplo de Lucchesi (2000), Lucchesi; Baxter e Silva (2009), Silva (2005) e Araújo (2014), no Brasil, devido à herança afro-brasileira, verificam-se os maiores índices do uso da variante zero em populações rurais isoladas onde o acesso aos recursos midiáticos e a mobilidade desses moradores ocorreu (se ocorreu) tardiamente, além do lento desenvolvimento do processo de escolarização. Nas palavras de Araújo (2014),

> [...] a vernaculidade brasileira é muito bem expressa por meio da não realização das marcas de número nas formas verbais e isso é um forte indício de que os quatro primeiros séculos da história do Brasil, marcados pela presença constante da população de origem africana – acompanhadas de políticas públicas segregatícias e oligárquicas –, foram decisivos para dar origem às principais características do PB (ARAÚJO, 2014, p. 177).
> .

Podemos perceber, pela afirmação dessa autora, que o perfil linguístico dos falantes rurais e afro-descendentes tem suas origens no passado histórico em que se configurou a formação da sociedade brasileira e, consequentemente, o PB. Por outro lado, podemos verificar que os falantes urbanos tendem à utilização dos estilos mais monitorados, próprios das variantes prestigiadas. Nesse sentido, Vieira e Freire relatam que:

> O fenômeno da concordância verbal constitui traço fortemente associado à expressão da “norma culta”, de modo que não realizar as marcas canônicas de número acaba por desqualificar o usuário da língua, visto que o traço constitui o que Labov (2008 [1972a]) postulou como estereótipo linguístico.

> Na realidade brasileira os estudos sociolinguísticos demonstram um *continuum* quanto à realização das marcas, o qual caracteriza a distribuição das variedades brasileiras das mais rurais e populares – com baixos índices de marcação de plural – às mais urbanas e cultas – com expressivos índices de marcação (VIEIRA; FREIRE, 2014, p. 85).

Podemos inferir, conforme relatam os autores supracitados, que os diferentes usos variacionais do PB identificam os falantes na escala social. Assim, falantes das variedades populares estão associados ao contexto rural e às classes populares, enquanto que falantes cultos estão associados ao contexto urbano e culto.

Corroborando essa ideia, Naro (1981), em seu artigo *The social and structural dimensions of a syntatic change*, apresenta um estudo detalhado sobre o papel da saliência fônica no condicionamento da concordância verbal. Nesse artigo, o autor sinaliza que a aplicação da regra de concordância verbal caminha para a perda da marca de terceira pessoa do plural nas formas verbais do Português falado no Brasil. Segundo ele, a situação de variabilidade na aplicação de regra de concordância é uma característica da fala popular e da língua oral, sendo, pois, a regra quase categórica na língua culta falada e escrita. Assim, considera a concordância verbal como elemento diferenciador de dois grupos linguísticos dentro da esfera social brasileira, em que os falantes de classes menos favorecidas estão entre os que não aplicam frequentemente a regra de concordância.

Outro fator pesquisado por Naro (1981) foi a posição do sujeito em relação ao núcleo do predicado. Nesse *corpus*, foram considerados o sujeito imediatamente anteposto (com até 5 sílabas de distância), o sujeito não imediatamente anteposto (a partir de 5 sílabas), o sujeito posposto e o sujeito não realizado (oculto, na tradição gramatical portuguesa).

Fatores como o sujeito retomado pelo pronome relativo ou a distância entre o núcleo verbal e o sujeito posposto não foram considerados por Naro (1981), pois ele percebeu que, por ser mais saliente, na situação em que o sujeito antecede o núcleo verbal ocorre o maior número de aplicação da regra.

Com base no *corpus* do projeto de pesquisa *Competências básicas do português brasileiro* (LEMLE E NARO, 1977), Guy (1981) fez um estudo baseado em dados de 20 informantes (9 mulheres e 11homens) com faixa etária entre 16 e 54 anos de idade. Esses informantes eram pertencentes às classes populares da cidade do Rio de Janeiro, cujo nível de escolaridade compreendia a fase inicial da alfabetização e letramento do curso MOBRAL.

Linguisticamente, o autor reporta que, em relação ao sujeito não realizado, os falantes, em geral, tendem à utilização das marcas de plural nos verbos, e explica que isso se deve ao fato de eles tentarem evitar a opacidade do discurso ou ainda ao fato de tentarem reproduzir o

discurso do entrevistador (GUY, 1981, p. 248). Quanto à posição do sujeito, é o sujeito imediatamente anteposto que favorece a concordância, enquanto a posposição tende ao seu desfavorecimento.

No tocante às variáveis extralinguísticas, o autor sinaliza que as mulheres fazem mais concordância do que os homens o que, segundo ele, se deve ao fato de serem elas mais sensíveis às pressões relacionadas a *status* social; e que os estilos de fala mais monitorados se sobrepõem aos estilos casuais na utilização das regras de concordância, sendo mais empregados pelas populações mais jovens. Em relação ao espectro da variação, o autor considera, em seus estudos, um quadro de mudança em curso em direção à aquisição das marcas de plural.

A posição assumida por alguns autores, a exemplo de Lucchesi (2000) e Silva (2005), é a de que a situação sociolinguística do Brasil na atualidade se direciona para a aquisição das marcas de plural, pois se percebe uma forte tendência ao uso da marca explícita de plural nos verbos, principalmente em contextos rurais em que já houve um progresso em relação à mobilidade de acesso dessas populações aos meios de comunicação de massa e à cultura urbana.

Esses pesquisadores têm demonstrado interesse em investigar o vernáculo dos falantes das classes populares, sobretudo em comunidades rurais isoladas e/ou afro-brasileiras, com o intuito de buscar subsídios para elucidar os conhecimentos acerca dos fatores linguísticos e extralinguísticos que influenciaram a ocorrência de variação. Nessas pesquisas têm sido demonstrado, por meio de observação empírica, os maiores índices percentuais de variação no uso da língua. Nesse sentido, Lucchesi, Baxter e Silva (2009) afirmam que:

> Tal processo de variação ainda se reflete fortemente no português popular brasileiro, sobretudo em suas variedades mais isoladas do interior do país. Entretanto, tem se verificado, nas últimas décadas, uma tendência à implementação do uso de morfemas flexionais do verbo em função da influência linguística e cultural dos grandes centros urbanos sobre todas as regiões do país, graças sobretudo ao enorme poder dos grandes meios de comunicação de massa, mas também ao deslocamento populacional e à expansão do sistema de educação pública [...]. Portanto, em todas as análises sociolinguísticas realizadas nas comunidades afro-brasileiras isoladas, revelou-se um processo de mudança em curso em favor da implementação das regras de concordância verbal (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009, p. 336).

Silva (2005), partindo da hipótese de que o PB resulta de processos derivados do contato entre línguas, investigou a concordância verbal de P6 na fala de informantes de três comunidades inter-relacionadas no interior da Bahia (Cinzento, uma comunidade afro-

brasileira, por sua origem quilombola; Morrinhos, povoado rural interiorano; e Poções, uma pequena cidade típica do interior baiano, ainda em desenvolvimento).

O autor constatou, na fala dos informantes das três comunidades observadas, que a maior frequência de uso da marca de plural ocorre, linguisticamente, quando: a) o núcleo do sujeito está adjacente ao verbo e acompanhado de marca explícita de plural; b) quando o sujeito apresenta o traço [+ humano]; e c) nos casos em que a oposição singular/plural é mais saliente. Por outro lado, desfavorecem a aplicação da marca de plural a posposição do sujeito, o sujeito separado por um pronome relativo e o traço [- humano].

Em relação aos fatores sociais, o autor observou, quanto à variável sexo, que os homens utilizam mais a marca de plural do que as mulheres. Atribui a esse resultado o fato de serem as mulheres mais apegadas aos seus lares, enquanto que os homens apresentam maior mobilidade social e, com isso, uma tendência maior para a aquisição das marcas de plural, contrariando, assim, pesquisas realizadas na zona urbana, nas quais as mulheres primam por um dialeto de prestígio.

Em se tratando da variável diazonalidade, o autor verificou que a comunidade de Cinzento apresentou o menor percentual de aplicação da marca de plural nos dados analisados, o que pode ser explicado devido ao seu grau de isolamento em relação às demais comunidades observadas. Por outro lado, Poções apresentou o maior percentual de aplicação de marcas de número nos verbos, conferindo a esses falantes, segundo o autor, uma característica de moradores da zona urbana em relação aos informantes de origem rural.

Lucchesi, Baxter e Silva (2009) analisaram a variação da concordância verbal na primeira e na terceira pessoa do plural (P4 e P6) em comunidades rurais afro-brasileiras do interior do Estado da Bahia. Esses pesquisadores partiram da hipótese de que, no processo de formação dessas comunidades de fala, a marca de plural no verbo existente no português padrão, passou por uma mudança, relativamente grande, ocasionada pelo processo de transmissão linguística irregular que sofreram essas populações, na época da colonização no Brasil.

Relatam os autores que a variação encontrada nas comunidades observadas atingiu a 1ª pessoa do plural (P4) onde o contato foi mais acentuado, a exemplo de Helvécia que apresentou indícios de um passado crioulo. Nessa comunidade, segundo eles, embora a população não tenha apresentado a eliminação total das marcas de plural nos verbos, a realidade linguística em questão apresentou um amplo espectro de variação, e, como tal, ainda não houve registros de resultado semelhante na história do Português europeu.

Em relação aos resultados da análise da CV de P6, Lucchesi, Baxter e Silva (2009) reportaram que, linguisticamente, os fatores que mais favoreceram o uso da marca de plural no verbo, em termos de peso relativo foram: a saliência fônica no nível de oposição mais acentuado (,78); o fator lexical (,97); a concordância de número (,74); o sujeito não realizado (,61); o traço [+ humano] (,52) e o verbo intransitivo (,58). Em relação aos fatores sociais, o programa *Goldvarb* selecionou as seguintes variáveis: faixa etária, comunidade e sexo. Quanto à faixa etária, os informantes mais jovens (de 20 a 40 anos) realizaram a concordância com mais frequência do que os mais velhos. Das três comunidades pesquisadas, a comunidade de Rio de Contas foi a que apresentou o maior índice de concordância e, quanto à variável sexo, os homens foram mais suscetíveis à aplicação das formas de prestígio do que as mulheres.

Bortoni-Ricardo (2011) analisou a concordância verbal na cidade-satélite de Braslândia, em Brasília, em uma amostra constituída de 118 informantes (53 homens e 65 mulheres), com faixa etária entre 15 e 64 anos. Quase todos os informantes tinham origem rural, apenas 4 deles não haviam nascido no campo. A amostra foi dividida em dois grupos: adultos e jovens. Os adultos eram, em sua maioria, analfabetos, enquanto que 11% dos jovens possuíam 11 anos de escolaridade. A maioria das mulheres de Braslândia eram donas de casa; algumas trabalhavam no local e poucas trabalhavam fora da cidade.

A autora concluiu que, linguisticamente, o sujeito posposto desfavorece a aplicação da regra de concordância seguido do sujeito anteposto distante, enquanto que o sujeito implícito (ou não realizado) favorece a concordância devido ao fato de ser o verbo o único elemento que marca o número na estrutura da sentença com esse tipo de sujeito.

Em se tratando das variáveis extralinguísticas, quanto ao sexo, a pesquisadora verificou, assim como Silva (2005), que os homens tendem a realizar a marca de número nos verbos com mais frequência do que as mulheres. Segundo ela, as mulheres migrantes ficavam mais em seus lares e vizinhança próxima, enquanto que os homens possuíam redes mais heterogêneas o que, certamente, favoreceu a aquisição dos padrões de concordância.

Araújo (2014) investigou a CV de P6 na fala culta e popular do município de Feira de Santana – BA. Linguisticamente, a autora sinalizou o sujeito anteposto ao verbo como fator favorecedor da marca de plural. Por outro lado, o sujeito posposto foi desfavorecedor da marca. Em se tratando dos fatores extralinguísticos, quanto à variável sexo, de modo geral, segundo a autora, as mulheres tendem à aplicação das regras de concordância mais do que os homens, resultado que foi de encontro aos resultados de Silva (2005) e Bortoni-Ricardo (2011).

No tocante à variável diazonalidade, a autora constatou que os falantes urbanos utilizam com mais frequência a marca explícita de plural, e atribui a isso, o fato de terem esses falantes mais acesso à variedade urbana culta; por outro lado, os falantes da zona rural tiveram maior índice de aplicação da marca zero, na amostra observada. Interpreta, pois, o contexto linguístico verificado em Feira de Santana, como um reflexo da bipolarização sociolinguística que caracteriza a sociedade brasileira desde a época da colonização.

Na presente pesquisa, partimos das ideias de Lucchesi (2000) Lucchesi; Baxter e Silva (2009), Silva (2005) e Araújo (2014), tendo em vista que esses pesquisadores nos oferecem um material relevante acerca do contexto rural do interior do Estado da Bahia que nos servirá de apoio para a compreensão do nosso objeto de estudo. Ademais, os falares observados nas comunidades rurais, conforme interpreta Araújo (2014, p. 185), "guardam preciosas informações sobre a constituição e a formação do vernáculo brasileiro, haja vista que essas comunidades mais isoladas [...] situam-se no extremo sociolinguístico brasileiro e seus habitantes expressam o vernáculo nacional".

Lucchesi (2000) considera o PB como uma realidade bipolarizada, por apresentar, de um lado, a norma culta, falada pela elite brasileira com origens a partir da vinda da aristocracia portuguesa, no período colonial, e de outro, a norma popular, resultante do processo de transmissão irregular de língua materna aos nativos. Nesse mesmo contexto, com a aquisição de uma segunda língua, surge a ocorrência de inovações favorecidas pelo contato entre línguas. Compreende-se, pois, que a variação da concordância verbal no PB é resultado de um processo que vem ocorrendo desde a época da colonização.

Nesse sentido, Lucchesi, Baxter e Silva (2009) afirmam que

> [...] na norma popular, as diversas comunidades de fala apresentam um cenário de mudança em curso no sentido do incremento da aplicação da regra de concordância, o que vai de encontro à hipótese lançada por Naro (1981) de que no PB estaria em curso um processo de perda das marcas de concordância e desautoriza a visão da ação de uma deriva secular [...] (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009, p. 333-334).

Os autores supracitados observam, pois, mudanças em curso distintas, conforme mostraram os resultados das pesquisas realizadas em comunidades afro-brasileiras. Destarte, vão de encontro à hipótese da deriva secular. Nas pesquisas realizadas por eles, constataram que os mais jovens tendem a usar com mais frequência a regra de concordância e, assim, consideram isso como uma mudança aquisicional e não como uma perda gradual de marcas de plural. Destacam, pois, que essa erosão na morfologia era maior no passado, sendo mais

utilizada pelos falantes mais velhos, principalmente em contextos em que o contato entre línguas foi mais intenso, como é o caso de Helvécio-BA.

A linha de pensamento de Lucchesi (2000), na qual esta investigação se orienta, confere grande relevância ao estudo da variação da CV de P6 para entendimento sobre o contato entre línguas na constituição da realidade linguística brasileira; os fatores que favorecem/desfavorecem a variação da concordância verbal; assim como, que metodologias de ensino podem ser mais eficientes para a compreensão desse tema pelos educandos em sala de aula.

3 METODOLOGIA

Nesta seção, fornecemos a descrição da metodologia utilizada neste estudo, incluindo algumas informações sociodemográficas do local da pesquisa, a forma de constituição do *corpus*, os critérios para seleção dos informantes, os procedimentos metodológicos para a coleta de dados, bem como uma descrição sucinta do método estatístico de tratamento e análise dos dados. Por fim, apresentamos a variável dependente e as variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas que serão analisadas na seção 4.

3.1 O local da pesquisa

As considerações apresentadas acerca da formação sócio-histórica da comunidade linguística em estudo e informações sobre a escola colaboradora nos permitirão conhecer um pouco de sua história e saber em que medida o passado influencia na realidade linguística que observamos no presente.

Esta pesquisa foi realizada no Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura, na cidade de Palmas de Monte Alto-BA. A escolha do local da pesquisa partiu de uma observação prévia e consequente constatação da presença da oralidade muito marcada na escrita dos alunos da referida escola, principalmente com relação aos residentes rurais. Constatamos, nos textos escritos por alunos dessa escola, uma nítida relação entre o escritor e o seu local de origem. De tal modo que alunos de origem rural, não obstante o fato de já morarem na cidade há algum tempo, mantinham, na escrita, a marca dialetal de sua região de origem. Ademais, entendemos que, ainda que a variante não padrão seja apenas um diferenciador social no contexto escolar, muitas vezes acarreta o surgimento de preconceito linguístico entre os jovens.

Portanto, neste estudo, procuramos constatar a presença de marcas dialetais na escrita dos educandos com o intuito de levá-los a elevar a frequência do uso da norma culta, tendo em vista que, por eles conhecerem somente a norma de sua região, acabam sendo vítimas do fracasso escolar provocado pela inadequação do seu vernáculo ao contexto de uso realizado pelos demais alunos, falantes das variedades urbanas de prestígio.

3.1.1 O município de Palmas de Monte Alto

A origem e história do município de Palmas de Monte Alto, a trajetória do seu povoamento e urbanização, bem como os processos envolvidos na manutenção do vernáculo utilizado por seus moradores e o contexto situacional da escola colaboradora desta pesquisa são informações relevantes para compreendermos o contexto linguístico analisado.

Palmas de Monte Alto é uma pequena cidade do interior da Bahia, situada na microrregião de Guanambi, distante 840 km da capital baiana. Sua origem remonta ao século XVIII, no período colonial, especificamente, no ano de 1742.

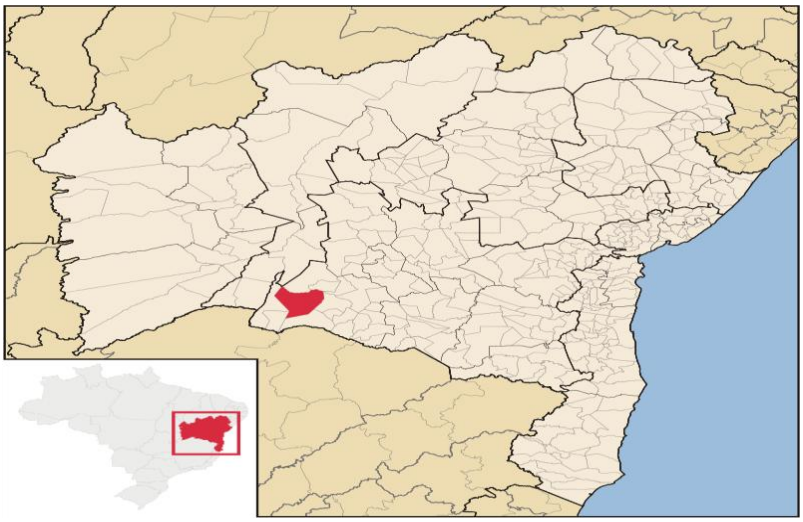


Figura 1- Localização do município de Palmas de Monte Alto
Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Palmas_de_Monte_Alto

Conforme Andrade (1990 *apud* ARAÚJO, 2014, p. 138), o povoamento do interior da Bahia começou no final do século XVI, com o surgimento do regime colonial português das Capitanias Hereditárias, cujas terras (sesmarias) eram distribuídas a todos os interessados, com a condição de explorá-las por um período máximo de cinco anos, sob pena de devolução. A distribuição das sesmarias que objetivava garantir a posse da terra foi extinta por D. Pedro I, em 1822. Segundo essa autora, a posse de terras no interior do Brasil colonial também foi promovida pelo apossamento, que foi concretizado na Bahia por meio de duas famílias: Dias d'Ávila e Guedes de Brito, descendentes dos Senhores Garcia D'Ávila e Antonio de Brito Correia (pai de Antônio Guedes de Brito), responsáveis pela expedição das sesmarias recebidas, no século XVI, por seus pais.

Os d'Ávila foram donos do maior latifúndio das Américas, a Casa da Torre (*Morgado da Casa da Torre*), com sede na atual Praia do Forte (município de Mata de São João, na

Bahia) e terras que se situavam até no estado do Piauí. Por outro lado, os Guedes de Brito construíram o *Morgado da Casa da Ponte*, cujas terras recebidas pela família foram expandidas, sobretudo, por meio da conquista de territórios indígenas.

Sendo assim, na prática, houve poucas doações de sesmarias no interior da Bahia. No sertão baiano, o que ocorreu, de fato, foi o arrendamento feito pelas famílias d'Ávila e Guedes de Brito, prática que, não obstante tenha sido ilegal, nas duas propriedades predominaram a cultura pecuarista, com a criação de enormes rebanhos, e a lavoura do fumo e do algodão (NEVES, F., 2008, p. 104).

Nesse contexto, o povoamento de Palmas de Monte Alto teve seu início quando o alferes português Francisco Pereira de Barros "Pereirinha" comprou a fazenda Riacho da Boa Vista, de Isabel Guedes de Brito, filha e herdeira de Antônio Guedes de Brito, em 1842. No mesmo ano, Pereirinha conseguiu autorização da Santa Sé para a construção de uma capela, em homenagem a Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens, que ficou tradicionalmente conhecida como o marco de origem da cidade.

Segundo Mattoso (1992, p. 137), ao longo do período colonial, a capela, instituição religiosa destinada a expressar a piedade de seus fundadores, era construída com a renda adquirida de uma parte de suas terras, unicamente destinada à construção e à conservação de um templo. Destarte, o referido patrimônio não podia ser hipotecado, tornando-se inalienável.

Figura 2: Igreja Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens – 1957
Fonte: IBGE

Ainda nessa linha de raciocínio, Moura (1987) faz um relevante e pitoresco relato acerca da origem da cidade e, segundo ele, no entorno da capela, foram surgindo algumas

casas que deram origem a uma povoação denominada Sítio das Palmas. Contudo, o crescimento populacional ocorreu lentamente, com famílias vindas de outras regiões.

Figura 3 : Vista panorâmica de Palmas de Monte Alto - [19--]
Fonte: IBGE

Conforme dados do IBGE (2010), posteriormente, desmembrado de Macaúbas, o povoamento foi elevado à categoria de Freguesia. Mais tarde, foi elevado à categoria de vila, pela Lei Provincial nº 124, de 19 de maio de 1840 e, finalmente, elevado à condição de cidade com a denominação de Monte Alto, pela Lei Estadual nº 1253, de 23 de julho de 1918.

Figura 4: Praça do comércio – 1957
Fonte: IBGE

No decorrer de sua história, Palmas de Monte Alto sofreu alguns desmembramentos, o que resultou na perda territorial dos atuais municípios: Riacho de Santana, Guanambi e Sebastião Laranjeiras. De acordo com a nova divisão territorial do Brasil de 1990, a cidade

está localizada na região do Centro Sul Baiano e limita-se com os seguintes municípios: Guanambi, Candiba, Sebastião Laranjeiras, Iuiu, Malhada, Riacho de Santana e Matina. Atualmente, Palmas de Monte Alto possui uma área territorial de aproximadamente 2.562,818 Km², com uma população de 20.775 habitantes (IBGE, 2010).

Na formação histórica de Palmas de Monte Alto, constatou-se a presença marcante de negros e índios. Em relação à ocupação indígena, Fagundes Neves (1998, p. 21) informa que: "[...] Na Serra de Monte Alto existiu [...], no século passado, uma tribo selvagem da qual os últimos representantes já domesticados e chamados Tapuias[18], constituíram família que se misturou ao povo do 'baixo' de Caetité, Monte Alto e Umburanas". Nessa mesma direção, Silva e Fernandes (2012) revelam que, nas proximidades da Serra de Monte Alto, foram constatadas várias manchas negras no chão em volta de uma grande praça, formando um círculo que, muito provavelmente, trata-se de vestígios de aldeia indígena. E afirmam, ainda:

> Os índios que ocuparam o local tinham uma alimentação baseada na agricultura, uma vez que foram encontrados fusos de tear e cachimbos tubulares, que sugerem agricultura de algodão e tabaco. Diversos vasilhames cerâmicos atestam também a preparação de alimentos cozidos, diferente de índios caçadores nômades, que preparavam basicamente carnes de moquém (SILVA; FERNANDES, 2012, p. 141).

Em se tratando da presença de negros, podemos ver um indício de sua presença na construção de um monumento curioso do município – a Casa de Pedra – situada na Serra de Monte Alto. De acordo com Silva e Fernandes (2012), esse monumento histórico, provavelmente, fora edificado por mãos de negros ou indígenas e pode estar relacionado à extração de salitre, material que, no século XVII, era extraído nas proximidades do local. A referida casa foi descrita por Moura (1987, p. 21) como uma "construção bruta [...] fato quase inexplicável e se deduz que somente com emprego de muita gente foi possível levantar estes muros [...]".

Segundo Araújo e Martins (2003), a presença servil do elemento negro marcou não só o período de formação do município, mas todo o período posterior à sua ocupação. Essa presença remonta do século XVIII, por ocasião da extração do salitre na região[19], fato que provocou relativa queda na pecuária. Conforme os autores, após o abandono das atividades de

---

[18] Os tapuias constituíam-se num grupo indígena que não falavam língua do grupo Tupi, (HOUAISS, 2001, p. 2671). A mesma alcunha é empregada como sinônimo de mameluco.

[19] No Brasil, a presença do negro escravizado esteve ligada às atividades econômicas emergentes, ou seja, a alocação e a movimentação do contingente negro-africano ou negro-brasileiro faziam pela necessidade de braços servis.

extração do minério, houve uma retomada da pecuária, e, com ela a forte contribuição do trabalho escravo. Além desse tipo de atividade, com a ampliação do comércio, os escravos passaram a ser explorados também no meio urbano.

Em um relevante estudo das cartas de alforria em Palmas de Monte Alto, na segunda metade do século XIX, Araújo e Martins (2003) sinalizaram que a alforria podia ser gratuita ou comprada. Quando era gratuita, a liberdade era assegurada com a condição de o escravo continuar servindo ao seu senhor e/ou senhora até que esses viessem a falecer. Mesmo nessas condições, os proprietários justificavam a concessão da carta como um ato de caridade pelos bons serviços prestados. Tal situação revela uma sociedade hierarquizada entre senhores e escravos, mas também aponta para a formação de uma comunidade em que o negro escravizado assumia um papel "afetivo" no entorno da família.

Ao analisar o tráfico de escravos na vila de Monte Alto, no período de 1872 a 1887, em registros de compra e venda de escravos e em documentos de procuração, Araújo e Martins (2003) constataram que, nessa ocasião, havia um comércio de escravos, tanto interno como externo, relativamente intenso. Segundo eles, 74,4% desses escravos foram vendidos para proprietários do próprio município, enquanto os outros 25,6% foram vendidos para pessoas de Caetité possuidores de propriedades em Monte Alto.

De acordo com os autores citados, o principal motivo que levou os proprietários à venda dos escravos na época foi a instituição de leis, a partir de 1850, como a proibição do tráfico e a criação de fundo de emancipação que favoreceu a liberdade de muitos escravos, conforme as cartas de alforria e, posteriormente, a conquista da abolição, em 13 de maio de 1888.

Sobre a presença africana na constituição e formação linguística que envolve o sudoeste baiano, Guimarães (2014), em seu estudo sobre a comunidade linguística de Vitória da Conquista, ressalta que a presença constante de escravos, assim como o contato linguístico envolvendo negros, índios e brancos, nesse entorno, nos permite compreender que as características da fala dessa região são reflexos desse contato.

Verificamos, com base nos autores supracitados, a exemplo de Araújo e Martins (2003), que a comunidade linguística montealtense, assim como em alguns contextos do sudoeste da Bahia, (como é o caso de Vitória da Conquista), também vivenciou a presença do contato linguístico ocorrido na região do semiárido e, muito provavelmente, a influência desse contato resultou na perda da flexão verbal de número que observamos no presente estudo.

Nesse ínterim, a manutenção de valores atávicos, principalmente das comunidades rurais mais isoladas e afrodescendentes, as condições de vida precárias e o pouco incentivo ao

ensino serão fatores levados em consideração para que possamos entender a realidade linguística de Palmas de Monte Alto, bem como o quadro de mudança em curso.

Em relação ao espaço urbano, podemos notar que o êxodo rural em massa, a partir da segunda metade do século XX, tem provocado um consequente contraste entre aqueles que possuem um poder aquisitivo privilegiado e os que se enquadram nas classes de baixa renda. Nesse sentido, a situação socioeconômica dos moradores se sobrepõe ao nível de escolaridade, em relação à utilização da língua. Assim, percebemos que falantes que possuem o mesmo nível de escolaridade podem apresentar realidades linguísticas distintas a depender da renda familiar que possuem. Obviamente, não é o padrão de vida melhor que influencia, diretamente, a utilização da norma considerada como padrão, mas as condições que permitem ao falante ter acesso aos meios de contato com outras normas: pelo alto grau de mobilidade social, pelo acesso ao *continuum* de letramento etc., cujo universo restringe-se, via de regra, aos que detêm a posse de bens e consumo.

Figura 5: Vista panorâmica da cidade – 2012
Disponível em: http://www.edubrasil.co.cc/

Em se tratando da escola colaboradora desta pesquisa, o Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura, esta se localiza no centro da cidade de Palmas de Monte Alto. Por ser a única escola que oferece o Ensino Fundamental II na região urbana da cidade, atende, no turno matutino, alunos da sede, e, nos turnos vespertino e noturno, além desses, recebe também alunos de diversas comunidades rurais onde ainda não houve o processo de nucleação das unidades escolares para essa modalidade de ensino.

A escola é composta por uma clientela heterogênea, tendo em vista que a maioria dos estudantes da cidade, nessa fase escolar, estuda nela– desde os que moram no centro até os

que moram nos bairros mais afastados, e ainda, os que são provenientes da zona rural. Assim, alguns são de classe média, enquanto a maioria provém de localidades consideradas de baixa renda. Para os estudantes que moram na zona rural, a Secretaria de Educação do Município disponibiliza o transporte escolar de ida e volta, o que lhes permite transitar por um *continuum* rural-urbano cotidianamente.

As aulas, no turno matutino, começam às sete horas e terminam às onze e vinte e cinco minutos; e, no vespertino, começam às treze horas, e termina o expediente às dezessete e vinte e cinco minutos; ambos os turnos com intervalo de quinze minutos para o recreio. No turno noturno, funcionam as turmas de Educação de Jovens e Adultos, além das turmas do ensino regular. Trata-se de uma escola de grande porte, por atender a um público de aproximadamente 1.100 alunos. As salas do 6º e do 7º anos (turmas escolhidas) são compostas por, em média, 32 a 37 alunos, com faixa etária entre 11 e 18 anos de idade, incluindo homens e mulheres.

Figura 6: Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura - 2015
Fonte: Foto tirada pela autora

Em relação à educação, as escolas, em geral, dispõem de espaço amplo e de professores, em sua maioria, concursados e com formação na área de atuação. Contudo, há ainda uma precariedade em relação a incentivos à formação continuada desses profissionais com vistas à melhoria da qualidade do ensino no município.

Culturalmente, alguns eventos e festas tradicionais são realizados em Palmas de Monte Alto, como o Reisado da comunidade de Vargem Alta, o Aniversário da cidade, a Festa do Divino, a Festa da Padroeira *Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens* e o tradicional

Desfile Cívico Alegórico de 7 de setembro, do Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura, em comemoração à Independência do Brasil.

Figura 7 - Desfile de 7 de setembro em Palmas de Monte Alto – 2010
Disponível em: http://www.tribunapopulargbi.com.br/files/album.php?id=286&pg=1

Figura 8 - Desfile de 7 de setembro em Palmas de Monte Alto - 2013
Disponível em: http://www.oecojornal.com.br/noticia.php?id=1738

As localidades rurais do município, em geral, apresentam características típicas do campo, em que o trabalho se resume quase que unicamente à agricultura, cuja atividade pode ser vista como a principal fonte de renda dessa população. A maior parte das comunidades rurais já possui água encanada nas residências, energia elétrica e operadoras de rede de telefones celulares em atividade. Por essa razão, o acesso aos meios de comunicação de massa como rádio, televisão, telefones celulares e acesso à *web* já são possíveis de serem realizados também no espaço rural do município, a depender da localidade. Esses recursos, de certa forma, impulsionam essas populações para mudanças de comportamento sociocultural e linguístico que, lentamente, vão se destacando nesse *continuum* rural-urbano.

Quanto ao acesso à escola para os alunos dos anos iniciais até o 5º ano (Ensino Fundamental I), há unidades escolares nas próprias comunidades onde residem. Da mesma forma, algumas comunidades já possuem escolas de Ensino Fundamental II. Nas

comunidades em que ainda não ocorreu o processo de nucleação das escolas, os alunos são deslocados para a cidade por meio do transporte público para realizarem seus estudos.

Em suma, podemos concluir que o referido município possui uma população rural e urbana típica do interior da Bahia, cujas características socioculturais explicam a constituição e difusão do Português do Brasil: origem rural, formação de núcleos urbanos, constituição precária da urbanização, urbanização precária, trânsito entre o mundo rural e o urbano, em forma de *continuum*, sedimentação de valores citadinos e difusão, paulatina, da norma de prestígio. Desse modo, a polarização entre as normas popular e culta, a que se refere Lucchesi (2000), também é constatada no grupo estudado, pois percebemos que a população de classe social mais baixa possui uma tendência maior para o uso da norma popular, enquanto que aqueles que são provenientes das classes mais favorecidas socioeconomicamente tendem a fazer uso da norma culta.

Em seguida, vamos nos deter nos procedimentos metodológicos empregados para a constituição do *corpus*.

3.2 O *corpus*

Na presente pesquisa, analisamos amostras de um *corpus* constituído de textos narrativos produzidos por vinte (20) alunos do 6º e do 7º anos do Ensino Fundamental do Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura, localizado na cidade de Palmas de Monte Alto-BA. A escolha dos informantes que constituem o *corpus* justifica-se pelas seguintes considerações:

a) A hipótese de que a não realização da concordância verbal na flexão de número na terceira pessoa do plural[20] está relacionada a fatores de natureza linguística e social;

b) A escola escolhida recebe alunos oriundos de localidades rurais e urbanas, por isso, interessamos em saber que influências da comunidade de origem sofrem esses adolescentes;

c) A escola deve promover um ensino de qualidade, contribuindo para a adequação da linguagem dos estudantes, no sentido de levá-los a conhecer e a utilizar a variedade culta, respeitando as peculiaridades das variedades populares da língua. Por essa razão, buscamos investigar a frequência de uso da concordância verbal nas produções desses adolescentes, para saber até que ponto podemos dizer que eles estão direcionando o vernáculo que utilizam para

[20] Assumimos que a solidariedade entre o sujeito e o verbo é uma das marcas diferenciadoras da norma popular e da norma culta.

o nível culto da língua. Ademais, nesta pesquisa procuramos indicar caminhos possíveis para que o ensino seja mais significativo para o aluno, sobretudo em se tratando das aulas de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental II.

Para a constituição do *corpus*, foram consideradas as seguintes etapas: a seleção dos informantes e a aplicação das atividades. Assim, esclarecemos a seguir, detalhadamente, como procedemos em cada uma dessas etapas no trabalho de campo.

3.2.1 A seleção dos informantes

Para a seleção dos informantes desta pesquisa, levamos em consideração a série/turma (6º e 7º anos do Ensino Fundamental), a diazonalidade (local de origem) e o sexo dos informantes.

Primeiramente, investigamos a clientela de cada uma das séries/turmas, procurando saber informações sobre o lugar de origem dos estudantes, se pertenciam a localidades rurais e/ou urbanas. Inicialmente, pretendíamos selecionar apenas alunos quilombolas, provenientes da comunidade de Vargem Alta, todavia, o contingente de informantes encontrado nas séries selecionadas não correspondeu ao que foi planejado para a constituição do *corpus* (10 alunos, entre homens e mulheres). Encontramos apenas três homens da comunidade de Vargem Alta e cinco mulheres. Então, resolvemos descartar duas mulheres para igualar com o número de homens encontrados. Desse modo, para completar o contingente de alunos oriundos de localidades rurais, acrescentamos dois homens e duas mulheres de regiões rurais distintas. Por isso, no aspecto diazonalidade, o nosso estudo é analisado de forma a comparar os alunos rurais (em geral) e urbanos, sem especificar o contexto quilombola, embora presumamos que os alunos quilombolas apresentem mais variação de concordância do que os alunos rurais como um todo.

Assim, após essa investigação incipiente, selecionamos vinte (20) informantes assim distribuídos: dez (10) alunos oriundos de localidades rurais e, de forma semelhante, dez (10) alunos residentes na área urbana do município, constituindo cinco (5) homens e cinco (5) mulheres.

Tendo em vista a caracterização da comunidade em estudo, apresentamos, em seguida, o perfil dos informantes selecionados, pois é por meio da vivência dos indivíduos que se conhece, de fato, uma comunidade linguística, haja vista que seus costumes, mobilidade, trabalho e classe socioeconômica podem identificar o falante na escala social.

3.2.2 O perfil dos informantes

Para traçar o perfil dos informantes investigados, utilizamos, como aporte metodológico, a análise do questionário socioeconômico (conforme anexo 1) respondido, individualmente, por eles. Os participantes, em geral, podem ser identificados como típicos adolescentes e jovens estudantes de escola pública. Quando perguntamos a eles por que escolheram estudar no Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura, a maioria apresentou a justificativa de que a escola oferece um ensino gratuito e alguns responderam que consideram o ensino oferecido pela escola, gratuito e de qualidade.

Como já foi dito inicialmente nesta dissertação, dos vinte (20) informantes investigados, dez (10) são moradores da região urbana e os outros dez (10) são nascidos e residentes na região rural do município, sendo a grande maioria pertencente às classes populares. Entretanto, a maior parte deles mora com os pais e possui casa própria; treze (13) são filhos de pais casados, seis (6) são filhos de pais separados e um (1) é filho de mãe viúva. Acerca da realização de cursos extracurriculares, cinco (5) fizeram informática, um (1) fez curso de língua estrangeira e a maioria não fez nenhum curso ao longo de suas vidas.

Em relação à ocupação dos pais, estes exercem trabalhos variados, contudo, quase todos trabalham na agricultura, alguns exercem profissões diversas como funcionários públicos, profissionais liberais e outros trabalham na construção civil, no comércio e na indústria. Quanto à ocupação das mães, sete (7) delas trabalham na agricultura, três (3) são funcionárias da prefeitura, uma (1) é professora, uma (1) trabalha no comércio e as demais são donas de casa. Os pais, em geral, estudaram até o 5º ano do Ensino Fundamental I, enquanto a maioria das mães possui o Ensino Fundamental completo. Apenas quatro (4) pais (sendo eles, dois casais) possuem o Ensino superior completo.

No quadro 1, apresentamos algumas informações acerca do perfil dos informantes:

Quadro 1 – Informantes da região rural e urbana de Palmas de Monte Alto

Informante	Sexo	Diazonalidade	Código	Idade	Escolaridade
A.L.S.	Feminino	Rural	IRF6P01	12 Anos	6º Ano
R.C.S.	Feminino	Rural	IRF6P02	11 Anos	6º Ano
G.O.N.	Feminino	Rural	IRF7P03	14 Anos	7º Ano
S.S.N.	Feminino	Rural	IRF7P04	17 Anos	7º Ano
M.O.N.	Feminino	Rural	IRF6P05	15 Anos	6º Ano
A.N.O.	Masculino	Rural	IRM7P06	16 Anos	7º Ano
L.S.N.	Masculino	Rural	IRM7P07	18 Anos	7º Ano
M.O.N.	Masculino	Rural	IRM7P08	15 Anos	7º Ano
J.C.O.	Masculino	Rural	IRM6P09	17 Anos	6º Ano
U.P.M.	Masculino	Rural	IRM6P10	13 Anos	6º Ano
M.S.P.	Feminino	Urbano	IUF7P11	16 Anos	7º Ano
D.S.F.	Feminino	Urbano	IUF7P12	15 Anos	7º Ano
P.S.S.	Feminino	Urbano	IUF6P13	13 Anos	6º Ano
E.V.R.S.	Feminino	Urbano	IUF7P14	15 Anos	7º Ano
A.C.F.	Feminino	Urbano	IUF7P15	15 Anos	7º Ano
J.P.P.	Masculino	Urbano	IUM7P16	12 Anos	7º Ano
L.G.M.	Masculino	Urbano	IUM7P17	12 Anos	7º Ano
N.J.R.	Masculino	Urbano	IUM6P18	14 Anos	6º Ano
G.B.R.	Masculino	Urbano	IUM6P19	11 Anos	6º Ano
D.N.P.	Masculino	Urbano	IUM7P20	12 Anos	7º Ano

Os informantes, como já sinalizamos anteriormente, em geral, pertencem à classe social baixa, com exceção de apenas três casos que consideramos pertencentes à classe média. Diante do espectro socioeconômico, do nível de escolaridade, do local de origem e do sexo dos informantes, buscamos saber em que medida esses fatores influenciam na utilização das formas canônicas da concordância verbal. Em suma, buscamos, no perfil dos informantes, dados relevantes para o entendimento dos aspectos sociais engajados no processo de mudança que caracteriza o contexto linguístico estudado e o que fazer para elevar a frequência de uso da concordância verbal na escrita desses falantes.

3.2.3 A aplicação das atividades

Iniciamos o nosso trabalho de campo com a aplicação do questionário socioeconômico aos informantes desta pesquisa. Após analisarmos os questionários respondidos, continuamos a nossa investigação, visitando frequentemente o Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura para aplicar propostas de produção textual aos alunos participantes.

Na **primeira atividade** (conforme anexo 2), tivemos como objetivo a apreciação do filme *2 filhos de Francisco* e a escrita de texto narrativo. Após os alunos terem assistido ao filme, fizemos com eles um momento de socialização dos elementos presentes na narrativa para facilitar a compreensão e estimular a participação do grupo. Depois disso, os alunos foram convidados a produzir um texto narrativo, com foco em 3ª pessoa, no qual fossem contemplados os elementos essenciais da narrativa.

Na **segunda atividade** (conforme anexo 3), tivemos como objetivo a leitura de imagens, assim como a produção de texto do gênero narrativo, para que os participantes fizessem a transferência da linguagem não-verbal para a linguagem verbal, utilizando o foco narrativo em terceira pessoa. Partimos da sequência imagética para a primeira leitura e para a retomada dos conhecimentos prévios, que fizemos por meio dos seguintes questionamentos: 1) Do que trata a imagem? 2) O que as personagens estão fazendo? 3) Na opinião de vocês, a história que se apresenta no texto pode ser considerada uma situação corriqueira? Por quê? 4) Que pistas foram decisivas para que vocês chegassem a essa conclusão? 5) Vocês já esperavam esse final? 6) O que provocou a surpresa?

A partir da interpretação coletiva feita oralmente, solicitamos aos alunos a produção escrita de um texto narrativo recontando a história apresentada na charge.

A **terceira atividade** envolveu leitura de imagens, dinâmica de grupo e a produção textual. Nessa atividade, aplicamos, inicialmente, a dinâmica “Floquinhos de Algodão”, para a qual entregamos um saquinho para cada aluno contendo um pedaço de algodão, levando-os a refletir sobre o que estava sugerindo o algodão. Na sequência, os alunos apreciaram a história “Floquinhos de Algodão” em *slide* e, finalmente, trocaram os floquinhos entre si.

Após a dinâmica, fizemos a leitura do texto imagético *História de Amor*, de Regina Coeli Rennó e, em seguida, a socialização dos conhecimentos prévios a partir do texto. Para a realização dessa atividade, distribuímos em grupos distintos, aleatoriamente, as 17 imagens que completam a narrativa para que pudessem organizar a sequência correta das imagens e, em seguida, recontassem a história para os demais (conforme anexo 4).

Depois disso, após a exposição da história no quadro, cada grupo escolheu um

representante para fazer a leitura da história, a partir da sequência das imagens organizadas coletivamente. Finalmente, foi feita a socialização coletiva acerca do processo de construção e organização do texto. Após o momento de socialização, solicitamos aos alunos que fizessem a produção de um texto narrativo, reconstruindo a história, individualmente.

A **quarta e última atividade** (conforme anexo 5) foi a produção de um texto do gênero memórias literárias, a partir do lugar onde vivem. Nessa atividade, tivemos como propósito levar os alunos/moradores urbanos a escreverem uma narrativa que fizesse alusão à história da cidade e os alunos/moradores rurais à história do campo. Primeiramente, fizemos alguns questionamentos relativos ao lugar onde moram para que falassem a respeito das pessoas, das atividades de lazer, trabalho e tradições culturais. Em seguida, foi entregue a eles a proposta de produção.

Para a produção das memórias literárias, como havíamos percebido em algumas produções anteriores pouca frequência de uso da 3ª pessoa do plural (nosso objeto de análise) e relativa preferência pela 3ª do singular, pedimos que usassem expressões generalizadas, se possível no plural (as pessoas, as festas, as ruas etc.). Desse modo, consideramos essa quarta atividade como mais monitorada, tal qual a primeira. Por outro lado, a segunda e terceira atividades consideramos como menos monitoradas, pois, nos dois casos, embora tenha sido feita a interpretação textual coletiva, não houve recomendações ou ressalvas para a escrita do texto.

Em síntese, nas atividades aplicadas, tivemos como objetivo geral, a produção de textos narrativos com foco em terceira pessoa com o propósito de induzir os discentes à aplicação ou não da variante padrão. Procuramos deixá-los à vontade para se expressarem, como forma de trazê-los para mais próximo do seu vernáculo através da escrita.

3.3 A análise dos dados

Embasados na Teoria da Variação laboviana, na presente pesquisa, objetivamos analisar quantitativamente o fenômeno da CV de P6 na escrita dos alunos do 6º e do 7º anos do Ensino Fundamental. Para tanto, consideramos para análise as ocorrências de terceira pessoa do plural em que a presença e/ou ausência da marca de plural fosse esperada, assim como os fatores linguísticos e extralinguísticos envolvidos no contexto observado.

3.3.1 Variável dependente

Para analisar a opção utilizada pelo informante na realização do seu discurso (falado/escrito), o pesquisador controla as variáveis que possivelmente condicionaram a ocorrência de dada construção linguística. Como variável dependente, consideramos o grupo binário:

(+) Presença do morfema de terceira pessoa do plural (marca de plural ou variante padrão);

(-) Ausência do morfema de terceira pessoa do plural (marca zero ou variante não padrão).

Alguns casos especiais, contudo, não foram considerados em nossa análise, a saber:

a) Sujeito indeterminado pela tradição gramatical (verbo intransitivo e transitivo indireto na terceira pessoa e acompanhado da partícula "se", bem como os casos pluralizados sem que se possa identificar o referente);
b) Sujeito não realizado (dito elíptico ou desinencial pela tradição gramatical) quando não foi possível recuperar o referente enunciado pelo autor, no contexto da produção escrita;
c) Os casos do verbo *ser* em que havia dúvida se a concordância estava sendo feita com o sujeito ou com o predicativo;
d) Casos do infinitivo flexionado em que ocorre divergência no uso, inclusive, nas gramáticas normativas.

3.3.2 Variáveis linguísticas independentes/ explanatórias: o contexto linguístico

Na análise, consideramos as seguintes variáveis linguísticas: (1) realização e posição do sujeito; (2) concordância nominal no sujeito; (3) indicação do plural no SN sujeito; (4) caracterização semântica do sujeito; (5) tipos de verbo; (6) saliência fônica; e (7) forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo, as quais serão tratadas detalhadamente, conforme a análise dos dados.

Em seguida, serão descritas as variáveis analisadas, bem como os respectivos fatores controlados. Para cada fator, selecionamos um exemplo referente com presença da marca

explícita de plural e um exemplo com ausência da marca de plural no verbo, retirados do *corpus* desta pesquisa.

3.3.2.1 Realização e posição do sujeito

Para o controle dessa variável, partimos da hipótese de que a **realização e posição do sujeito**, seja ele simples ou composto, são condicionantes ou condicionadoras da aplicação da regra.

Naro e Scherre (2007), ao estudarem a língua falada do Brasil atual em relação à posição do sujeito, mostraram que há menos usos de formas com concordância à medida que o sujeito fica mais distante do verbo ou quando este está posposto a ele. Concluem, então, que o sujeito anteposto ao verbo favorece a variante padrão mais do que o sujeito posposto.

Guy (1981) também constatou o sujeito imediatamente anteposto como favorecedor da concordância, enquanto a posposição tende ao seu desfavorecimento. Em relação ao sujeito não realizado, os falantes, em geral, tendem à utilização das marcas de plural nos verbos.

Os fatores selecionados foram:

a. Sujeito imediatamente anteposto ao verbo:

1) "**Zezé de Camargo e Luciano** fazem um sucesso estrondoso" **(**IU7P16)
2) **"os meninos** estava fazendo muito sucesso" **(**IUF7P15).

b. Sujeito anteposto ao verbo com um ou mais constituintes intervenientes:

1) "**eles** *também* colocaram um chapéu" (IUM7P20).
2) "**seu pais** *não mim* paga" (IUF6P13).

c. Sujeito anteposto ao verbo com SPrep:

1) "**Os filhos** *deles* não estudavam onde moravam" (IUF7P14).
2) "**todos os amigos** *de seu Francisco* pediu a música" (IUF7P15).

d. Sujeito retomado por pronome relativo:

1) "**As pessoas** *que* estavam ali ficaram revoltado com a situação" (IUF7P15).
2) "**as pessoas** *que* mora na comunidade elas fala muito sobre a cultura" (IRF7P03).

e. Sujeito não-realizado referencial:

1) "*trabalham* em casa de família, bares, comercio, farmácia..." (IUF7P14).
2) "Zezé de Camargo e Luciano foram seguir com sua careia e não *esqueceu* de sua família" (IUM6P18).

f. Sujeito imediatamente posposto:

1) "partiram **o azul e amarelo**" (IRM7P20).
2) "ficou **todos** alegres" (IRF6P05).

g. Sujeito posposto separado por um ou mais constituintes:

1) "estava *ali* **eles** dormindo" (IUM7P17).
2) "moravam *em uma pequena cidade* **um homem e uma mulher e seus quatro filhos**" (IUM7P20).

3.3.2.2 Concordância nominal no sujeito

A presença da **concordância nominal no sujeito**, isto é, o paralelismo flexional entre os constituintes do sintagma nominal formador do sujeito tem se revelado como favorecedor da aplicação da marca de número no verbo, tal como demonstram os dados de Silva (2005) e de Lucchesi, Baxter e Silva (2009). Assim, quando há concordância no sintagma nominal, o mais provável é que haja concordância também no sujeito e no verbo.

Nessa mesma direção, Vieira (2009) observou em seus estudos que a presença de concordância no sintagma nominal influencia a marcação de plural no sintagma verbal, o que significa dizer, em outras palavras que "marcas levam a marcas e zeros levam a zeros" (VIEIRA, 2009, p. 89).

Na análise, controlamos os fatores:

a. SN com concordância:

1) "**seus filhos** começaram a fazer sucesso" (IUF7P11).
2) "**os meninos** queria tanto uma sanfona e um violão" (IRF6P01).

b. SN sem concordância:

1) "**os seus dois irmão** pegaro os seus instrumento" (IRF7P04).
2) "**as familia** fica toda reunida" (IRF7P04).

3.3.2.3 Indicação do plural no SN sujeito

Para Silva (2005), é indiscutível o fato de que, no português, morfologicamente, a marcação do plural se faz com o acréscimo do morfema –s ao sintagma no singular. Entretanto, morfossintaticamente, a indicação do plural no SN sujeito pode ocorrer de quatro formas: a) pela indicação mórfica, que se processa no acréscimo do morfema –s à forma no singular; b) pela utilização de um numeral adjacente ao verbo; c) pela indicação lexical, que se dá em certos coletivos que tendem a levar o verbo para o plural; d) pelos quantificadores (todos, todas) utilizados para indicar o plural. Além desses, destaca-se também o sujeito composto, que indica a soma de agentes, por isso, requer a aplicação do plural no verbo, salvo nos casos de sujeito posposto em que a concordância pode ser feita com o elemento mais próximo[21].

Para o controle da variável **indicação do plural no SN sujeito**, hipotetizamos que a constituição e formação do plural são fatores condicionantes da aplicação da marca de plural nos verbos.

Os fatores considerados na análise dessa variável foram:

a. Mórfica:
   1) "**muitas pessoas** dependem da chuva" (IUM7P16).
   2) "**os meninos** cantava em uns bares da cidade" (IRF7P04).

b. Com numeral:
   1) "**os dois** se cumprimentaram" (IRM7P08).
   2) "**os dois** ficou com a arma para cima" (IRF6P01).

c. Com quantificador:
   1) "**todos** pularam de alegria" (IUF7P12).
   2) "**todos** estava com a mão para cima" (IRF6P01).

d. Sujeito composto:
   1) "**o policial e o bandido** são velhos amigos do juiz" (IUM7P17).

[21] É sempre bom lembrar que há, nos casos de concordância como sujeito composto, situações "excepcionais" preconizadas pela tradição, como na presença do advérbio de companhia com o reforço de "com": O rei com a rainha saiu/saíram.

2) “**Francisco e sua família** morava em uma fazenda de Goiás” (IU7P16).

3.3.2.4 Caracterização semântica do sujeito

Para a análise da variável **caracterização semântica do sujeito**, cremos na hipótese de que a animacidade ou o traço [+ humano] determinará uma tendência de maior aplicação da regra de concordância.

Em relação a essa variável, Monguilhott (2002) postula que, quando o sujeito é do tipo [+ humano], a probabilidade de haver marcação de plural no verbo é maior do que quando se trata do sujeito [- humano].

Para o controle dessa variável, consideramos os seguintes fatores:

a. [- humano]:
   1) “**Anos** se passam” (IU7P16).
   2) “acontece **shows**” (IUM7P17).

b. [+ humano]:
   1) “**seu Francisco e sua mulher** moravam em um sítio” (IUF7P14).
   2) “**os meninos** estava fazendo muito sucesso” (IUF7P15).

3.3.2.5 Tipos de verbo

Para controlar a variável **tipos de verbo**, seguimos a orientação de Graciosa (1991), Silva (2005) e Araújo (2014), os quais defendem que a carga semântico-funcional pode influenciar a presença ou não da marca de plural nos verbos. Nessa direção, buscamos saber se o tipo de verbo, a sua transitividade e a sua natureza podem influenciar a aplicação da regra de concordância. Depois de cotejar os estudos dos três autores, optamos por seguir suas valiosas orientações e selecionar os seguintes tipos de verbo, considerando sua característica mais distintiva:

a. Transitivo:
   1) “os dois **reconheceram** o juiz” (IUM6P18).
   2) ”os meninos **queria** tanto uma sanfona e um violão” (IRF6P01).

b. Intransitivo:

1) “eles **moravam** no sitio novo” (IRM7P08).
2) “Eles **trabalha** em São Paulo” (IRM7P07).

c. Locativos:

1) “eles **moravam** no sitio novo” (IRM7P08).
2) “os dois **foi** para rodovia canta” (IRF6P05).

d. Modais:

1) “seus filhos **começaram a fazer** sucesso” (IUF7P11).
2) “os dois **passou a ser** canto” (IUF6P13).

e. Auxiliares:

1) “todos **estavam ouvindo** a radio” (IUM7P20).
2) “os dois **estava sentado** num banco” (IRF7P04).

f. De ligação:

1) “eles **eram** muito apaixonados” (IRM6P10).
2) “eles **estava** passano fome” (IUF6P13).

g. Inacusativo[22]:

1) “se **passou** uns meses” (IUF7P12).
2) “**voltaram** os dois filhos” (IUF7P12).

3.3.2.6 Saliência fônica

A **saliência fônica** tem sido estudada por muitos pesquisadores da Sociolinguística Variacionista, a exemplo de Naro (1981), Lucchesi (2000), Monguilhott (2002), Silva (2005),

[22] Como critério balizador na inacusatividade verbal, tomamos como modelo o estudo realizado por Mira Matheus e co-autoras. (MIRA MATEUS, Maria H. et al. Gramática da língua portuguesa. Lisboa: Caminho, 2003)

Naro e Scherre (2007), Lopes e Baxter (2011), Bortoni-Ricardo (2011), Araújo (2014) e Santos (2014).

Em que se fundamenta uma análise calcada na saliência fônica? Desde os estudos pioneiros de Naro (1981), a diferença entre o singular e plural tem sido utilizada como forma explicativa para a ocorrência da "solidariedade" entre o sujeito e verbo. Para tal princípio, o material fonético e morfológico envolvido na diferença entre a forma do singular e a do plural pode, suficientemente, explicar a razão do emprego de uma forma em lugar de outra. Haveria, pois, uma hierarquia de níveis em que graus de saliência baseados em presença/ausência de tonicidade e adição/subtração de estrutura morfológica poderiam ser controlados. Nesse sentido, os pesquisadores passaram a postular níveis numa escala crescente (de menor até maior saliência).

A exemplo disso, Naro e Scherre (2007) realizaram uma análise da Saliência Fônica em 6 (seis) graus/níveis de oposição fônica entre as formas singulares e plurais dos verbos, reduzindo essa hierarquia a dois níveis apenas: o primeiro nível é o da oposição menos saliente (as oposições fonéticas não são acentuadas), como em *come/comem, ganha/ganham, falava/falavam, faz/fazem;* o segundo nível é o da oposição mais saliente (as oposições fonéticas são acentuadas em pelo menos um dos membros da oposição), como em *dá/dão, comeu/comeram, ganhou/ganharam, é/são, disse/disseram.* Constataram, a partir dessa análise, que a variante padrão tende a ser utilizada com menor frequência quando a oposição de formas verbais é menos saliente.

Com resultados semelhantes, Monguilhott (2002), ao analisar essa variável, constatou que a oposição mais saliente favorece a concordância, ao contrário do que foi verificado nas formas verbais menos salientes, que registraram índices mais baixos de marcação do plural.

Aventamos, conforme os autores acima citados, que quanto mais material fônico-morfológico for usado para marcar a diferença singular/plural, mais haverá tendência à presença da variante padrão.

Controlamos os seguintes níveis de saliência fônica:

Fora da sílaba tônica (ou oposição menos saliente/acentuada):

a. Nível 1. Nasalização sem envolver qualidade: ocorre quando a 3ª pessoa do singular termina em "e" (*conhece/conhecem, diverte/divertem, vive/vivem*)
   1) "falam bastante e se **divertem** muito em festas" **(**IRF6P02).
   2) "Na nossa cidade **vive** 22 mil habitante" (IUF7P15).

b. Nível 2. Nasalização com mudança de qualidade: ocorre quando a 3ª pessoa do singular termina em "a" *(tinha/tinham, ganha/ganham, era/eram, gosta/gostam).*

1) "Eles **eram** todos amigos" (IUF7P12).

2) "eles **tinha** uma vida sofrida" (IUF7P11).

c. Nível 3. Acréscimo de segmento no plural: ocorre quando há acréscimo silábico *(faz/fazem, quer/querem, sai/saem, vê/vêem).*

1) "Zezé e seu irmão **fazem** sucesso no povoado e cantam uma música para o candidato a prefeito na campanha eleitoral" (IU7P16).

2) "eles **faz** muitas coisas" (IUF6P13).

Dentro da sílaba tônica (ou oposição mais saliente/acentuada):

d. Nível 4. Ditongação e/ou mudança na qualidade *(tá/tão, vai/vão).*

1) "eles **vão** para um parque" (IU7P16).

2) "... **ta** na vida boa" **(**IUF7P14).

e. Nível 5. Acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular ou mudança de tonicidade (*bateu/bateram, foi/foram, saiu/saíram, disse/disseram).*

1) "**saíram** juntos" (IRF6P01).

2) "Eles **foi** tentar a sorte na cidade grande" (IUF7P15).

f. Nível 6. Envolve acréscimo e mudança de raiz, que pode ser completa (*veio/vieram, é/são).*

1) "Seu pais **vieram** de volta de sua casa" (IUM6P18).

2) "eles **é** cantor..." **(**IUF7P14).

3.3.2.7 Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo

Essa variável é observada, em geral, com o intuito de verificar se a marcação ou não de plural no último elemento do SN sujeito vai favorecer a aplicação do plural marcado nos verbos. Naro e Scherre (2007) recorrem ao processamento cognitivo para justificar que marcas levariam a marcas, enquanto que Silva (2003) advoga a coexistência de duas gramáticas, uma com traços crioulizantes (num *continuum* de menor à maior flexão) e outra com traços descrioulizantes (num *continuum* de aquisição paulatina de marcas).

Para o controle da variável **forma do último constituinte do SN Sujeito que está antes do verbo**, conforme Silva (2003), defendemos a hipótese de que a presença da marca de plural nos elementos antecedentes ao verbo pode influenciar o uso da regra de concordância verbal.

Na análise, controlamos os seguintes fatores:

a. Núcleo com marca de plural:
   1) "seus **filhos** começaram a fazer sucesso" (IUF7P11).
   2) "**os meninos** estava fazendo muito sucesso" (IUF7P15).

b. Núcleo sem marca de plural:
   1) "as **pessoa** são gente boa" (IUF6P13).
   2) "**os pai dele** queira que eles fos catoris" (IRM7P07).

c. Pronome eles:
   1) **"eles** ganharam o concurso de música" (IRM7P08).
   2) "**Eles** morava em casa de palha" **(**IRM7P07).

d. Numeral:
   1) "os **dois** amigos ficarão muito feliz" (IRF7P03).
   2) "os **dois** ficou com a arma para cima" (IRF6P01).

e. Quantificador todos ou todas:
   1) "**Todos** saíram" (IRM6P09).
   2) "**todos** estava com a mão para cima" (IRF6P01).

3.3.3 Variáveis extralinguísticas independentes/explanatórias: o contexto social

Em se tratando das variáveis extralinguísticas, consideramos, no âmbito desta investigação, os seguintes grupos de fatores: (1) diazonalidade, (2) sexo, (3) renda familiar, (4) acesso à *web*, (5) acesso à leitura e (6) monitoração discursiva[23]. A seguir, discorremos sobre cada uma delas e apresentamos as hipóteses que nortearam as discussões feitas, a fim de substanciar a análise dos resultados (vide seção 4).

3.3.3.1 Diazonalidade

A variável **diazonalidade** nos leva à definição dos dois ambientes em discussão: o espaço rural e o espaço urbano. Nesse ínterim, buscamos evidenciar o contraste que há entre as duas realidades em discussão, considerando as características peculiares de cada uma delas, dentre as quais, os diferentes modos de falar.

Para controlar essa variável, selecionamos os fatores:

a. Rural
b. Urbano

Segundo Silva (2005), a definição dos espaços rural e urbano no Brasil deve ser feita mediante a ideia de *continuum*, mesmo que seja possível ocorrer descontinuidades entre ambos os ambientes. Salienta o autor que, dentro do *continuum*, o rural e o urbano se aproximam e se afastam, de maneira que, em alguns aspectos, vão existir características comuns, e, em outros, poderão aparecer características distintas que apresentam peculiaridades próprias do campo e da cidade. O autor afirma que "o *continuum* se aplica às sociedades brasileiras, não só considerando o processo de transição, mas também analisando os contatos frequentes entre os grupos rurais e urbanos" (SILVA, 2005, p. 41). E acrescenta que, numa visão da sociologia rural, esses contrastes se revelam nas relações ocupacionais as quais, socialmente, se verificam em cada um dos ambientes. Nesse sentido, Silva (2005) reforça que a distinção espacial reflete uma percepção social de diferenças.

[23] A monitoração discursiva afigura-se como uma abordagem *mutatis mutandis* do "trigger", já que sobre tal controle verifica-se a atuação do pesquisador ou do fenômeno pesquisado. A alocação da variável "monitoração discursiva" no bojo da análise extralinguística foi das decisões metodológicas por nós assumidas, no âmbito da discussão.

No *continuum* de urbanização (rural/urbano), Bortoni-Ricardo (2005) considera dois tipos de regras variáveis no PB: as que se relacionam a uma estratificação descontínua que se identificam nas variedades regionais e sociais mais isoladas (mais propícias à estigmatização social) e as regras graduais, referentes à estratificação contínua identificada na fala da maioria dos brasileiros, a depender do grau de formalidade linguística que possuem.

Com base em Silva (2005) e Bortoni-Ricardo (2005), acreditamos que os contatos urbanos possuem um grau de desenvolvimento maior em relação aos contatos rurais, haja vista que, na cidade, as relações sociais proporcionadas pelas redes de relações no trabalho, no lazer, no comércio, nos espaços culturais diversos e nas repartições públicas como a Escola, a Igreja etc., certamente, contribuem para que a população urbana tenha mais possibilidade de acesso aos padrões linguísticos prestigiados.

Por outro lado, o espaço rural se define pelas atividades relacionadas ao homem do campo e pelas redes de relações sociais mais homogêneas que envolvem a população das comunidades rurais em geral. Diferentemente dessa realidade, o espaço urbano se define pelas atividades próprias dos moradores da cidade que levam uma vida mais agitada, uma vez que o mercado de trabalho é mais amplo e se divide entre o setor público e o privado. Ademais, as redes de relações pessoais são mais complexas, garantindo a esses moradores maior grau de mobilidade e acesso à cultura letrada, o que os leva a adquirir as regras graduais.

Segundo dados do Inaf (2001 – 2011), apesar dos espaços rural/urbano terem avançado em relação aos índices de alfabetização no Brasil, o percentual de analfabetos funcionais ainda é muito alto, chegando a 44% na área rural e 24% na área urbana.

Em relação ao município de Palmas de Monte Alto, as diferenças existentes entre os espaços rural e urbano são bem perceptíveis, muito embora a cidade possa ser caracterizada como uma típica cidade pequena do interior baiano. Nela, o movimento do comércio é relativamente lento, certamente porque há poucas oportunidades de trabalho com a maior parte da população trabalhando em repartições públicas.

Em síntese, percebemos, por meio desta pesquisa, que as redes de relações sociais na cidade são mais abertas e heterogêneas, o que assegura a seus moradores um grau de mobilidade e, consequente, acesso à cultura letrada superior ao que o campo pode proporcionar.

Nesse sentido, defendemos que o ensino deverá ser realizado mediante a reflexão sobre a língua em uso, a partir da concepção de gramática internalizada a qual parte do princípio de que novas habilidades serão acrescentadas aos conhecimentos prévios dos estudantes, de forma gradativa. Dessa maneira, buscamos promover a inclusão dos alunos

rurais aos mecanismos de apropriação dos recursos linguísticos, de acesso majoritário dos alunos urbanos.

3.3.3.2 Sexo

O **sexo**[24] está entre as variáveis mais estudadas no âmbito das pesquisas sociolinguísticas. Nesse aspecto, na maioria das pesquisas, tem-se apontado o sexo feminino como o mais propenso a realizar a concordância na variante padrão.

Os fatores controlados foram:

a. Masculino
b. Feminino

Guy (1981) fez um estudo baseado em dados de 20 informantes (9 mulheres e 11homens), do projeto de pesquisa *Competências básicas do português brasileiro* (LEMLE; NARO, 1977) e percebeu que as mulheres utilizam a regra de concordância verbal com mais frequência do que os homens. Certamente, esses resultados condizem com o "contexto ocupacional" dos informantes[25], uma vez que a maioria das mulheres exercia a ocupação de doméstica em casas de família de classe média, portanto, compartilhavam padrões linguísticos mais complexos. Os homens, por outro lado, exerciam diversos tipos de trabalho, como entregador, soldado, ajudante de lavanderia, porteiro, vigia e jardineiro. Assim, suas relações, provavelmente eram menos favorecedoras do uso da variante de prestígio do que as mulheres.

Na presente investigação, conforme Guy (1981) e Silva (2005), defendemos a hipótese de que as mulheres aplicam a marca de plural nos verbos com mais frequência do que os homens, considerando os valores sociais atribuídos aos papeis femininos e masculinos.

---

[24] No âmbito das ciências sociais (especialmente da Sociologia), há grande controvérsia no uso da etiqueta sexo para designar o conjunto daquilo que engloba o comportamento biológico e o comportamento cultural de homens e de mulheres. Como se trata de matéria controversa, assumimos em nosso estudo a diferença masculino e feminino com base na declaração feita pelos informantes no questionário socioeconômico.

[25] Silva (2005) chama a atenção para os papeis sociais e a relação desses com os comportamentos sociais, ou seja, o que se espera de um comportamento feminino e o que se espera de um comportamento masculino.

3.3.3.3 Renda familiar

No contexto investigado, acreditamos que a **renda familiar** seja uma variável diferenciadora dos padrões linguísticos. De modo que, aqueles que possuem uma posição socioeconômica mais alta, muito provavelmente se sobrepõem aos valores culturais e, por consequência, ao vernáculo utilizado pelos indivíduos de poder aquisitivo mais baixo.

Para traçar o perfil do informante em relação à sua posição socioeconômica, inicialmente, consideramos os falantes que se enquadram em uma renda: baixa (até 2 salários mínimos), média (de 2 a 10 salários mínimos) e alta (acima de 10 salários mínimos). Assim, controlamos os seguintes fatores:

a. Renda baixa
b. Renda média
c. Renda alta

Conforme os dados do Inaf (2001 – 2011), há uma influência muito grande da renda familiar sobre o nível de alfabetismo no Brasil, haja vista que, quanto maior a renda familiar menor é o número de pessoas analfabetas e de nível "rudimentar" no país. Durante o período de dez anos pesquisados, os grupos que mais evoluíram em relação ao alfabetismo foram os que se enquadram na seguinte distribuição de renda: até dois salários mínimos, com um aumento no índice de 44% para 60%, e entre dois e cinco salários mínimos, com índices de 58% para 83%.

Bourdieu e Passeron (1975, *apud* CAMACHO, 2013, p.75) assumem uma posição contrária a todos os mecanismos de dominação e discriminação social. Para eles, em uma sociedade estratificada, de um lado estão as classes trabalhadoras, menos favorecidas socialmente, que dispõem de características culturais que as mantém enquanto classes na escala social. Nessas classes, a língua é adquirida de acordo com as condições acessíveis ao meio ao qual pertencem. Do outro lado, estão as classes mais privilegiadas que dispõem de valores e conduta social provenientes de um determinado patrimônio cultural que lhes permite o acesso à cultura letrada.

Para esses autores, na escola, contudo, não são consideradas essas diferenças socioculturais, pois faz parte de sua práxis adotar os valores culturais das classes dominantes, incluindo a norma padrão da língua. Ao agir dessa forma, a escola privilegia os estudantes que já dispõem desse repertório linguístico e cultural para os quais a instituição escolar representa uma extensão da família e de suas vivências cotidianas. Em contrapartida, os estudantes

provenientes das classes trabalhadoras não se enquadram nesse perfil e precisam adequar seus modos de vida aos valores da cultura dominante.

Por essa razão, no presente estudo, buscamos mostrar como o professor pode ensinar concordância verbal em turmas heterogêneas, sem desconsiderar o vernáculo que esses alunos utilizam no cotidiano, levando-os a aperfeiçoar seus conhecimentos linguísticos, por meio do reconhecimento e do domínio da variedade culta, de maneira inclusiva.

3.3.3.4 Acesso à *web*

O **acesso à *web*** tem sido muito discutido em estudos voltados para a inclusão digital como ferramenta de ensino-aprendizagem nas escolas. No presente estudo, presumimos que os alunos que têm mais acesso à *web* são mais propensos à utilização da marca de plural.

Para controlar essa variável, os fatores eleitos foram:

a. Tem acesso
b. Não tem acesso

Mollica e Batista (2015) argumentam acerca dos efeitos da *web* nos estilos monitorados e atestam que há uma distância relativamente grande entre a expectativa e o ensino-aprendizagem das formas canônicas nas escolas, independente do uso ou não de ambientes virtuais. Em um estudo realizado por esses autores, envolvendo alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, eles perceberam, a partir dos resultados, que os alunos dessa fase escolar não conhecem regras básicas do emprego da língua na forma padrão.

A análise parte de um experimento feito com um grupo de 22 alunos do 9º ano de uma escola pública do Rio de Janeiro. Nesse experimento, os alunos foram conduzidos a analisar, em laboratório de informática da escola, enunciados retirados da *internet*, denominados ‘pérolas do ENEM’ (referentes a questões resolvidas pelos candidatos com respostas totalmente inadequadas, sem coerência e /ou coesão). Eles teriam que acessar o *site* e realizar uma revisão das construções linguísticas, cuja reescrita exigia que eles justificassem tal procedimento.

Pelos resultados, os autores perceberam que a maioria dos alunos ou não identificou o problema ou não apresentou a correção adequada, sendo o maior número de inadequações relacionadas ao emprego das orações relativas. Em outros casos, nas justificativas, não

apresentaram precisão com relação à passagem da oralidade para a escrita, cujas produções continham erro ortográfico e gramatical, incoerência etc. Os autores concluíram, então, que o ensino, em geral, pautado no livro didático, não leva em consideração os reais usos linguísticos e observam que o uso ou não da *web* não faz diferença na aprendizagem dos estudantes.

A partir dos resultados sinalizados por Mollica e Batista (2015), cremos que a inclusão dos ambientes digitais no ensino de Língua Portuguesa não terá efeito positivo se a metodologia continuar pautada nos modelos tradicionais, nos quais não é priorizada a dinamicidade da língua em seu real funcionamento. Destarte, na seção 5, discutimos sobre quais ambientes e condições metodológicas são mais favoráveis para o aperfeiçoamento das habilidades sociocomunicativas dos educandos.

3.3.3.5 Acesso à leitura

As políticas públicas voltadas para a difusão da leitura no Brasil têm alcançado resultados pouco satisfatórios. Prova disso é um estudo realizado pelo Instituto Pró-Livro, *Retratos da leitura do Brasil*, no qual se verifica, nos dados de 2011, que os brasileiros leram, em média, apenas 3,1 livros ao ano, dos quais 66% foram livros didáticos.

Bortoni-Ricardo (2011) constatou, em sua investigação com 118 informantes, que apenas 22 deles leem frequentemente, 40 leem ocasionalmente e 56 nunca leram. Contudo, segundo ela, “a exposição a livros é um pouco mais alta do que jornais e revistas, pois entre os primeiros estão incluídos a Bíblia, outros livros religiosos e livros escolares” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 165).

Para controlar essa variável, defendemos a hipótese de que, quanto mais acesso aos livros tiver o falante, mais chances de empregar as regras de concordância ele terá.

A fim de avaliarmos a importância do **acesso à leitura** como fator de alteração do comportamento linguístico, controlamos essa variável tendo como base os seguintes fatores quantitativos:

a. Mais acesso
b. Menos acesso

Segundo dados do Inaf (2001 – 2011), o índice de alfabetizados funcionais, no Brasil, subiu de 61% em 2001 para 73% em 2011. Entretanto, somente um (1) entre quatro (4) brasileiros possui o domínio pleno das habilidades de leitura e escrita. Podemos depreender, portanto, que, embora tenha elevado o índice populacional no nível de alfabetização funcional, em um período de dez anos, não houve progresso significativo desses indivíduos em relação ao acesso e desenvolvimento das habilidades de leitura.

Tendo em vista a realidade linguística observada no Brasil, com base nos resultados da pesquisa citada, fica evidente que nem sempre o fator escolaridade vai implicar a aquisição dos domínios de leitura exigidos para o grau de escolaridade conquistado.

3.3.3.6 Monitoração discursiva

No *continuum* de monitoração estilística, Bortoni-Ricardo (2004; 2005) refere-se ao grau de monitoração e planejamento dos eventos de fala. Assim, para um discurso mais formal, é necessário mais planejamento por parte do falante/escritor.

Para verificarmos *in loco* o que a literatura especializada aponta sobre a questão, resolvemos controlar a variável **monitoração discursiva** considerando os seguintes fatores:

a. Atividade [- monitorada]
b. Atividade [+ monitorada]

Guy (1981), em seus estudos, sinaliza que os estilos mais monitorados são mais propensos ao emprego das regras de concordância, empregados com maior frequência pelos falantes mais jovens. Já os estilos mais casuais tendem ao emprego de formas não padrão de concordância.

Assim, com base nesse pressuposto, acreditamos que, em relação às produções textuais dos alunos pesquisados, as atividades mais monitoradas favorecem o uso das regras de concordância verbal, enquanto que as atividades de produção escrita realizadas em um estilo mais casual tendem ao não favorecimento da aplicação da variante padrão.

Bortoni-Ricardo (2005), corroborando essa discussão, argumenta que nas atividades em que o professor possibilita ao aluno um grau maior de monitoramento os resultados são bem melhores, em relação às que são feitas de forma mais livre.

Na proposta de intervenção pedagógica apresentada na seção 5, promovemos uma discussão acerca do ensino de Língua Portuguesa, a partir da adoção de uma pedagogia culturalmente sensível, de inclusão das camadas populares na aquisição dos estilos monitorados, próprios da variedade culta da língua.

Realizada a descrição da variável dependente e das variáveis independentes linguísticas e extralinguísticas, descrevemos, na próxima subseção, o programa estatístico *Goldvarb*, para o conhecimento do suporte quantitativo utilizado na análise de dados. Tentamos mostrar, especificamente, e de forma sucinta, como será feita a mensuração das variáveis escolhidas neste estudo, através desse programa. Os dados da pesquisa serão analisados, posteriormente, na seção *Análise e discussão dos dados*.

3.3.4 O programa estatístico *Goldvarb*

No presente estudo, partimos do método quantitativo proposto pela Sociolinguística Variacionista para análise dos dados estatísticos. Entre outros programas computacionais utilizados para mensurar o grau de variação dos fatores, escolhemos o programa *Goldvarb-X* (uma versão própria para o Windows) que faz parte do pacote de programas computacionais denominados *Varbrul*, criado por David Sankoff, com a finalidade de calcular os pesos relativos das variáveis, após fazer uma seleção estatística dos grupos de fatores (SILVA, 2003, p. 97). Assim, os dados recolhidos foram codificados conforme as variáveis linguísticas e extralinguísticas consideradas na amostra e submetidos à análise multivariada no *Goldvarb-X*. A análise multivariada é assim denominada porque possibilita investigar, detalhadamente, os diversos ambientes favorecedores da variação. Desse modo, a análise em questão calcula estatisticamente os efeitos e a significância das variáveis independentes sobre as ocorrências de variação encontradas (GUY; ZILLES, 2007, p.105).

Na amostra analisada, por meio do *Goldvarb*, foi ponderado, estatisticamente, o percentual geral da variação da CV de P6, o percentual de variação específico de cada uma das variáveis analisadas, as variáveis selecionadas por ordem de relevância e seus respectivos pesos relativos, as variáveis excluídas por ordem de importância e o resultado de alguns cruzamentos feitos.

Apresentamos na próxima seção, *Análise e discussão dos dados*, a definição, análise e interpretação das variáveis linguísticas e extralinguísticas consideradas nesta investigação.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, com base na teoria da variação laboviana (LABOV, 2008 [1972]), conforme mencionado anteriormente, procuramos descrever e analisar quantitativamente o fenômeno da CV de P6 nas produções textuais de alunos do Ensino Fundamental.

Foram analisados 80 textos narrativos produzidos por alunos do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental. Para a análise dos dados, retiramos as ocorrências em que, na terceira pessoa do plural, a presença e/ou ausência da marca explícita de plural fosse esperada, considerando os fatores linguísticos e extralinguísticos neles envolvidos. Os dados coletados foram codificados e submetidos à leitura no *Goldvarb* para a obtenção dos resultados quantitativos que ora interpretamos. Para cada variável foi apresentada uma hipótese relacionada ao fator motivador da aplicação de uma ou outra variável dependente.

Foram coletados 621 dados (masculino e feminino) com 444 ocorrências do emprego da concordância verbal com a presença do morfema de terceira pessoa do plural, 71,5 % dos dados e 177 ocorrências com a ausência do morfema de terceira pessoa do plural, o que equivale a 28,5% do total de realizações. Assim, concluímos que o uso da **variante padrão** foi mais recorrente do que o uso da variante não padrão no presente estudo.

Na tabela 1, apresentamos os resultados gerais da realização da CV de P6 na amostra analisada:

Tabela 1 – Frequência geral da variação da CV de P6 na escrita dos alunos

	Ocorrências	**Frequência**
Variante padrão	444 / 621	71.5 %
Variante não padrão	177 / 621	28.5 %

Podemos observar que o percentual de uso da **variante padrão** foi relativamente significativo (71,5% dos dados), considerando, sobretudo, a relevância de uma parte dos informantes, que é proveniente de localidades rurais. Todavia, esses informantes rurais estudam em escola urbana e, assim, têm contato direto com pessoas do meio urbano, quer seja em sala de aula, quer nos eventos realizados dentro e fora do espaço escolar. Esse fato, muito provavelmente, contribuiu para o percentual de concordância apresentado nos resultados.

O gráfico 1 ilustra o perfil da amostra analisada em relação à variação da CV de P6 na escrita dos alunos pesquisados:

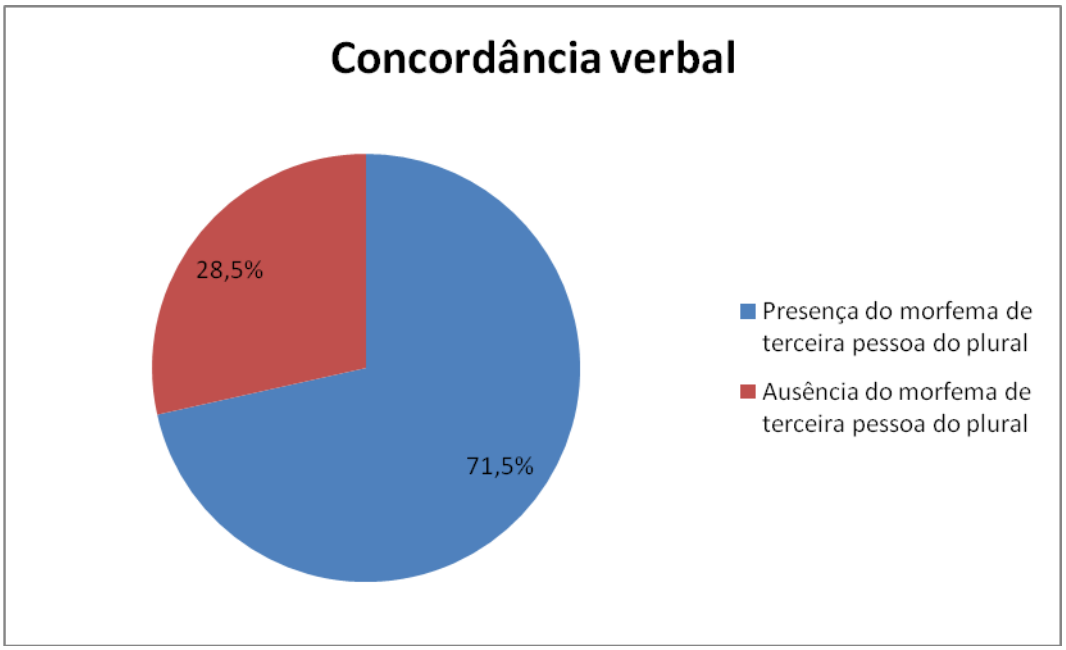


Gráfico 1 – Variação da CV de P6 na escrita dos alunos

A partir dos resultados, pudemos concluir que, embora ocorra variação nas produções escritas dos alunos, esta se direciona para o uso da **variante padrão** da língua, considerando que houve mais realizações do uso da concordância verbal com a presença do morfema de terceira pessoa do plural (71,5%) do que com a marca zero (28,5%). Todavia, há que se considerar ainda o nível de escolaridade dos informantes que, por se tratar do 6º e do 7º anos do Ensino fundamental, pode exercer grande influência nos índices de aplicação do plural marcado nos verbos.

Depoimentos de brasileiros de classes sociais diversas revelam, nas palavras de Mollica (2011, p. 12), que "a escola faz parte do imaginário coletivo como caminho mais seguro de inserção na sociedade letrada". Assim, embora não tenhamos incluído a variável escolaridade na análise, por tratar-se de duas séries bem próximas, cremos que o nível de escolaridade dos alunos pesquisados, *grosso modo*, configura um aspecto favorecedor da concordância, haja vista que, possivelmente, esses falantes já tenham tomado consciência acerca dos padrões linguísticos de prestígio.

No Português falado, os resultados das pesquisas, em geral, realizadas no contexto urbano apresentam um índice maior de marcação de plural, em comparação com as que se voltam para a caracterização do contexto rural com índices, relativamente, mais baixos.

No quadro 2, apresentamos os resultados de alguns estudos brasileiros relacionados à variação da CV de P6 na fala:

Quadro 2 – Aplicação da marca de plural em algumas pesquisas relacionadas ao PB na fala

Pesquisas	Percentual
Naro (1981)	48%
Guy (1987)	43%
Silva (2005)	26%
Lucchesi, Baxter e Silva (2009)	16%
Bortoni-Ricardo (2011)	35%
Araújo (2014)	24,5%

Os resultados das pesquisas observados no quadro 2 correspondem, pela ordem, primeiramente, aos trabalhos de Naro (1981) sobre o perfil dos falantes da cidade do Rio de Janeiro distribuídos por níveis de escolaridade; e, posteriormente, Guy (1987) também sobre os falantes do Rio de Janeiro, utilizando informantes desse mesmo *corpus*. As outras pesquisas correspondem aos trabalhos de Silva (2005) sobre a comunidade de Poções, uma pequena cidade do interior do Estado da Bahia; Lucchesi, Baxter e Silva (2009), sobre a comunidade rural afro-brasileira de Helvécia, no interior do Estado da Bahia; Bortoni-Ricardo (2011), que fez um estudo com migrantes de origem rural radicados na cidade satélite de Braslândia, em Brasília; e, por último, Araújo (2014), que investigou o perfil dos falantes de Feira de Santana - BA, envolvendo o contexto rural e urbano, assim como o Português popular e o Português culto.

Em nosso caso, como o *corpus* foi constituído de dados da escrita e não da fala, era de se esperar que o índice de concordância fosse mais alto do que os índices apresentados pelas pesquisas acima citadas, pois é certo que, em se tratando da escrita, há o predomínio do monitoramento estilístico que pode variar desde os estilos [– monitorados] aos [+ monitorados], conforme orienta Bortoni-Ricardo (2004).

Para fins de comprovação dos dados desta pesquisa, explicitaremos detalhadamente os grupos de fatores e os resultados respectivamente.

4.1 Variáveis linguísticas independentes ou explanatórias

Na presente pesquisa, conforme anteriormente exposto no item 3.3.2, para investigar a escolha do informante na escrita, controlamos as seguintes variáveis linguísticas: (1) realização e posição do sujeito; (2) concordância nominal no sujeito; (3) indicação do plural

no SN sujeito; (4) caracterização semântica do sujeito; (5) tipos de verbo; (6) saliência fônica; e (7) forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo, as quais serão tratadas detalhadamente, conforme a análise dos dados.

Por ordem de relevância, no programa *Goldvarb*, foram selecionadas, estatisticamente, as seguintes variáveis:

(1) Saliência fônica;
(2) Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo.

As demais variáveis linguísticas foram excluídas pelo *Goldvarb*, todavia, falaremos de cada uma delas no final desta seção, seguindo a ordem de relevância que o programa considerou para a exclusão[26]. Ressaltamos ainda que, embora o *Goldvarb* faça estatisticamente uma análise quantitativa, a análise qualitativa também se fez importante neste estudo.

4.2.1 Saliência fônica

De acordo com Naro (1981), a trajetória da mudança linguística segue os diferentes graus/níveis de **saliência fônica**, na direção do menor para o maior. Assim, o processo de mudança teve seu início com a desnasalização dos substantivos (como em garagem/garage), se estendendo para outros níveis de saliência (como em foi/foram).

Fundamentados em Naro (1981) e Silva (2005), consideramos a hipótese de que quanto mais acentuada a diferença singular/plural mais haverá tendência ao uso da **variante padrão**.

Naro e Scherre (2007) consideram que, no Brasil, a maior tendência para o uso de formas não padrão ocorre quando a oposição singular/plural é realizada por uma diferença menos perceptível (ex.: dava/davam; torna/tornam).

Na tabela 2, apresentamos os resultados referentes à variável **saliência fônica** na amostra analisada:

[26] Em sucessivas rodadas, as variáveis foram sendo paulatinamente excluídas e tal ordem de exclusão serviu como base para expor o que empreendemos.

Tabela 2 – Aplicação da marca de plural em função da saliência fônica

Fatores	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Nível 1(conhece/conhecem)	27/33	81,8%	,56
Nível 2 (ganha/ganham)	135/231	58,4%	,32
Nível 3 (quer/querem)	23/26	88,5%	,58
Nível 4 (tá/tão, vai/vão)	5/10	50%	,16
Nível 5 (bateu/bateram, foi/foram)	207/263	78,7%	,59
Nível 6 (veio/vieram, é/são)	47/58	81,0%	,75
Total	444/621	71,5%	

Input 0.768 Log likelihood = -300.706 Significance = 0.182

A partir dos resultados da tabela 2, constatamos nos níveis 1 e 3 uma tendência à aplicação da concordância com pesos relativos ,56 e ,58 respectivamente. Já no nível 2, embora tenhamos encontrado uma frequência significativa de realizações (135/231), pelo peso relativo ,32, percebemos nesse fator o desfavorecimento do uso da variante padrão. Com resultado parecido, no nível 4, também não houve uma tendência ao uso da concordância, pois, nesse nível, constatamos o menor índice de realização da regra com peso relativo ,16. Por outro lado, no nível 5 encontramos o maior número de ocorrências (207/263), com uma tendência para a aplicação da variante padrão, conforme o peso relativo,59. Todavia, o maior índice de realização da **variante padrão** foi conferido no nível 6 com peso relativo ,75.

No gráfico 2, ilustramos esses resultados:

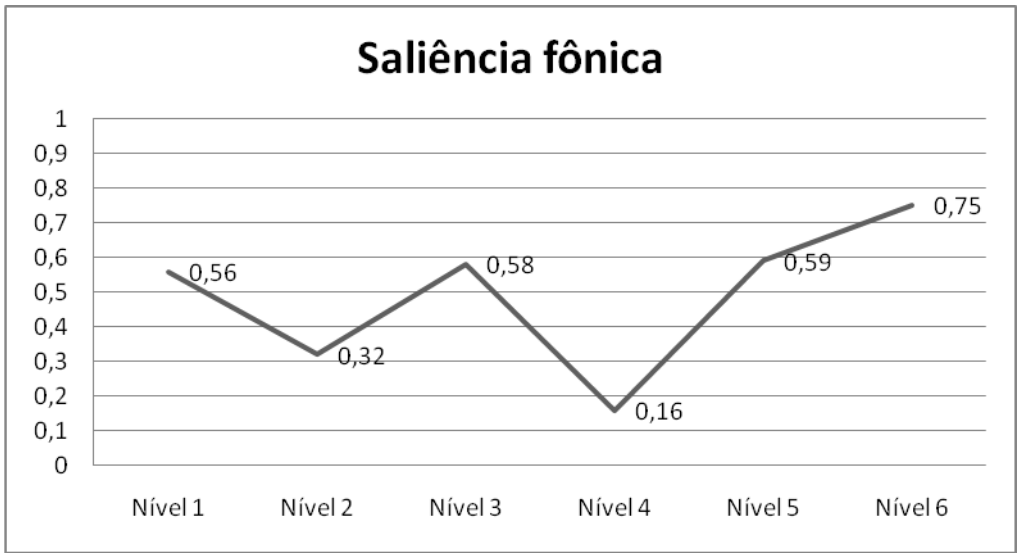


Gráfico 2 - Índice de concordância na variável saliência fônica

Conforme o gráfico 2, pela distribuição hierárquica da **saliência fônica,** depreendemos que, nos três primeiros níveis (fora da sílaba tônica), os maiores índices de concordância foram conferidos nos níveis 1 e 3, enquanto que nos três últimos (dentro da sílaba tônica) foram nos níveis 5 e 6 que encontramos a maior frequência do plural marcado. Contudo, os resultados observados não nos permitem constatar se são os três primeiros níveis (oposição menos saliente) que favorecem a concordância, ou se são os três últimos níveis (da oposição mais saliente) que o fazem. Em outras palavras, os percentuais sinalizados nos níveis da saliência fônica da presente pesquisa não nos permitem dizer se foi confirmada ou não a hipótese de que a variante padrão tende a ser utilizada com maior frequência quando a oposição de formas verbais é mais saliente e vice versa.

Numa segunda rodada, em conformidade com os estudos de Lopes e Baxter (2011), optamos por classificar a **saliência fônica** em apenas três níveis, a fim de melhor interpretar os dados, já que os resultados da primeira rodada mostraram-se pouco representativos e, em alguns níveis, pouco recorrentes. Segundo os autores acima citados, a maior divisão dos níveis de saliência envolve a tonicidade, de modo que

> os verbos mais salientes requerem uma alteração que afeta a sílaba tônica e o acréscimo de um segmento nasal. A maioria destes casos coloca a tônica fora da raiz, e envolve a adição de sílabas. Em contrapartida, nos verbos menos salientes a alteração não envolve a sílaba tônica, mas apenas o acréscimo de um segmento nasal (LOPES; BAXTER, 2011, p. 45).

Os resultados apresentados nessa segunda rodada estão expressos na tabela 3:

Tabela 3 – Aplicação da marca de plural em função da saliência fônica

Fatores	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
1. Nível baixo de saliência *(fala/falam, sai/saem, vai/vão)*	140/241	58,1%	,31
2. Nível intermediário de saliência *(bate/batem, diz/dizem, quer/querem)*	50/59	84,7%	,56
3. Alto nível de saliência *(é/são, fez/fizeram, foi/foram)*	254/321	79,1%	,63
Total	444/621	71,5%	

Input 0.764 Log likelihood = -304.763 Significance = 0.057

Conforme os resultados da tabela 3, fica evidente que, embora o nível intermediário favoreça a aplicação da concordância, há uma diferença significativa entre os três níveis de saliência apresentados, aumentando a frequência de uso da marca, do nível baixo para o alto nível, conforme os respectivos pesos relativos: ,31; ,56; e ,63. Destarte, concluímos que, quanto mais baixo for o nível de **saliência fônica** verbal, menor a tendência ao uso da concordância e vice-versa, o que nos permite dizer que a hipótese levantada inicialmente, em consonância com os estudos de Naro (1981), Silva (2005), Naro e Scherre (2007) e Lopes e Baxter (2011), pode ser confirmada na presente análise.

A proposta de intervenção didática tratada adiante trará algumas possibilidades de abordagem dessa variável no ensino, a partir de algumas sugestões de exercícios que propiciam aos alunos o reconhecimento dos níveis mais acentuados e menos acentuados de **saliência fônica** no paradigma verbal.

4.2.2 Forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo

Essa variável, conforme a orientação de Silva (2003), segue o princípio da coesão estrutural. Assim, para controlá-la, defendemos a hipótese de que a presença da marca de plural nos elementos antecedentes ao verbo pode influenciar a realização da regra. Essa variável é reconhecida por alguns estudiosos, a exemplo de Scherre (1998), Monguilhott (2001) e Naro e Scherre (2007) como "paralelismo formal", seguindo a premissa de que "marcas levam a marcas" (MONGUILHOTT, 2001, p. 47).

Na tabela 4, explicitamos os resultados referentes a essa variável:

Tabela 4 – Aplicação da marca de plural em função da forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo

Fatores	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Núcleo com marca de plural	93/139	66,9%	,49
Núcleo sem marca de plural	5/14	35,7%	,18
Pronome eles	170/234	72,6%	,56
Numeral	16/28	57,1%	,24
Quantificador todos ou todas	14/19	73,7%	,42
Total	298/434	68,7%	

Input 0.768 Log likelihood = -300.706 Significance = 0.182

A partir dos resultados, percebemos que os casos de núcleo com marca de plural apresentam uma frequência de uso bem significativa (139 ocorrências) das quais 66,9% realizam a marca de número nos verbos com peso relativo, 49. Em contrapartida, verificamos pouca frequência de uso do núcleo sem marca de plural (14 ocorrências) das quais apenas 35,7% apresentam a marca de plural nos verbos com peso relativo ,18. Com o quantificador *todos* ou *todas*, houve uma relevante atuação desse fator, com 73,7% de aplicação da marca de número nos verbos e peso relativo ,42. Em relação ao pronome *eles*, percebemos que, além deste ser o elemento mais favorecedor da concordância com peso relativo ,56, houve uma relevante recorrência desse fator na amostra analisada.

Naro e Scherre (2007) analisaram uma amostra de fala de 17 analfabetos do Rio de Janeiro com e sem sujeito explícito e constataram que a marcação de plural no verbo não depende da presença do sujeito explícito, mas da baixa ou alta saliência fônica verbal. Entretanto, verificaram, também, que, quando há a marca explícita de plural nos verbos, é mais comum a presença de sujeito explícito. Assim, "com o caso em que o verbo exibe uma marca explícita de plural, como em *falam* [...] o sujeito pode estar presente ou não, com variação entre *eles falam* e *falam.* Nesse caso, a forma mais frequente é *eles falam* (698/935 = 75%)" (NARO; SCHERRE, 2007, p. 147).

O mesmo fenômeno foi examinado por eles no *Corpus Censo*, contendo 64 falantes do Rio de Janeiro, em gravações feitas em 1980. Nessa investigação, a partir da análise dos resultados, foi revelado que, em verbos com plural marcado, o sujeito pronominal (eles falaram) está presente em 73% das ocorrências e ausente (falaram) em 27%. Por outro lado, nos verbos sem marca de plural, o sujeito pronominal (eles falou) está presente em 57% das ocorrências e ausente (falou) em 43%, haja vista que as desinências, relacionadas ao sujeito e ao verbo, se repetem, de maneira redundante.

Na presente pesquisa, conferimos ao sujeito pronominal *eles* a maior frequência de uso com 234 ocorrências, sendo 72,6% delas com presença da marca de plural nos verbos, o que o aponta como o elemento mais favorecedor da concordância no grupo de fatores em questão.

Na terceira rodada, amalgamamos os fatores: pronome *eles* e quantificador *todos* ou *todas* e obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 5 – Aplicação da marca de plural em função da forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo

Fatores	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Núcleo com marca de plural	93/139	66,9%	,50
Núcleo sem marca de plural	5/14	35,7%	,19
Pronome: eles, todos e todas	184/253	72,7%	,54
Numeral	16/28	57,1%	,24
Total	298/434	68,7%	

Input 0.768 Log likelihood = -301.509 Significance = 0.158

A partir da tabela 5, podemos concluir que, em geral, nos casos em que os elementos antecedentes ao verbo apresentam a desinência de plural, a tendência é que a desinência de número também seja marcada no verbo, de forma redundante, com exceção do numeral com peso relativo ,24, mostrando-se desfavorecedor da marca, cujos dados estão ilustrados no gráfico 3:

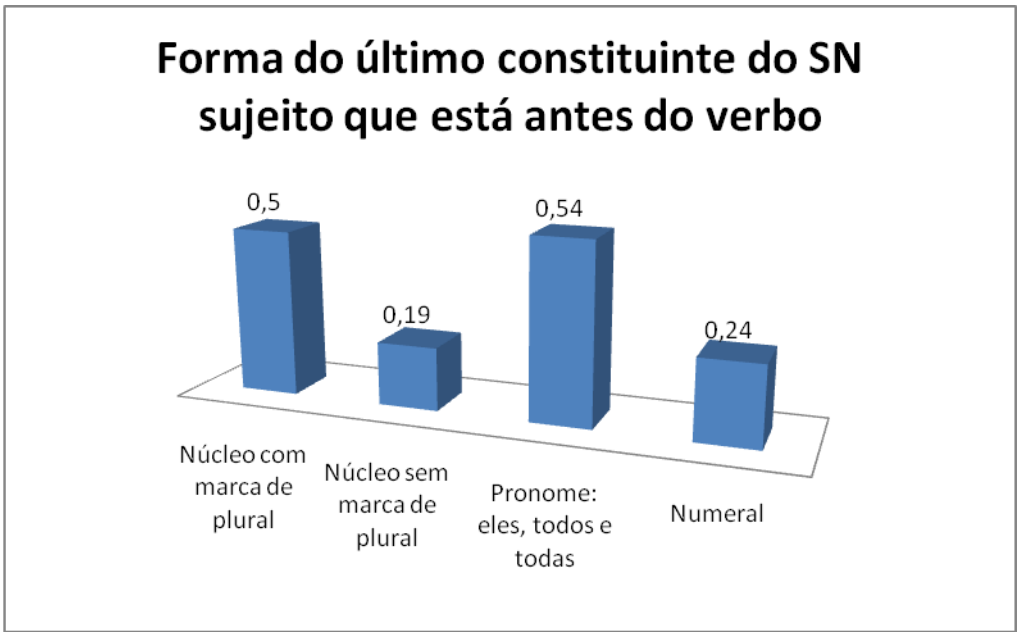


Gráfico 3 - Índice de concordância na variável forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo

Conforme o gráfico 3, podemos concluir que, se houver concordância no SN sujeito, o mais provável é que haja concordância também no verbo e vice-versa, confirmando a hipótese de que marcas levam a marcas, conforme Scherre (1988; 2007) e Monguilhott (2001).

Ao abordar essa variável em sala de aula, o professor precisará levar o aluno a tomar consciência de que quando o sujeito estiver no singular o verbo também deve ser mantido no singular e, de modo semelhante, o sujeito no plural leva o verbo para o plural.

Analisamos as demais variáveis seguindo a ordem que o programa considerou para excluí-las. Ademais, cruzamos alguns grupos de fatores na tentativa de esclarecer possíveis dúvidas em relação aos resultados encontrados.

As variáveis não selecionadas pelo programa *Goldvarb* foram classificadas conforme a seguinte ordem de importância:

(1) Realização e posição do sujeito;
(2) Tipos de verbo;
(3) Indicação do plural no SN sujeito;
(4) Caracterização semântica do sujeito;
(5) Concordância nominal no sujeito.

Em relação à variável **caracterização semântica do sujeito**, preferimos descartá-la, porque, na atividade utilizada envolvendo sujeito [-humano], "Uma história de amor" – que conta a história de dois lápis que vivem um grande amor – as personagens foram personificadas pelos informantes. Desse modo, e, devido à fase de adolescência em que esses estudantes se encontram, utilizaram as personagens "lápis azul e rosa" como duas pessoas que se apaixonam. Por essa razão, julgamos irrelevante comparar os fatores [+humano] *versus* [-humano] neste envelope de variação.

Assim, apresentamos, a seguir, as variáveis eliminadas pelo *Goldvarb*, por ordem de importância, com exceção da **caracterização semântica do sujeito**.

4.2.3 Realização e posição do sujeito

O controle dessa variável parte da hipótese de que a **realização e posição do sujeito** em relação ao verbo da oração são condicionantes ou condicionadoras da aplicação da regra (SILVA, 2005). Corroborando essa hipótese, Scherre e Naro (2007) consideram que, para os casos de sujeitos plurais, quando os sujeitos estão distantes ou pospostos ao verbo, ocorre o uso mais frequente de formas verbais no singular.

Na tabela 5, sinalizamos os resultados correspondentes à **realização e posição do sujeito** na escrita dos alunos. Devido a pouca recorrência de alguns fatores na amostra observada, amalgamamos os casos em que ocorreram: *sujeito anteposto ao verbo com Sprep* que foi unido ao sujeito anteposto ao verbo com um ou mais constituintes intervenientes; e o *sujeito posposto separado por um ou mais constituintes*, amalgamado ao sujeito imediatamente posposto:

Tabela 6 – Aplicação da marca de plural em função da realização e posição do sujeito

Fatores	Ocorrências	Percentual
Sujeito imediatamente anteposto ao verbo	279/392	71,2%
Sujeito anteposto ao verbo com constituintes intervenientes	12/19	63,2%
Sujeito retomado por pronome relativo	20/38	52,6%
Sujeito não realizado referencial	120/150	80,0%
Sujeito posposto	13/22	59,1%
Total	444/621	71,5%

A partir dos resultados, verificamos, no sujeito imediatamente anteposto, um índice significativo de concordância com 71,2% e, dessa forma, seu uso tende a cair à medida que o sujeito fica mais distante do verbo (63,2%), com o menor índice de concordância conferido ao sujeito retomado por pronome relativo (52,6%). Por outro lado, constatamos, no sujeito não realizado referencial, o maior índice de concordância (80% do total de realizações), enquanto, no sujeito posposto, encontramos um total de 59,1% do total de realizações, conforme o gráfico 4:

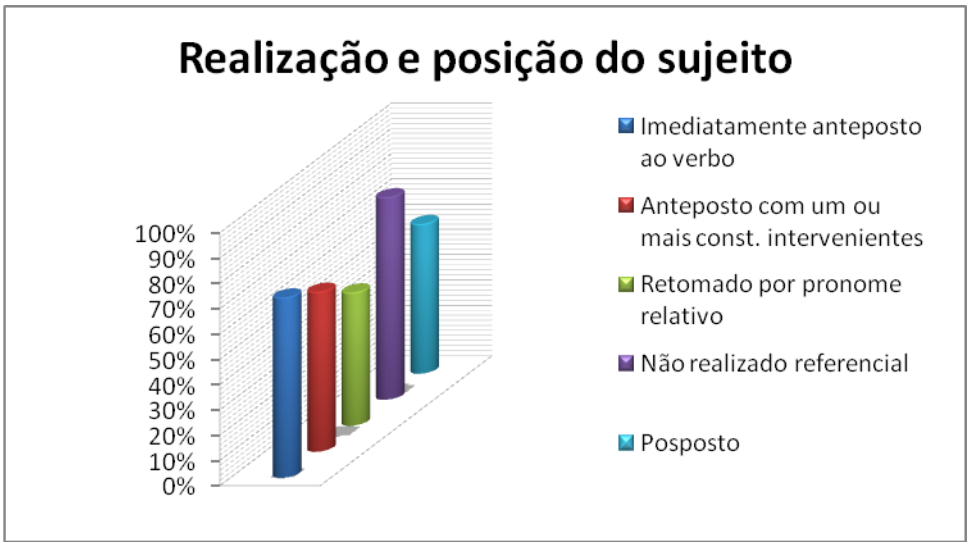


Gráfico 4 – Índice de concordância na variável realização e posição do sujeito

Podemos depreender que a variação que se apresenta na escrita dos estudantes em relação à variável **realização e posição do sujeito** está direcionada para a aquisição das marcas de plural. Ademais, nos resultados, há a confirmação da hipótese proposta por Naro e Scherre (2007), de que o sujeito imediatamente anteposto favorece a concordância, enquanto que a posposição a desfavorece.

Fizemos o cruzamento dos dados dessa variável com a variável **diazonalidade**, a fim de verificar se o meio rural/urbano influencia ou não na aplicação da marca de plural. Na tabela seguinte, estão expressos esses resultados:

Tabela 7 – Aplicação da marca de plural na realização e posição do sujeito em função da diazonalidade

Diazonalidade	**Urbano**		**Rural**	
Realização e posição do sujeito	**Ocorrências**	**Percentual**	**Ocorrências**	**Percentual**
Imediatamente anteposto	172/212	81%	107/180	59%
Anteposto com intervenientes	8/11	73%	4/8	50%
Retomado por pron. relativo	11/19	58%	9/19	47%
Não realizado referencial	90/103	87%	30/47	64%
Posposto	9/15	60%	4/7	57%
Total	290/360	81%	154/261	59%

Percebemos, em termos percentuais, que o ambiente urbano favorece a aplicação da **variante padrão**, em relação ao que ocorre no ambiente rural. Todavia, em geral, o quadro de variação não mudou muito, pois o sujeito imediatamente anteposto ao verbo favorece a concordância com 81%, enquanto o sujeito distante a desfavorece, como é o caso do sujeito retomado por pronome relativo, com os menores índices percentuais, tanto no espaço urbano como rural com 58% e 47%, respectivamente. Da mesma forma, o sujeito não realizado referencial permanece como o mais favorável à regra, enquanto a posposição influencia menos a aplicação do plural marcado.

Outro cruzamento foi feito, dessa vez com a **renda familiar** dos informantes, pois acreditamos que a posição socioeconômica seja um fator definidor do espectro da variação da CV de P6 na escrita dos alunos observados. Os resultados desse procedimento estão expostos na tabela a seguir:

Tabela 8 – Aplicação da marca de plural na realização e posição do sujeito em função da renda familiar

Renda familiar	**Média**		**Baixa**	
Posição e realização do sujeito	**Ocorrências**	**Percentual**	**Ocorrências**	**Percentual**
Imediatamente anteposto	65/69	94%	214/323	66%
Anteposto com intervenientes	4/4	100%	8/15	53%
Retomado por pron. relativo	3/3	100%	17/35	49%
Não realizado referencial	34/34	100%	86/116	74%
Posposto	3/5	60%	10/17	59%
Total	109/115	95%	335/506	66%

Conforme a tabela 8, podemos inferir que a **renda familiar** exerce grande influência na aplicação da regra de concordância, sendo, pois, decisiva da definição do perfil da variação de concordância verbal na escrita dos alunos. Destarte, os índices de aplicação da marca de plural nas ocorrências dos informantes de renda média se sobrepõem aos valores observados nas ocorrências dos informantes de renda baixa. Os contrastes maiores são observados nos casos de sujeito anteposto com constituintes intervenientes (ou distante do verbo) e no sujeito retomado por pronome relativo. No primeiro caso, o percentual de aplicação da regra foi de

100% pelos alunos de renda média e 53% pelos alunos de renda baixa, assim como no segundo caso com 100% e 49%, respectivamente.

Em relação ao sujeito posposto, porém, os valores quase se equiparam nas ocorrências dos alunos de média e baixa renda, conforme os respectivos 60% e 59%, podendo ser interpretado, portanto, como menos influenciador da concordância em ambos os contextos. De forma oposta, o sujeito não realizado se destaca como fortemente motivador da aplicação da marca de número com 100% de aplicação pelos alunos de maior poder aquisitivo e 74% pelos demais.

Curiosamente, o sujeito retomado por pronome relativo também sofre uma mudança visto da perspectiva da **renda familiar**[27], pois, neste cruzamento, ele se encontra com 100% de concordância pelos alunos de renda média, enquanto que, no resultado geral, ele se apresenta com apenas 52,6% de aplicação na forma padrão. Inferimos, portanto, que a diferença para menos no espectro da variação é mantida pelos falantes de renda baixa.

4.2.4 Tipos de verbo

A hipótese que nos guia para o controle dessa variável é a de que o tipo de verbo, a sua transitividade e a sua natureza vão condicionar a aplicação ou não da regra de concordância. Conforme Silva (2005), assim como Graciosa (1991) e Araújo (2014), a carga semântico-funcional pode influenciar a aplicação ou não da marca de plural nos verbos.

Silva (2005), ao analisar essa variável, concluiu que o verbo de ligação foi o que mais favoreceu a concordância enquanto o inacusativo foi o que menos favoreceu a aplicação da marca de plural. Curiosamente, houve uma mudança na ordem canônica do verbo inacusativo, conforme relata Silva (2005, p. 271), o qual passou de SV para VS, detendo sua presença, unicamente, na posposição do sujeito. No caso desse verbo, Monguilhott (2001) reporta em seus resultados que o inacusativo foi desfavorecedor da concordância com peso relativo , 37.

Na presente pesquisa, os resultados relacionados à variável **tipos de verbo** estão expostos na tabela 9:

[27] Uma discussão mais detalhada sobre a influência da Renda Familiar na aplicação da norma padrão será apresentada mais adiante na análise dos resultados referentes a essa variável.

Tabela 9 – Aplicação da marca de plural em função dos tipos de verbo

Fatores	Ocorrências	Percentual
Transitivo	141/199	70,9%
Intransitivo	76/102	74,5%
Locativos	70/91	76,9%
Modais	30/41	73,2%
Auxiliares	40/60	66,7%
De ligação	79/118	66,9%
Inacusativo	8/10	80%
Total	444/621	71,5%

Os verbos locativos obtiveram um índice significativo de aplicação da concordância com 76,9%, seguido dos intransitivos com 74,5% e dos modais com 73,2%. Os verbos inacusativos foram os menos utilizados da amostra (apenas 10 dados), embora sejam os mais tendentes ao uso da concordância com um índice de 80%. Por outro lado, o verbo transitivo foi o mais utilizado em relação aos outros tipos de verbo (199 dados) dos quais 70,9% foram empregados na forma padrão. Verificamos, pois, menos tendência para a aplicação da regra de concordância nos verbos de ligação, assim como nos auxiliares,respectivamente, com 66,9% e 66,7%.

No gráfico 5, estão distribuídos os **tipos de verbo** e seus respectivos índices de aplicação da **variante padrão** na amostra analisada:

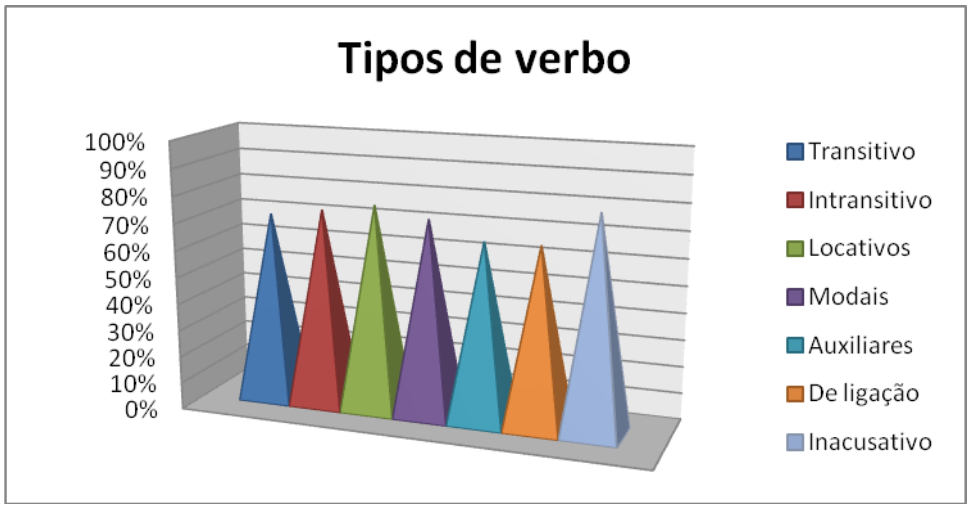


Gráfico 5 - Índice de concordância na variável tipos de verbo

Conforme observamos nos resultados, o verbo inacusativo foi o que mais favoreceu a concordância, diferentemente do que ocorreu nos estudos de Silva (2005) e Monguilhott (2001).

4.2.5 Indicação do plural no SN sujeito

Para controlar essa variável, orientados por Silva (2005), aventamos a hipótese de que a constituição e formação do plural são fatores condicionantes da aplicação da regra.

Na tabela 10, apresentamos os resultados da variável **indicação do plural no SN sujeito** no uso da **CV de P6** na escrita dos alunos:

Tabela 10 – Aplicação da marca de plural em função da indicação do plural no SN sujeito

Fatores	Ocorrências	Percentual
Mórfica	255/362	70,4%
Com numeral	32/56	57,1%
Com quantificador	12/19	63,2%
Sujeito composto	24/33	72,7%
Total	323/470	68,7%

Encontramos, na indicação mórfica, um índice bem expressivo de marcação do plural nos verbos com 70,4%, o que denota grande influência desse elemento na aplicação da regra de concordância, além de ter sido o elemento mais utilizado pelo grupo estudado (362 do total de 470 dados). Por outro lado, nas formas com numeral e com quantificador, constatamos uma tendência menor para o uso da concordância, em comparação com as demais, com um índice de 57,1% e 63,2%, respectivamente. No entanto, foi o sujeito composto que mais favoreceu a aplicação da regra de concordância com 72,7% de aplicação da marca de número nos verbos.

Apresentamos o índice de concordância dessa variável, no gráfico 6, a seguir:

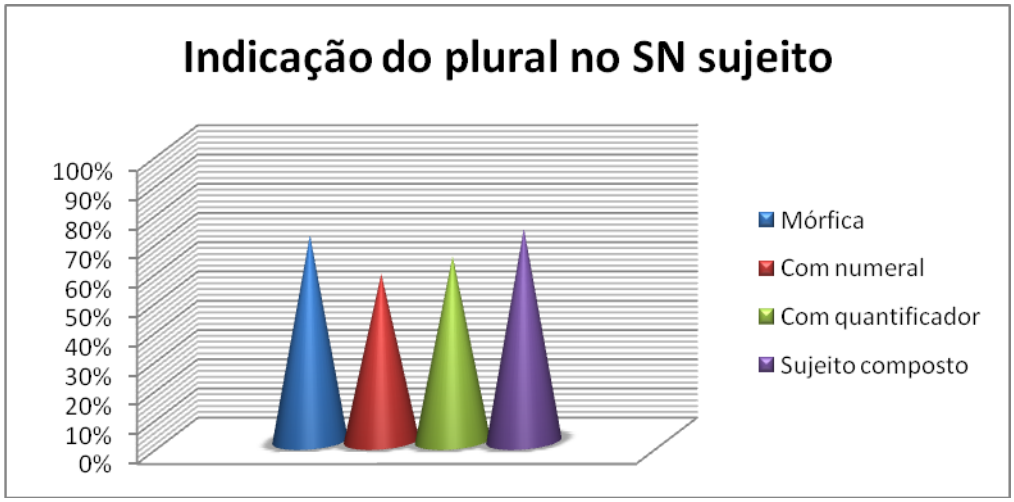


Gráfico 6 - Índice de concordância na variável indicação do plural no SN sujeito

Verificamos, no gráfico 6, que a indicação mórfica e o sujeito composto foram os elementos mais favorecedores da marca de plural nos verbos, o que confirma a hipótese levantada na presente investigação de que a constituição e formação do plural são fatores condicionantes da aplicação da regra.

4.2.6 Concordância nominal no sujeito

Para o controle dessa variável, defendemos a hipótese de que, se o utente da língua faz concordância no sintagma nominal, ele fará também no verbo, com base em Lucchesi, Baxter e Silva (2009) e Silva (2005). Em outras palavras, a aplicação das marcas de número no verbo ocorre com maior frequência quando há concordância dentro do sintagma nominal que constitui o sujeito da oração.

Na tabela 11, mostramos os resultados dessa variável na escrita dos alunos:

Tabela 11 – Aplicação da marca de plural em função da concordância nominal no sujeito

Fatores	Ocorrências	Percentual
SN com concordância	120/183	65,6%
SN sem concordância	17/31	54,8%
Total	137/214	64,0%

Conforme os resultados, nos casos de SN com concordância, o índice de aplicação da marca de plural nos verbos (65,6%) foi maior do que nos casos de SN sem concordância, com 54% de aplicação do plural marcado nos verbos.

No gráfico 7, apresentamos a distribuição da variável **concordância nominal no sujeito** na escrita dos alunos montealtenses:

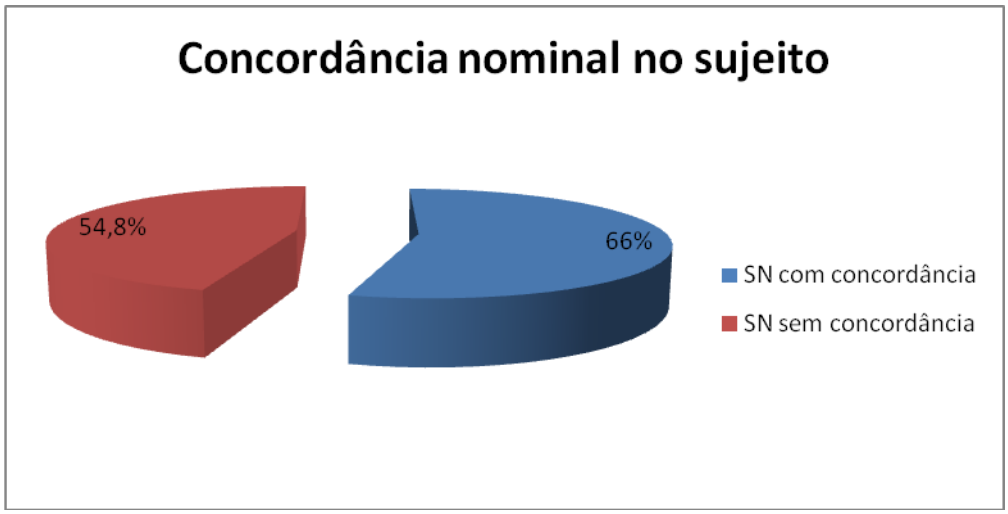


Gráfico 7 - Índice de concordância na variável concordância nominal no sujeito

Concluímos que, quando há aplicação da concordância no sujeito da oração, maior é a tendência dos alunos para a aplicação das regras de concordância também no verbo, confirmando a hipótese aventada inicialmente, conforme Vieira (2009, p. 89), de que "marcas levam a marcas e zeros levam a zeros".

Dando continuidade à análise e interpretação dos dados desta pesquisa, apresentamos, em seguida, as variáveis extralinguísticas, para as quais esboçamos os resultados e as discussões referentes, com base em alguns estudos feitos no Brasil.

4.3 Variáveis extralinguísticas

Com base em Silva (2005), entendemos que as variáveis sociais devam ser estudadas levando em consideração a história das comunidades, pois cada uma delas apresenta peculiaridades linguísticas subjacentes à sua formação cultural e histórica. Nesse sentido, segundo esse autor, mesmo comunidades próximas podem ter tanto semelhanças quanto diferenças em relação à língua, que só serão percebidas ao longo da pesquisa.

Em se tratando das variáveis extralinguísticas, consideramos no âmbito desta investigação os fatores (1) diazonalidade, (2) sexo, (3) renda familiar, (4) acesso à web, (5) acesso à leitura e (6) monitoração discursiva[28].

No programa *Goldvarb*, foram selecionadas, por ordem de importância, as seguintes variáveis:

(1) Diazonalidade;
(2) Monitoração discursiva;
(3) Acesso à web;
(4) Renda familiar;
(5) Acesso à leitura.

A variável **sexo** não foi selecionada pelo programa, certamente porque a diferença percentual e pesos relativos referentes a essa variável foram menos significativos do que as demais. Mesmo assim, consideramos relevante apresentar o perfil dos informantes em relação ao **sexo**, devido à peculiar caracterização que os resultados sinalizaram em comparação com a situação registrada pela maior parte dos estudos sociolinguísticos feitos no Brasil. Assim, apresentaremos os resultados referentes a essa variável no final desta seção, após a exposição dos resultados e interpretação dos dados das variáveis extralinguísticas selecionadas pelo *Goldvarb*.

4.3.1 Diazonalidade

Os diferentes modos de falar que configuram a realidade linguística brasileira estão intimamente relacionados à origem dos falantes (FARACO, 2008). Assim, acreditamos que os informantes urbanos apresentam um repertório linguístico comum que os identificam enquanto falantes urbanos e, por outro lado, os distanciam das características próprias do falar rural. Por essa razão, para controlar a variável **diazonalidade**, com base em Silva (2005), aventamos a hipótese de que os falantes urbanos tendem a fazer mais concordância do que os falantes rurais.

[28] Embora a Monitoração Discursiva esteja inserida entre as variáveis extralinguísticas, ela faz parte da categoria das variáveis estilísticas, conforme Bortoni-Ricardo (2004).

Araújo (2014), corroborando essa hipótese, considera que os falantes rurais apresentam variedades linguísticas próprias que as diferem das variedades utilizadas pelos falantes urbanos, pois a população rural "têm/tiveram menos acesso a instâncias que levem à aquisição de padrões linguísticos da norma culta" (ARAÚJO, 2014, p. 221). Todavia, segundo Faraco (2008, p. 44), em menos de 50 anos, o êxodo em massa do campo para a cidade colocou o Brasil entre os países mais urbanos do mundo com aproximadamente 80% da população morando nos centros urbanos. Devido ao perfil urbano do Brasil e aos meios de comunicação de massa, principalmente o rádio e a televisão que chegam à maioria das residências no atual contexto, as variedades faladas pela população tradicionalmente urbana exercem maior influência sobre as demais.

Silva (2005) acredita que, embora a urbanização incida na apropriação dos usos linguísticos, as estatísticas em relação ao crescimento populacional urbano nem sempre condizem com a realidade linguística em alguns contextos observados. Em alguns casos, como a Bahia, por exemplo, é percebido que "a urbanização do espaço baiano deve ser vista como um mosaico em que os tons característicos da urbanização podem oscilar a depender dos olhos que os veem" (SILVA, 2005, p. 301). O autor, em seu estudo de três comunidades geograficamente próximas – o povoado de Morrinhos, o povoado de Cinzento e a cidade de Poções –, verificou que a mobilidade mostrou ser um fator de favorecimento da aplicação da regra de concordância verbal pelos falantes. De modo que, aqueles que têm mais acesso a meios mais urbanizados (por ex.: moradores de Morrinhos e Cinzento que se deslocam com mais frequência para Poções e estes para Vitória da Conquista que é uma cidade maior) possuem mais chances de adquirir as formas linguísticas de prestígio.

Em nosso estudo, em conformidade com os autores acima citados, cremos que a urbanização tenha influenciado de igual modo no aumento dos usos linguísticos de prestígio. Por essa razão, falantes com mais acesso aos espaços urbanos têm mais chances de utilizarem um discurso mais monitorado e de se apropriarem dos falares cultos.

Na tabela 12, demonstramos o perfil da Variável **diazonalidade** na escrita dos alunos montealtenses:

Tabela 12 – Aplicação da marca de plural em função da diazonalidade

Fatores	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Urbano	290/360	80,6%	,59
Rural	154/261	59,0%	,36
Total	444/621	71.5%	

Input 0.768 Log likelihood = -300.706 Significance = 0.182

Por meio dos resultados da análise, constatamos que os alunos urbanos realizam a concordância com mais frequência (conforme o percentual de 80,6% e peso relativo ,59) do que os alunos rurais (com 59,0% e peso relativo ,36), confirmando a hipótese levantada anteriormente neste estudo.

Apresentamos, no gráfico 8, o índice de concordância na variável diazonalidade:

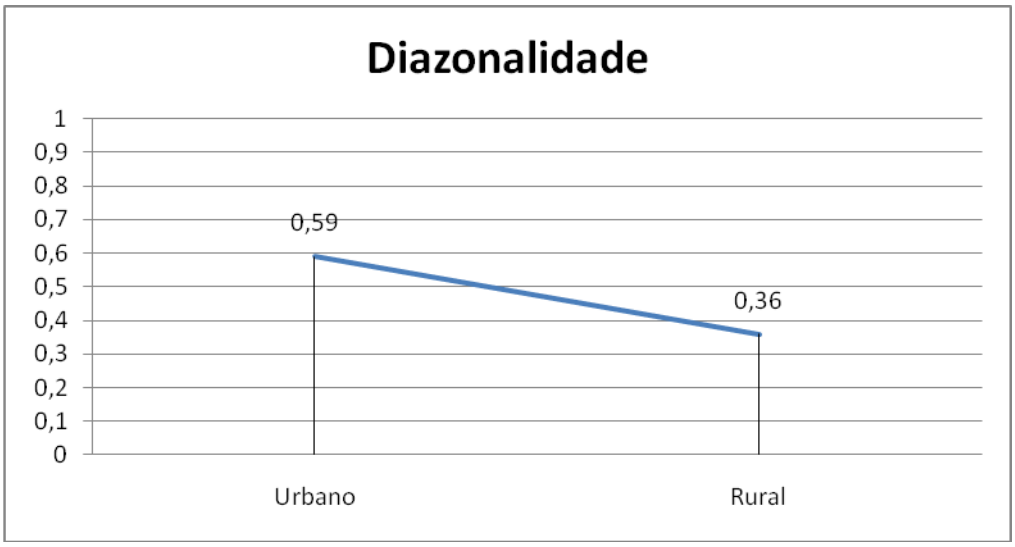


Gráfico 8 - Índice de concordância na variável diazonalidade

Pelo gráfico 8, percebemos que, embora o uso da **variante padrão** tenha apresentado um índice significativo nos dois contextos, tanto o perfil rural quanto urbano evidencia um quadro relativamente baixo em relação à estimativa esperada para o nível de escolaridade dos alunos por se tratar da escrita e não da fala. A escrita possibilita maior grau de monitoração estilística, conforme Bortoni-Ricardo (2004; 2005; 2011), por isso, obviamente, para o nível escolar em que esses alunos/escritores se encontram, esperamos o uso mais frequente da norma culta em suas produções textuais. Por essa razão, acreditamos que a hipótese inicialmente aventada, nesta investigação, de que exista uma relativa contradição entre a

metodologia de ensino aplicada na escola – ainda presa à taxonomia das gramáticas tradicionais – e o contexto da heterogeneidade linguística apresentado pelos alunos que ela atende, se confirma no presente estudo.

Nesse sentido, defendemos o ensino que vise à conscientização e reflexão sobre a língua em seu real funcionamento, de modo que o professor possa relacionar o conteúdo gramatical que está sendo trabalhado às ocorrências, empiricamente evidenciadas na comunidade de fala, cuja variação é constitutiva da dinamicidade da língua.

4.3.2 Monitoração discursiva

Conforme Bortoni-Ricardo (2004, p. 62), no *continuum* de monitoração estilística, as interações verbais vão desde atividades mais espontâneas até as mais planejadas. Desse modo, a pesquisadora classifica essas interações dentro desse *continuum* como: [- monitoradas] e [+ monitoradas]. O estilo monitorado é mais próximo da linguagem formal, enquanto o estilo não monitorado é próprio da oralidade, como é o caso das conversas paralelas, geralmente em voz baixa, que ocorrem entre membros de um grupo. Para a autora, os falantes rurais e rurbanos, a rigor, não dispõem de recursos estilísticos monitorados próprios da variedade prestigiada, mesmo variando seus estilos, em função das características de suas redes sociais. Assim, falantes urbanos têm uma rede mais complexa e heterogênea, o que os possibilita maior contato com os padrões linguísticos urbanos cultos.

Com base nesse pressuposto, acreditamos que, em nossa pesquisa, a **monitoração discursiva** seja um fator favorecedor da aplicação da regra de concordância na escrita dos alunos investigados. Nessa mesma direção, Guy (1981) considera que quanto mais casual for o estilo, menor será o índice de aplicação da regra de concordância. Assim, estilos mais monitorados favorecem a regra.

Na primeira rodada do *Goldvarb*, distribuímos essa variável em quatro fatores, de acordo com as quatro atividades realizadas. Todavia, em uma terceira rodada, amalgamamos as atividades em apenas dois fatores: atividade [- monitorada] e atividade [+ monitorada], conforme os resultados expostos na tabela 13:

Tabela 13 – Aplicação da marca de plural em função da monitoração discursiva

Fatores	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Atividade [– monitorada]	315/457	68,9%	,44
Atividade [+ monitorada]	129/164	78,7%	,65
Total	444/621	71.5%	

Input 0.768 Log likelihood = -301.509 Significance = 0.158

De acordo com os resultados, as atividades mais monitoradas apresentaram um percentual de 68,9% de aplicação da marca de número na flexão verbal de terceira pessoa do plural, com pesos relativos ,44. Em contrapartida, as atividades menos monitoradas apresentaram uma frequência maior de aplicação da marca de plural, com 78,7% e peso relativo ,65, conforme exposto no gráfico 9:

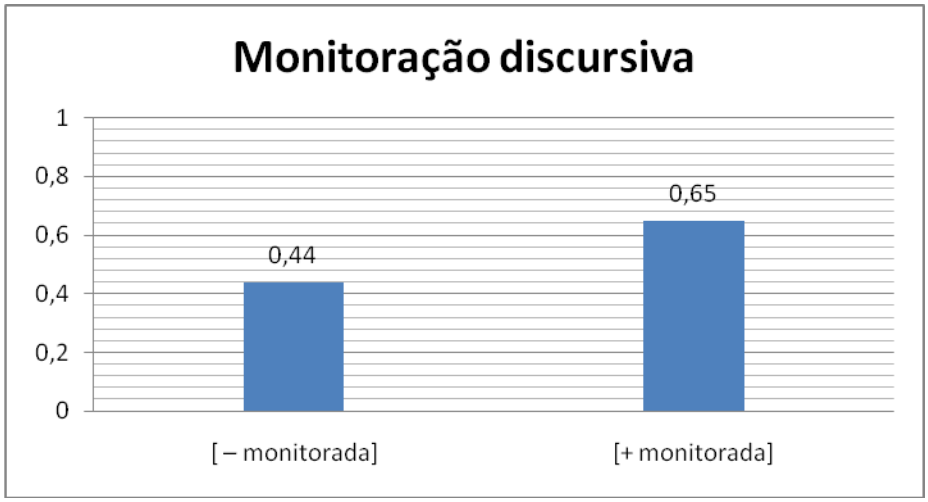


Gráfico 9 - Índice de concordância na variável monitoração discursiva

Com base no gráfico 9, podemos concluir que as atividades [+ monitoradas] favorecem a concordância, enquanto as atividades [-monitoradas] a desfavorecem, confirmando as constatações de Bortoni-Ricardo (2004) e Guy (1981) nas quais nos embasamos na formulação da hipótese por nós aventada.

4.3.3 Acesso à *web*

A exposição à mídia, conforme Bortoni-Ricardo (2011), é uma variável bem significativa em estudos sociolinguísticos que visam estabelecer um parâmetro para as

comunidades rurais expostas aos recursos midiáticos, embora não tenha sido bem definida ainda a relevância do acesso aos recursos audiovisuais nos usos linguísticos. Segundo ela, o foco da mídia sobre a sociedade não é mudar seus hábitos linguísticos, mas influenciar possíveis mudanças de atitudes e promover as redes sociais de referência nacional. Contudo, o grau de exposição à mídia mostrou ser um fator favorecedor da aplicação de alguns padrões linguísticos (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 180-181).

Como o rádio e a televisão se tornaram meios de comunicação já bem difundidos no Brasil e, no caso da comunidade estudada, a maioria já tem acesso a essas mídias, elegemos nesse aspecto o **acesso à *web***, visto que boa parte dos informantes pouco dispõe desse recurso. Pensamos, então, que essa variável provavelmente seja um elemento diferenciador dos padrões linguísticos nos resultados da presente investigação.

Para controlar essa variável, defendemos a hipótese de que, quanto mais frequência a exposição à *web* tiver o falante, seja no acesso a redes sociais, seja para fins de pesquisa ou entretenimento, utilizando o computador, *tablet*, celular etc., mais facilidade ele terá para desenvolver suas habilidades linguísticas, como é o caso do emprego da concordância verbal.

Em nosso estudo, dos 20 informantes investigados, seis deles não fazem uso da *web* porque não tem *internet* em casa. Os demais a utilizam com frequência, entretanto, dentre eles, cinco a utilizam com a finalidade de estudar e fazer pesquisas de interesses gerais, enquanto os outros nove a utilizam apenas para diversão acessando redes sociais, jogos etc.

Na tabela 13, apresentamos os resultados em relação a essa variável no emprego da concordância verbal de terceira pessoa do plural nos textos observados:

Tabela 14 – Aplicação da marca de plural em função do acesso à *web*

Fatores	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Tem acesso	340/462	73,6%	,46
Não tem acesso	104/159	65,4%	,61
Total	444/621	71.5%	

Input 0.768 Log likelihood = -300.706 Significance = 0.182

Conforme os resultados da tabela 14, os alunos que têm Acesso à *web* não apresentaram uma frequência significativa de aplicação da **variante padrão**, em termos de peso relativo, se comparado aos que não têm acesso a esse recurso midiático com um índice de ,46 e ,61, respectivamente.

No gráfico 10 estão expostos os índices da concordância na variável acesso à *web*:

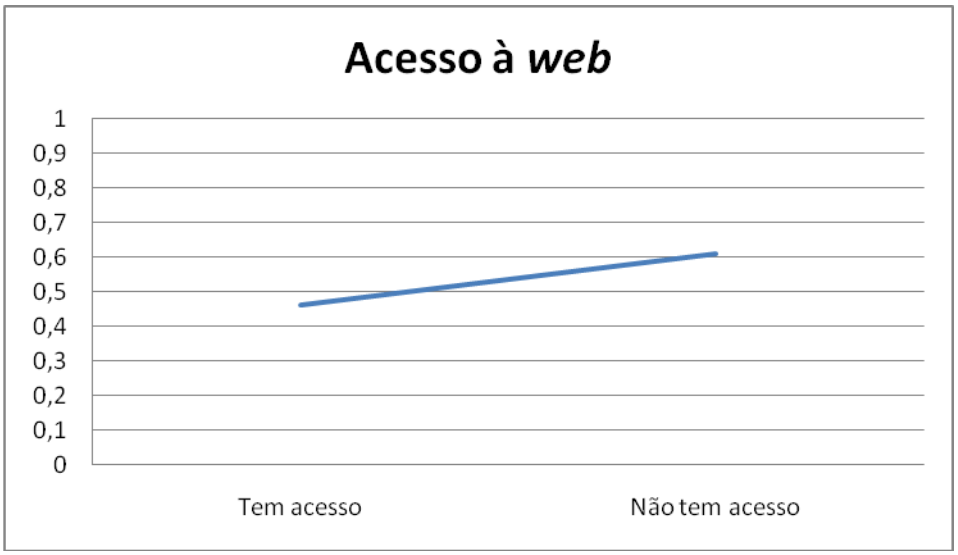


Gráfico 10 - Índice de concordância na variável acesso à *web*

Observando o gráfico 10, podemos depreender que, embora não tenha havido um contraste muito grande entre os falantes que fazem uso da *web* e os que não o fazem, esse recurso midiático não mostrou ser um fator diferenciador dos padrões da CV de P6 no grupo pesquisado. Assim, acreditamos que, não obstante o grau de envolvimento e interação com a mídia seja um indicador de incremento à difusão dialetal, conforme revela Bortoni-Ricardo (2011), na presente pesquisa, a irrelevância da variável **acesso à *web*** para o aumento nos índices de concordância se explica devido à preferência da maioria dos alunos pelas redes sociais e entretenimento em geral, e a pouca atenção dada a assuntos como fonte de estudo e pesquisa.

4.3.4 Renda familiar

Para a análise dessa variável, defendemos a hipótese de que, quanto mais alta a classe social do falante, mais tendência ele terá para a aplicação do plural marcado nos verbos. Inicialmente, conforme relatamos na seção 3, selecionamos os fatores: renda alta, renda média e renda baixa, entretanto, como só houve um informante que se enquadrou na posição de renda alta, amalgamamos as duas últimas. Assim, para o controle dessa variável, consideramos dois grupos de **renda familiar**: renda baixa e renda média.

Na maioria dos estudos sociolinguísticos, os pesquisadores tomam como base o grau de escolaridade para traçar o perfil social do falante dialética e economicamente. Entretanto, o estudo feito por Bortoni-Ricardo (2011) sinalizou que os jovens com grau de escolaridade maior só apresentaram mais concordância quando possuíam um poder aquisitivo maior.

Neste estudo, constatamos que os alunos de classe social mais alta, em nível de escolaridade semelhante, utilizam com mais frequência a variante padrão do que os falantes de classe mais baixa, conforme os dados apresentados na tabela 15:

Tabela 15 – Aplicação da marca de plural em função da renda familiar

Fatores	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Renda média	109/115	94.8%	,86
Renda baixa	335/506	66.2%	,39
Total	444/621	71.5%	

Input 0.768 Log likelihood = -300.706 Significance = 0.182

Pelos resultados, podemos verificar um aumento significativo do uso da variante padrão na escrita dos falantes com renda média, inversamente ao que se vê nas produções dos falantes que possuem um padrão de vida mais baixo, com índices de aplicação da marca de plural de ,86 e ,39, respectivamente. No gráfico 11, expomos esses resultados:

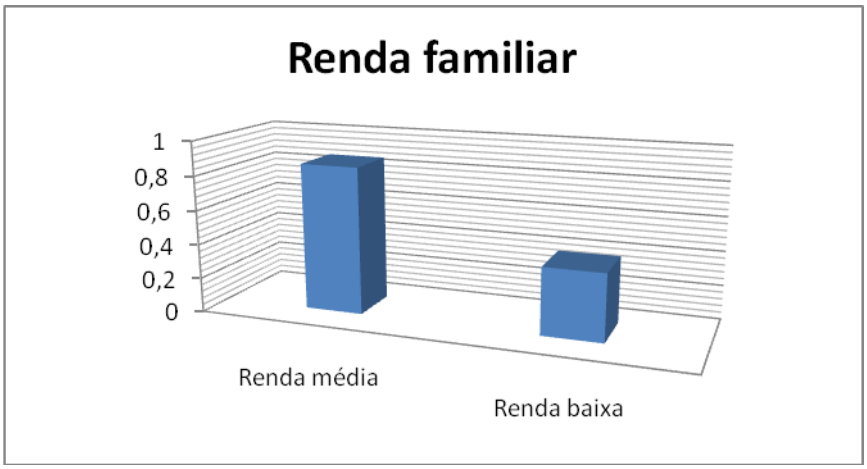


Gráfico 11 - Índice de concordância na variável renda familiar

Observamos que, na renda média, identificamos os falantes das variantes de prestígio, enquanto que os falantes de renda baixa, embora tenham uma tendência à aplicação da regra, ainda se encontram numa distância relativamente grande em relação ao nível daqueles.

A partir destes e dos resultados de Bortoni-Ricardo (2011), chegamos à conclusão de que, independentemente do grau de escolaridade, por meio da classe social é possível definir os padrões linguísticos utilizados pelo falante. Nesse sentido, aqueles que têm contato com pessoas de classes sociais mais elevadas tendem a uma frequência maior de utilização das normas de prestígio. Nas palavras de Bortoni-Ricardo (2011, p. 161), "os jovens de classe baixa, não obstante o fato de frequentarem a escola, não estão preparados para competir com jovens mais abonados no mercado de trabalho em condições igualitárias".

É o que Bourdieu (1979) chama de capital cultural, ao considerar que, quanto mais alta a classe social do indivíduo, mais chances ele terá de adquirir estilos e valores estéticos associados ao poder econômico, assim como aos bens culturais. Por isso, aqueles que representam as classes mais favorecidas socialmente são mais propensos a adquirir as formas linguísticas canônicas. Em contrapartida, os que pertencem às classes populares, devido à força determinante do *habitus*, se adaptam ao conformismo e ao sentimento de inferioridade como forma de aceitação da sua condição na sociedade (BOURDIEU, 1979).

Nesse sentido, a escola é vista por esse autor como uma instituição autônoma, que pode influenciar tanto quanto a família na definição da personalidade. Entretanto, na escola, os que se enquadram nos padrões elitizados têm lugar privilegiado, cuja facilidade de aquisição da aprendizagem responde pelo sucesso e demarcação de espaço garantido, em oposição a manifestações de insatisfação sobre aqueles que se encaixam no perfil da grande massa, cuja expectativa profissional é mais baixa e o consequente desempenho intelectual é, relativamente, mais fraco. Assim, a tendência é de que, na escola, na maior parte das vezes, o aluno seja supervalorizado pelos valores culturais que ele traz da família, deixando transparecer que os privilégios decorrentes de um sistema elitista e reprodutor de classes da qual faz parte pareçam ser pautados em uma escala hierárquica, que visa ao merecimento, à capacidade intelectual e nata do aluno (BOURDIEU, 1977).

Ancorados em Bourdieu (1977; 1979), entendemos que os falantes que possuem poder aquisitivo mais elevado estejam em posição de vantagem em relação ao domínio das estruturas linguísticas, pois essa parcela da população tem mais mobilidade, em decorrência do contato mais direto com pessoas do meio letrado e acesso aos bens de consumo, de maneira geral. Por isso, consideramos importante que os professores, nas escolas, adotem mecanismos eficientes de sistematização do ensino-aprendizagem, no que se refere à inclusão da grande massa e à sua expectativa de ascensão social.

4.3.5 Acesso à leitura

Outro tipo de "mídia", em sentido *lato*, que também merece destaque, no âmbito desta investigação, é o **acesso à leitura**. Embora a maioria dos brasileiros não sejam leitores frequentes, a nossa hipótese é a de que a leitura seja um indicador de aplicação da regra de concordância verbal. Bortoni-Ricardo (2011) sinaliza que jornais, revistas e livros só são disponibilizados para os alfabetizados no Brasil, por isso o alto índice de brasileiros que não têm o hábito de ler.

Em um estudo realizado pelo Instituto Pró-Livro, *Retratos da leitura do Brasil*, reconhecido como a mais abrangente pesquisa sobre o comportamento brasileiro em relação à leitura, evidenciamos, nos resultados da 3ª edição referente ao perfil do leitor de 2011, que os brasileiros leram em média 3,1 livros ao ano, dos quais 66% foram livros didáticos. Em relação ao nível de escolaridade, o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) ficou com um índice de 23,4%, desse total, sendo os gêneros mais lidos desse grupo a Bíblia (38%), livros didáticos (32%) e Romance (27%). Não obstante se possa interpretar o Brasil como um país que quase não lê, o número de leitores de 2011 é ainda maior do que se observou em 2007, conforme os percentuais em milhões de leitores de 71,9 e 66,5, respectivamente.

No caso da presente pesquisa, consideramos com menos acesso à leitura os informantes que não têm o hábito de ler ou leem apenas um (1) livro por ano. De modo inverso, consideramos com mais acesso à leitura os que têm o hábito de ler a partir de dois (2) livros até os que conseguem ler mais de cinco (5) livros ao ano.

Verificamos que, dos vinte (20) informantes investigados, treze (13) leem com frequência e sete (7) não têm o hábito de ler. Nesse contexto, dentre os leitores frequentes, apenas um (1) deles lê os mais variados tipos de livros (romance, aventura, religião e ficção), a grande maioria lê apenas romance e quatro (4) deles costumam ler apenas livros de aventura.

Na tabela 16, mostramos os resultados referentes a essa variável, em relação ao emprego da variante padrão, nos textos escritos pelos informantes:

Tabela 16 – Aplicação da marca de plural em função do acesso à leitura

Fatores	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Mais acesso à leitura	341/439	77,7%	,54
Menos acesso à leitura	103/182	56,6%	,40
Total	444/621	71.5%	

Input 0.768 Log likelihood = -300.706 Significance = 0.182

Conforme a tabela 16, os alunos com mais acesso à leitura apresentaram um índice maior de aplicação da **variante padrão**, com um percentual de 77% de aplicação da marca de plural e peso relativo ,54. Já em relação aos alunos com menos acesso às atividades de leitura, o índice de aplicação da marca foi de 56,6% e peso relativo ,40.

Os índices de concordância, nessa variável, estão exibidos no gráfico 12:

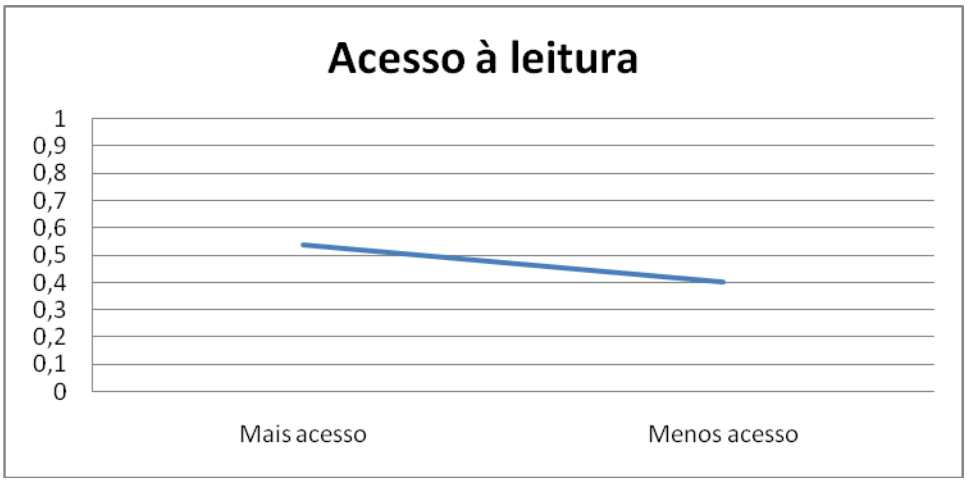


Gráfico 12- Índice de concordância na variável acesso à leitura

A partir da visualização do gráfico 12, é possível inferir que o **acesso à leitura** é um fator diferenciador dos padrões linguísticos na amostra observada, assim como o fator renda familiar, levando-nos a concluir que, quanto mais acesso à leitura, mais domínio o falante tem das formas variantes de prestígio. Percebemos que, infelizmente, alguns docentes não propiciam o hábito de leitura no ambiente escolar, levando em conta a quantidade de leitores encontrados e a quantidade de livros lidos anualmente por eles. Por isso, pensamos que, se o acesso à leitura na escola fosse propiciado com mais frequência, muito provavelmente, o índice de aprendizagem seria maior e, por consequência, haveria um aumento significativo nas taxas de aplicação da concordância padrão.

4.3.6 Sexo

Na maioria dos estudos sociolinguísticos, o **sexo** feminino é apontado como o mais favorecedor do emprego da variante de prestígio, conforme já mencionamos no decorrer deste trabalho. Considerando este fato e, fundamentados em Guy (1981), a hipótese que aventamos nesta investigação é a de que as mulheres tendem a realizar a concordância na variante padrão com mais frequência do que os homens.

Guy (1981, p. 269) constatou que as mulheres são mais propensas ao uso das regras de concordância verbal do que os homens. Em suas pesquisas, o índice de aplicação da marca de plural, em termos de pesos relativos, foi de ,53 para as mulheres contra ,47 conferido aos homens.

Na presente pesquisa, apresentamos os resultados referentes ao **sexo**, na tabela 17:

Tabela 17 – Aplicação da marca de plural em função do sexo

Fatores	Ocorrências	Percentual	Peso relativo
Masculino	220/271	81,2%	,60
Feminino	224/350	64,0%	,41
Total	444/621	71.5%	

Input 0.764 Log likelihood = -304.763 Significance = 0.057

Diferentemente das constatações de Guy (1981), em nosso estudo, conforme demonstram os resultados da tabela 16, constatamos que, contrariamente à hipótese levantada nesta investigação, foram os homens que fizeram uso da variante padrão com mais frequência (81,2% dos dados e peso relativo ,60) e não as mulheres (a elas conferem 64.0% e peso relativo ,41).

No gráfico 13, explicitamos o perfil da variável **sexo** no grupo estudado:

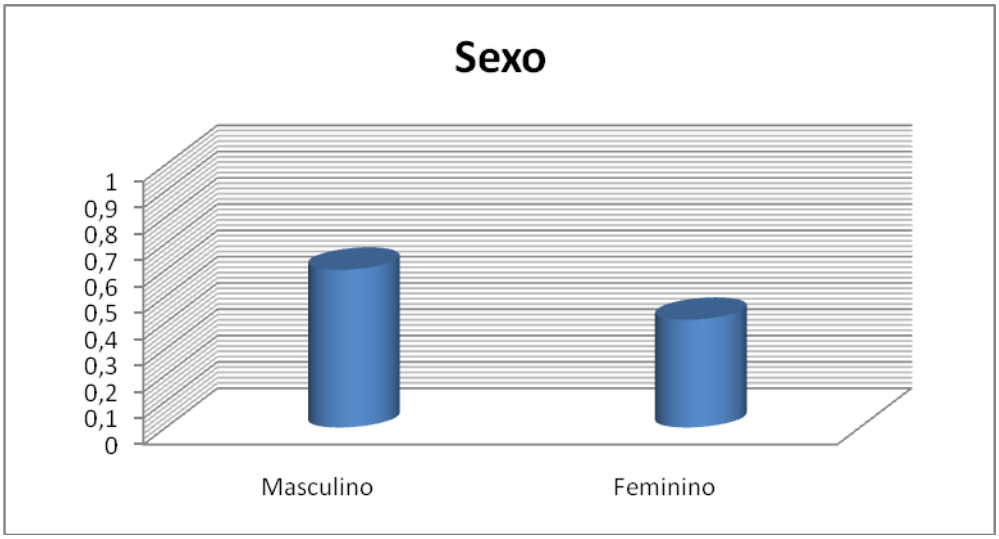


Gráfico 13 - Índice de concordância na variável sexo

Podemos observar que o sexo masculino apresenta um índice de aplicação da regra de concordância superior ao sexo feminino, muito provavelmente porque possui uma rede social mais aberta. Conforme aponta Bortoni-Ricardo (2011), os homens possuem mais amizades fora do espaço familiar do que as mulheres. Em nosso caso, como quase todos os informantes são adolescentes e, considerando que a maioria deles possui uma renda baixa, é fato que as meninas, tradicionalmente, ajudam a família nos afazeres domésticos, cuidam dos irmãos menores etc., enquanto os meninos levam uma vida mais livre. Assim, os homens acabam tendo mais tempo para ler, ver televisão, assistir a filmes, acessar a *web* (para pesquisar, jogar, acessar as redes sociais) e até se divertir, entre outras atividades menos acessadas pelas mulheres.

Corroborando os nossos resultados, Rodrigues (1987), ao analisar a CV de P4, verificou o favorecimento da marca de plural pelos homens, em sua amostra composta por paulistanos e migrantes residentes na favela de Brasilândia, na cidade de São Paulo. A autora aponta que moradores nativos da capital paulista são mais propensos ao uso da variante de prestígio, enquanto que migrantes, principalmente os de origem rural de diversas partes do Brasil, são menos propensos à aplicação das regras, o que evidencia, nesses dois extremos, diferentes padrões de formação de redes.

Silva (2005) também constatou que os homens tendem a realizar mais formas de prestígio do que as mulheres com um índice de aplicação da **variante padrão** de 21% para os homens e 14% para as mulheres e pesos relativos igual a ,57 e ,43, respectivamente. Segundo o autor, os homens apresentam mais mobilidade do que as mulheres e, por isso, possuem uma rede social mais ampla, já que eles mantêm contato com outras comunidades.

Com resultado semelhante, os estudos realizados por Lucchesi, Baxter e Silva (2009) sobre a CV de P4 revelaram que os homens fazem mais uso da variante explícita de número do que as mulheres, com 82% de aplicação da regra pelos homens e 81% pelas mulheres e pesos relativos ,56 e ,44, respectivamente. Certamente, os homens favorecem o uso da concordância por serem mais integrados às redes sociais, como bem expressam os autores: "Os homens lideram o processo de mudança em função do seu maior contato com o mundo exterior. [...] Portanto, são eles os primeiros a incorporar o uso das variantes do padrão urbano" (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009, p. 344).

De igual modo, Bortoni-Ricardo (2011), em sua análise realizada na cidade satélite de Braslândia, em Brasília, sinalizou os homens como favorecedores da marca de plural. Segundo a autora, de forma geral, as mulheres estabeleciam redes sociais menos abrangentes do que os homens os quais possuíam redes mais heterogêneas, desde amizades fora do ambiente familiar até companheiros de trabalho e de lazer em geral. Desse modo, a diferença entre os padrões de rede, masculino e feminino, muito provavelmente incidiu sobre os resultados reportados pela autora em seus estudos.

Acreditamos, com base em Bortoni-Ricardo (2011, p. 26), que a capacidade que possuem os falantes das variedades não padrão de adquirirem a norma culta é determinada pela sua oportunidade de mobilidade social. Nesse sentido, no contexto pesquisado, como os homens apresentam mais mobilidade do que as mulheres, consequentemente, acabam tendo mais oportunidade de integração nas redes sociais e, com isso, mais possibilidade de aquisição dos padrões linguísticos próprios da norma culta.

4.4 Conclusão da análise

A partir dos resultados desta pesquisa, foi possível constatar, do ponto de vista linguístico, que em relação à **saliência fônica**, a aplicação da marca de plural tende a ser utilizada com mais frequência quando a oposição de formas verbais é mais saliente.

No que se refere à **forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo**, o pronome *eles* e o quantificador *todos* ou *todas* foram os elementos mais favorecedores da concordância. Todavia, sumariamente, nos casos em que os elementos antecedentes ao verbo apresentam a desinência de plural, a tendência é que a desinência de número seja marcada também no verbo.

Em relação à **realização e posição do sujeito**, o sujeito não realizado referencial foi o sujeito que apresentou o maior índice de aplicação da marca de número na amostra analisada. De forma geral, o sujeito anteposto favorece a concordância, enquanto que a posposição tende a desfavorecer.

Quanto aos **tipos de verbo**, o verbo inacusativo tende a favorecer a aplicação da regra de concordância, enquanto que os verbos transitivo, auxiliar e de ligação tendem a desfavorecer. Acerca da variável **indicação do plural no SN sujeito**, a indicação mórfica e o sujeito composto foram os elementos mais favorecedores da aplicação da marca de plural, confirmando a hipótese de que a constituição e formação do plural são fatores condicionantes da aplicação da regra.

No que se refere à variável **concordância nominal no sujeito**, nos casos de SN com concordância, o índice de aplicação da marca de plural nos verbos foi maior do que nos casos de SN sem concordância. Destarte, concluímos que, quando há concordância nos elementos que constituem o SN sujeito, a tendência é que a concordância se repita no verbo, em consonância com as constatações de Naro e Scherre (2007).

Do ponto de vista extralinguístico, foi possível constatar, na variável **diazonalidade**, que o índice de uso da **variante padrão** foi mais recorrente no contexto urbano. Entretanto, por se tratar da escrita, esperamos das produções textuais dos alunos um estilo mais monitorado, devido ao nível de escolaridade que possuem.

Acerca da variável **monitoração discursiva**, percebemos que as atividades [+ monitoradas] foram favorecedoras da regra de concordância. Em contrapartida, os alunos que têm **acesso à *web*** foram menos propensos à aplicação da concordância, embora consideremos esse recurso midiático um fator fortemente influenciador da utilização da variante linguística padrão, no mundo contemporâneo. A explicação para os índices inferiores de aplicação das regras pelos alunos que têm acesso à *web*, no presente estudo, parte do fato de que a maioria deles não utiliza a *internet* para fins de conhecimento e pesquisa, mas, principalmente, para diversão e acesso a redes sociais.

Verificamos, em relação à **renda familiar**, maior índice de aplicação da variante de prestígio na escrita dos alunos com renda média, inversamente ao que se vê nas produções dos alunos que possuem um padrão de vida mais baixo. De modo semelhante, o **acesso à leitura** mostrou-se bastante relevante na aplicação da regra de concordância, levando-nos a concluir que os alunos que têm mais acesso à leitura tendem a utilizar com mais frequência a forma padrão da língua.

Em relação ao **sexo** dos informantes, os homens utilizam a marca explícita de plural com mais frequência do que as mulheres, contrariando as constatações apresentadas pela maior parte dos estudos realizados no Brasil. Acreditamos que, em nosso estudo, pelo fato de os meninos serem adolescentes e possuírem mais mobilidade do que as meninas, assim como uma rede social mais ampla, eles têm mais possibilidade de acesso aos padrões linguísticos urbanos próprios da norma culta.

Acerca da estratificação social, alguns estudos, como é o caso de Naro e Scherre (2007), realizados em contextos urbanos com falantes de diferentes níveis de escolaridade, apresentam quadros de variação estável. Outros, como é o caso de Lucchesi (2000) e Silva (2005), realizados em comunidades rurais e rurbanas com falantes analfabetos e semialfabetizados ou de classe social mais baixa, apresentam quadros de mudança em progresso com tendência para a aquisição da marca explícita de plural. Na presente pesquisa, consideramos, conforme Lucchesi (2000) e Silva (2005), um quadro de variação em progresso, uma vez que os informantes são estudantes e, a maioria pertence às classes populares, por isso, se direcionam para a adequação cada vez mais frequente do seu vernáculo ao emprego da norma culta.

Concluímos, pois, que, não obstante o fato de os alunos estudados utilizarem a norma culta com mais frequência do que a norma popular da língua, para um ensino efetivo, o professor deve levar o aluno a perceber a diferença entre a norma que ele utiliza e a forma padrão da língua. Assim, é possível envolver a variação linguística regional, social e funcional nas aulas de português, conforme orienta Bortoni-Ricardo (2014). De fato, com essa forma de ensinar, o aluno será levado à aprendizagem de maneira gradativa (FRANCHI, 2006).

Diante das ocorrências de variação encontradas e do estudo acerca do tema, nesta pesquisa, buscamos propor outras possibilidades de abordagem da língua, a fim de buscar possíveis melhorias no trabalho dos professores em relação à compreensão dos fenômenos de variação da concordância verbal que ocorrem na escrita dos discentes, a partir da proposta de intervenção didática, apresentada na próxima seção deste trabalho.

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DIDÁTICA

Nesta seção, promovemos uma discussão acerca do ensino-aprendizagem do fenômeno variável, concordância verbal, a partir da análise de gêneros textuais variados, tendo em vista a produção escrita. Nesse sentido, com base em Moura Neves (2003), Franchi (2006) e Mollica (2011) buscamos apresentar sugestões didáticas que visam ao ensino da língua em uso.

A base teórica que nos sustenta para a elaboração desta proposta de intervenção didática debruça-se sobre o conhecimento construído a partir da visão social de aprendizagem, elaborada por Vigotsky, em que o conhecimento ocorre na interação entre o aluno e o professor a partir de experiências comuns (MOLLICA, 2011, p. 65).

Moura Neves (2003) ressalta que o modelo de interação verbal assegura que há uma relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte, na qual a língua serve para satisfazer os propósitos dos falantes na obtenção das interpretações pretendidas; observa que "o desenvolvimento dos estudos da sociolinguística governa um olhar sobre os usos linguísticos dos falantes que não se esgota na análise superficial das expressões linguísticas" (NEVES, M., 2003, p.37). Assim, a variação precisa ser colocada à frente no ensino e aprendizagem de língua, de modo que o aluno seja levado a refletir sobre as escolhas que ele precisa fazer, de acordo com a necessidade exigida para o tipo de discurso a ser empregado. Nessa perspectiva, procuramos correlacionar o Sociointeracionismo com a abordagem Sociolinguística Variacionista e a gramática internalizada.

Segundo Franchi (2006), a aprendizagem da língua materna se dá por meio de um processo contínuo, cuja adequação do seu vernáculo ao nível culto é propiciada pela escola através da valorização dos usos linguísticos que o aluno adquiriu no convívio com o ambiente familiar. Desse modo, as atividades sugeridas foram elaboradas e adaptadas para atender aos propósitos desta pesquisa, cujas questões visam contribuir para o desenvolvimento das habilidades de leitura, análise linguística e aplicação dos usos da concordância verbal na modalidade escrita da língua.

Assim, partimos da apresentação de uma situação que descreve o tema para a análise e reflexão sobre a variação da concordância verbal no português – a música *As mina pira*, de Sorocaba e Thiago Servo, cuja letra descreve uma situação casual que retrata a dinamicidade dos usos linguísticos. Nesse sentido, acreditamos que "toda língua se adapta às situações de

comunicação e funciona, portanto, de maneira bastante diversificada. Ela é abordada como objeto único, que funciona sempre de maneira idêntica" (SCHNEUWLY; NOVERRAZ; DOLZ, 2001, p. 109).

O primeiro momento permitiu identificar a atuação do aluno, suas habilidades linguísticas e textuais. Em seguida, apresentamos a definição de concordância verbal e, posteriormente, possibilitamos que os alunos fizessem, coletivamente, a análise de situações que abordassem alguns casos especiais do fenômeno em estudo.

As atividades sugeridas tiveram como objetivo principal atender às peculiaridades relacionadas à variação da concordância verbal encontradas na análise de dados da presente pesquisa. Pelos resultados da análise, foi possível constatar que os ambientes linguísticos mais desfavoráveis à aplicação da marca de plural nos verbos foram: (1) a distância entre o sujeito e o verbo, principalmente quando o sujeito é retomado pelo pronome relativo *que*; (2) a saliência fônica verbal, principalmente no nível de oposição menos acentuada; e (3) o sujeito posposto ao verbo.

As atividades foram planejadas e elaboradas com a intenção de atender, prioritariamente, às especificidades citadas, considerando ainda outros aspectos linguísticos necessários à construção de uma escrita eficiente. Apresentamos, a seguir, os aspectos abordados em cada uma das atividades propostas:

Na **atividade 1**, referente à análise da tirinha de Maurício de Souza, propiciamos uma revisão do conceito de concordância verbal, por meio da possibilidade de percepção da relação harmônica existente entre o sujeito e o verbo na construção dos enunciados, em cada quadrinho, através da reescrita dos referidos termos encontrados no texto.

Na **atividade 2**, referente à análise da propaganda das Havaianas, possibilitamos que os alunos refletissem sobre os usos da concordância padrão: em relação às pessoas do discurso (principalmente a 3ª singular/plural); em relação à distância entre o sujeito e o verbo com a interferência do pronome relativo *que*; e ainda, nos casos de sujeito posposto ao verbo.

A **atividade 3**, referente à analise do texto *2 filhos de Francisco* (retirado do *corpus*), foi elaborada com o propósito de atender à necessidade de adequação das variedades populares aos padrões recomendados para a modalidade escrita da língua. Essa atividade permite que o aluno faça escolhas em relação ao uso do singular/plural nos verbos, bem como nos casos de saliência fônica.

No texto utilizado nessa atividade, percebemos que o aluno/autor apresentou dificuldades na articulação de ideias, na utilização das regras ortográficas e demonstrou pouco domínio das regras de uso da concordância verbal. Contudo, para fins desta proposta,

editamos o referido texto, priorizando evidenciar apenas os desvios relacionados ao uso desta última. Outros textos com maior grau de monitoração discursiva que poderiam ser utilizados para compor a *Atividade 3* foram descartados, por não apresentarem ausência significativa de variação da concordância ou outras inadequações linguísticas de registro, relativamente acentuadas, sendo, pois, irrelevantes para as intenções de revisão pretendidas nesta proposta.

Por último, elaboramos uma **atividade complementar**, constituída de um jogo, denominado *Preferências*, criado no *PowerPoint*, que parte de uma situação propositalmente criada, em que o jogador receberá alguns convidados em sua casa, por isso, dará uma festa. Para elaborar o cardápio da festa, ele precisará conhecer as preferências dos convidados. De acordo com as regras do jogo, o jogador/aluno deverá organizar os enunciados unindo os convidados às suas respectivas preferências pessoais, ao relacionar o sujeito ao seu respectivo predicado e/ou na escolha do verbo mais adequado para a situação proposta.

A presente proposta de intervenção foi elaborada a partir dos resultados da investigação acerca do fenômeno da CV de P6, com a intenção de propiciar o avanço dos alunos em relação ao emprego das marcas de plural no sintagma verbal, levando em conta a ação reflexiva da situação de variação observada.

5.1 Aplicação da proposta

Conceitos trabalhados:

- Concordância verbal, escrita e reescrita de textos;
- Revisão dos termos: sujeito, verbo, elementos que constituem o sintagma nominal e verbal; e posição do sujeito em relação ao verbo: próximo, distante (separado do verbo por pronome relativo) e posposto.

Público alvo: 6º, 7º e 8º anos do Ensino Fundamental

Duração da atividade: Aproximadamente 4 h/a (aulas de 50 minutos)

Objetivo geral: Promover a análise do fenômeno variável da concordância verbal a partir da abordagem de gêneros textuais diversos, nos quais seja possível o reconhecimento e a valorização dos usos linguísticos adequados para uma produção escrita proficiente.

Objetivos específicos:

- Verificar o uso da concordância verbal em textos diversos;
- Perceber a influência da oralidade na escrita por meio da variação do fenômeno em estudo;
- Refletir sobre as possibilidades de usos da concordância verbal que sejam adequadas para a produção escrita na variedade padrão da língua.

Procedimentos metodológicos e recursos da aula:

- No primeiro momento da aula, com a utilização do *data show*, realizamos a abertura da aula com o áudio ou vídeo da musica "As mina pira", composta por Sorocaba e Thiago Servo. Em seguida, analisamos junto com os alunos o seguinte trecho da música e provocamos a discussão através dos questionamentos propostos:

"As mina pira, pira
Toma tequila
Sobe na mesa
Pula na piscina
As mina pira, pira
Entra no clima"

a) Que efeito de sentido o trecho da música produz?
Resposta possível: A sensação de liberdade das pessoas provocada pelo momento (uma festa informal), assim como a opção delas pelo uso da norma popular.

b) Quem é o sujeito dos verbos do trecho lido?
Resposta esperada: As mina (s)

c) Quanto ao número, podemos dizer que o sujeito é plural ou singular? Por quê?
Resposta esperada: Plural, porque há mais de uma pessoa envolvida na situação.

d) De acordo com a norma padrão, como ficariam os verbos no trecho em análise?

Resposta esperada:

As minas **pira**m, **pira**m
Tomam tequila
Sobem na mesa
Pulam na piscina
As minas piram, piram
Entram no clima

- Explicamos aos alunos que o texto apresenta marcas da oralidade, características da variação no uso da língua e, por essa razão, a concordância verbal não está em consonância com os padrões da norma culta.

❖ **Regra geral:** A **concordância verbal** consiste "na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito" (CUNHA; CINTRA, 2013, p. 510), de modo que, se os elementos do sintagma nominal (sujeito) estiverem no plural, recomenda-se o uso do plural também no sintagma verbal.

- No segundo momento, analisamos com eles alguns **casos especiais da concordância verbal**:

a) **Sujeito simples e plural**: o verbo vai para o plural. Exemplo:

Fonte: Edylla Damares blog. Disponível em: http://edylladamares.wordpress.com/falacias/

✓ Quem é o público alvo do anunciante?
Resposta: Os homens

✓ Para despertar o desejo dos homens pelas sandálias anunciadas, que tipo de apelo é feito?
Resposta: O anunciante associa as curvas femininas à forma das sandálias.

- ✓ Identifique o sujeito e o verbo da oração “Sandálias e mulheres, os homens preferem com curvas”.

  Resposta: Sujeito (os homens) /Verbo (preferem):

  “Os homens preferem com curvas”.

b) **Quando o sujeito do verbo é o pronome relativo QUE**: a concordância é feita em número e pessoa com o antecedente do referido pronome (CUNHA e CINTRA, 2013, p. 514). Exemplo:

- ✓ Que produto está sendo anunciado?

  Resposta: O desodorante aerosol Axe compact
- ✓ Na oração “O aerosol que cabe no seu bolso”: Identifique o sujeito e o verbo.

  Resposta: Sujeito (O aerosol)/ Verbo (cabe):

  O aerosol que cabe no seu bolso.

Fonte: Portal do professor. Disponível em: http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=19803

c) **A concordância do verbo com o sujeito composto posposto**: o verbo pode ficar no plural, concordando com ambos os sujeitos ou concordar com o sujeito mais próximo. Exemplos:

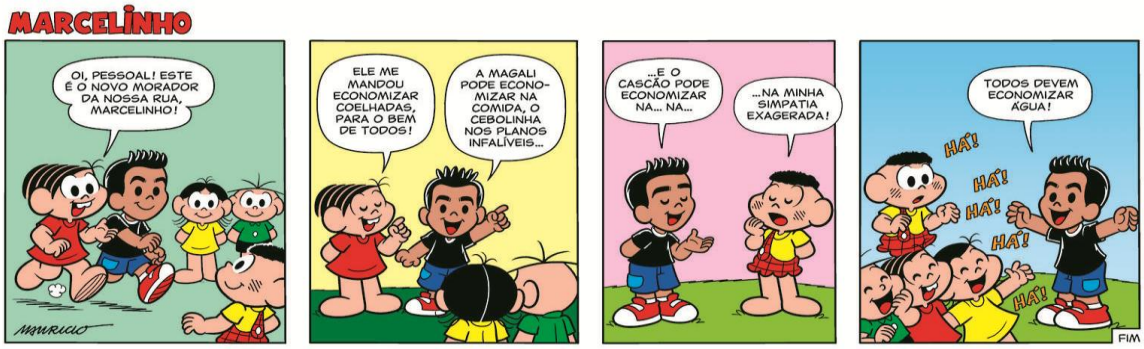
- ✓ Cabem no seu bolso o aerosol e a agradável fragrância.
- ✓ Cabe no seu bolso o aerosol e a agradável fragrância.

- No terceiro momento, realizamos a aplicação das atividades propostas:

Objetivo: Compreender a ideia central dos textos e analisar os aspectos linguísticos relacionados ao uso da concordância verbal neles envolvidos.

Atividade 1

Leia a tirinha abaixo para responder às questões propostas:



Fonte: Marcelinho, novo personagem de Mauricio de Sousa (Veja divulgação). Disponível em: http://veja.abril.com.br/noticia/entretenimento/decimo-filho-de-mauricio-estreia-na-turma-da-monica-marcelinho/

1. Qual é o efeito de sentido que é provocado no texto?

   _____

   _____

2. Que mensagem a personagem Marcelinho quer transmitir para as pessoas?

   _____

   _____

3. Além de Marcelinho, quem são as outras personagens da história?

   _____

   _____

4. Na história em quadrinhos, identifique os sujeitos e os verbos correspondentes, depois transcreva-os no quadro abaixo.

Sujeito	Verbo
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	

5. Passe para o plural as orações abaixo retiradas do texto 1.

   a) Este é o novo morador da nossa rua.

   _____

   _____

   b) Ele me mandou economizar coelhadas para o bem de todos.

   _____

   _____

Atividade 2

Observe a propaganda das Havaianas:

1. Qual é o produto que está sendo anunciado na propaganda?

   _____

2. Que relação há entre o produto anunciado e "todo mundo"?

   _____

   _____

3. "O Abapuru" de Tarcila do Amaral foi exposto na Semana da Arte Moderna, em São Paulo, no ano de 1922. Com qual intenção você acha que o anunciante faz referência a essa obra na propaganda?

   _____

   _____

Fonte: It design blog. Disponível em: http://itdesignblog.com/2012/08/24/havaianas-semana-de-arte-moderna/

4. Em relação ao *slogan* dessa propaganda, alteramos a ordem das palavras e mudamos a pessoa do discurso. Como você utilizaria o verbo USAR, na norma culta, em cada uma das seguintes situações?

   a) Todo mundo usa Havaianas.
   b) Eu _____ Havaianas.
   c) Os brasileiros _____ Havaianas.
   d) Só você _____ Havaianas.
   e) Todas as pessoas_____ Havaianas.

5. As possibilidades de uso da língua vão desde os estilos mais formais aos mais casuais (ou informais). Ao introduzir a palavra QUE nas orações utilizadas no exercício anterior, como o verbo SER e o verbo USAR seriam empregados de acordo com o estilo formal?

   a) É todo mundo que usa Havaianas.
   b) _____ eu que _____Havaianas.
   c) _____ os brasileiros que _____ Havaianas.
   d) _____ só você que _____ Havaianas.
   e) _____ todas as pessoas que _____ Havaianas.

Reflita com os alunos:

- ✓ A concordância do verbo com o sujeito posposto: o verbo pode ficar no plural, concordando com ambos os sujeitos ou concordar com o sujeito mais próximo.

- ✓ A introdução do pronome relativo QUE na frase: a concordância é feita com o nome que antecede o pronome relativo. Se achar interessante, volte ao exemplo do exercício anterior:

É todo mundo que usa havaianas.

Atividade 3

Leia o texto *2 filhos de Francisco* e, em seguida, responda às questões propostas:

2 filhos de Francisco

A família de Francisco é muito grande. Essa família morava na roça e na casa deles não tinha energia elétrica. O seu filho mais velho era Zezé. Ele gostava de tocar instrumento musical. Primeiro Francisco comprou uma gaita e depois uma sanfona para ele. A mãe dele era Helena. Tinha também o irmão dele, Camarguinho, que gostava de jogar bola, além de outros irmãos.

Com o tempo, Zezé e Camarguinho, ainda criança, cantava nas rodoviárias e em outras cidades do Brasil.

O tempo foi passando e eles foi cantando. Um dia, quando eles estava voltando para casa, o irmão de Zezé morreu num acidente de carro. Depois de um tempo, quando Zezé já estava morando em São Paulo, veio Luciano.

Para eles serem cantores o pai deles comprou um monte de ficha telefônica para pedir a música deles na rádio e conseguiu fazer o Brasil conhecer Zezé di Camargo e Luciano. Eles se tounou famosos.

Fonte: Texto (adaptado) de um aluno do 6º ano, retirado do banco de textos da presente pesquisa

Explique aos alunos que o texto lido foi escrito por um aluno do 6º ano do Ensino Fundamental, no qual ele reconta a história apresentada no filme *2 filhos de Francisco*.

1. Qual é a situação apresentada no texto?

   _____

   _____

2. Quantas pessoas participam da história? Quem são elas?

   _____

3. Com base na história apresentada no filme, que outras informações poderiam ser acrescentadas no texto desse aluno?

   _____

   _____

4. De acordo com o grau de formalidade do texto e dos recursos estilísticos utilizados pelo autor, podemos caracterizá-lo como:

( ) formal
( ) informal

5. Nas orações abaixo, retiradas do texto, escolha a opção de uso da concordância verbal que está de acordo com a norma padrão da língua.

Reflita com os alunos: A concordância é a harmonia existente entre o sujeito e o verbo da oração. Por isso, segundo a tradição gramatical, se o sujeito estiver no plural é recomendável utilizar o verbo também no plural.

a) Zezé e Camarguinho
( ) **cantava** nas rodoviárias.
( ) **cantavam** nas rodoviárias.

b) Eles
( ) **foi cantando**.
( ) **foram cantando**.

c) Eles
( ) **estava voltando** para casa.
( ) **estavam voltando** para casa.

d) Eles
( ) se **tornou** famosos.
( ) se **tornaram** famosos.

6. Nas orações abaixo, preencha os espaços com os verbos entre parênteses. Faça as adaptações necessárias para que a concordância verbal fique de acordo com a norma padrão da língua. Utilize os verbos no tempo passado, conforme a sequência temporal dos fatos ocorridos na história.

a) Eles _____ a cantar ainda jovens. (começar)
b) Seus pais _____ uma gaita e uma sanfona para ele. (comprar)
c) Os dois _____ na rodoviária. (cantar)
d) Zezé di Camargo e Luciano _____famosos. (ficar)

7. Agora que você já fez as adaptações nos enunciados dos exercícios anteriores, relacionados ao texto *2 filhos de Francisco*, reescreva-o, fazendo as adaptações, quando necessário, para torná-lo de acordo com a modalidade escrita da língua.

5.2 Avaliação dos resultados

A partir dos resultados da aplicação desta proposta, constatamos que a construção do conhecimento não é estanque, mas baseada em princípios, a partir dos quais os alunos são levados à conscientização acerca do processo de ensino-aprendizagem, de maneira participativa e dialógica, tendo em vista uma mudança de atitude. Conforme Mollica (2011, p.71), essa tendência se baseia na pesquisa de diagnóstico e na pesquisa de intervenção, que tem como principal foco a realidade observada e acompanhada num *continuum*.

No gráfico a seguir, apresentamos os resultados das atividades aplicadas, no qual consideramos apenas o percentual de alunos que conseguiram acertar todas as questões propostas nas atividades 1, 2 e 3:

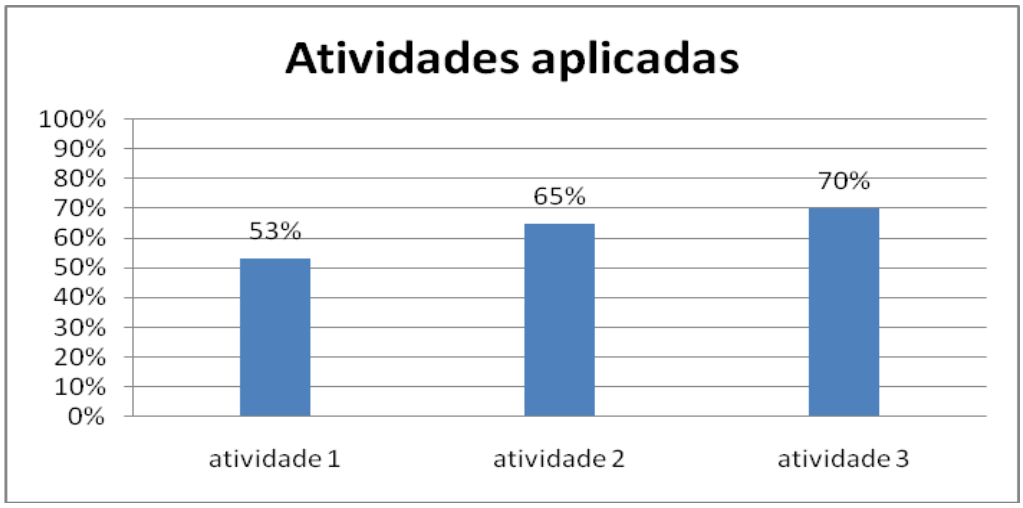


Gráfico 14 – Índice de alunos que atingiram 100% de acerto nas atividades realizadas

Verificamos, nos resultados da aplicação da proposta de intervenção, que os alunos obtiveram êxito em relação à aprendizagem da concordância verbal, pois entenderam os objetivos da proposta, conseguiram relacionar o conteúdo estudado à língua em uso, bem como reconheceram que variedades podem ser utilizadas a depender da situação de comunicação. Com essa maneira de ensinar, consideramos que é possível levar os alunos a aperfeiçoarem seus conhecimentos linguísticos prévios, cuja variação vai sendo revista e adaptada aos padrões linguísticos cultos, de maneira gradativa (FRANCHI, 2006). Para Mollica,

> assim como os conteúdos de Língua Portuguesa se articulam em torno da língua oral e da língua escrita, da reflexão sobre a língua e a linguagem, a variação linguística deve ser igualmente abordada focalizadamente, de forma

> que dois eixos básicos sejam articulados no processo de construção do conhecimento: texto e exercício, sempre a serviço da consciência crítica sobre a linguagem em uso (MOLLICA, 2011, p.68).

Ao colocarmos em prática a proposta de intervenção didática, os alunos foram estimulados a fazer associações e relações de sentido entre o texto e as possibilidades reais de usos linguísticos, sendo, pois, participantes do processo de ensino-aprendizagem. Com esse propósito, na análise dos gêneros textuais, procuramos favorecer a ativação do nível crítico de consciência desses estudantes, para que pudessem refletir sobre a dinamicidade dos usos da língua.

Percebemos que os alunos sentiram mais dificuldades para responder à primeira atividade (que está mais próxima dos modelos tradicionais de ensino, apesar de a considerarmos, relativamente, fácil). Esse fato levou-nos a entender que os alunos, a rigor, sentem dificuldades para associar o sujeito e/ou o verbo ao que, de fato, os representa, quando se prioriza a classificação dos conceitos. Isso deixa claro que os exercícios voltados para a taxonomia dos aspectos linguísticos, embora pareçam fáceis, não possibilita que o aluno estabeleça relações semântico-pragmáticas entre o enunciado e o contexto real de uso. Já a última atividade (que parte do texto do aluno, apesar de a considerarmos mais difícil, em relação às demais) demonstrou ser facilitadora do ensino-aprendizagem, pois foi nela que encontramos o maior índice de acertos por parte dos alunos. Entendemos, portanto, que, quanto mais próximo da realidade concreta de uso da língua estiver a mensagem, menos dificuldade o aluno terá para aprender.

Quanto ao jogo, percebemos que, por ser uma atividade mais dinâmica, despertou o interesse dos alunos para realizá-la. Outro ponto positivo do jogo é que ele permite que o aluno reveja o que não acertou, retomando a atividade quantas vezes for necessário, até conseguir chegar ao êxito.

A nosso ver, o ensino de gramática é importante em qualquer atividade linguística, desde que o texto seja o suporte principal o qual possibilita a análise dos aspectos gramaticais. Ademais, nas palavras de Neves, (2003, p. 22) “temos de ir da língua [...] para o padrão (isto é, do uso para a norma), e não do padrão [...] para a língua, que é o que, numa visão acrítica, se tem feito”. Nessa perspectiva, defendemos que é a reflexão sobre os usos que permite ao aluno a construção de sentido, em matéria de língua, e a aprendizagem da norma culta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi realizado com o objetivo de compreender os fenômenos linguísticos condicionadores da variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural ou CV de P6, variável dependente da nossa pesquisa. Na primeira seção, abordamos (1) a Teoria Sociolinguística Variacionista, com a intenção de mostrar como os estudiosos dessa corrente se posicionam diante dos fatos da língua; (2) as concepções de gramática tradicional, descritiva e internalizada, apontando, a partir da concepção de gramática internalizada que é possível trabalhar a gramática a partir do contexto do aluno, no sentido de provocar uma reflexão acerca dos usos linguísticos para que tenhamos um ensino mais significativo; e (3) apresentamos, ainda, uma discussão acerca de norma e variação, com o intuito de contribuir para o entendimento dos diferentes tipos de norma, de forma a esclarecer possíveis duvidas em relação a esses conceitos e subsidiar o tratamento do objeto de estudo desta pesquisa.

Na seção 2, que trata do objeto de estudo, consideramos relevante apresentar a visão tradicional da gramática em relação à concordância verbal, a visão dos dialetólogos e a abordagem sociolinguística, bem como a contribuição de algumas pesquisas sociolinguísticas em Portugal e no Brasil. O trabalho foi pautado na Teoria Sociolinguística Variacionista, conforme os postulados de William Labov e Herzog, tendo em vista a bipolarização do PB o qual em um dos polos encontramos as variedades populares da língua que não apresentam a marca de plural em relação ao emprego da concordância verbal e, no outro polo, encontramos as variedades urbanas cultas, nas quais, em geral, são encontrados os maiores índices de aplicação da marca de número no sintagma verbal. Observamos, de acordo com a literatura aqui apresentada pelos pesquisadores e pelos dialetólogos, que as formas não padrão atingem principalmente as populações rurais interioranas e que essa é uma realidade que acontece desde o início da colonização no Brasil.

Em relação à metodologia, apoiamo-nos na análise quantitativa da pesquisa Sociolinguística Variacionista assim como algumas considerações de cunho qualitativo, partindo da descrição e análise das ocorrências nas quais esperamos encontrar a presença da marca de plural no sintagma verbal. A rodada de dados foi realizada por meio do programa estatístico *Goldvarb*.

Em relação ao nosso objeto de estudo – concordância verbal – conforme as hipóteses aventadas, constatamos, na presente pesquisa, que: (1) a ausência da marca de plural (ou marca zero) no PB está intimamente ligada ao meio rural, pois encontramos o maior número

de variação nas produções textuais dos informantes de procedência rural, fenômeno que se estende também à escrita dos alunos provenientes de bairros mais afastados da cidade, por serem esses bairros, geralmente, formados por moradores de origem rural; (2) embora a marca zero seja mais utilizada pelos falantes rurais, acreditamos que, futuramente, esses falantes possam adquirir a norma culta, na direção de uma estratificação social mais ampla, pois, em relação ao espectro da variação, evidenciamos uma variação em progresso, na direção da aquisição da norma de prestígio e 4) não obstante o nível de escolaridade dos alunos tenha motivado os índices de aplicação da marca explícita de plural, percebemos que o fator renda familiar se sobrepõe ao nível de escolaridade bem como aos demais fatores linguísticos e extralinguísticos analisados, levando-nos a crer que o acesso aos bens culturais (BOURDIEU, 1977) contribui para uma formação cultural e linguística do indivíduo superior à tendência alcançada pela grande massa.

Quanto à relevância deste estudo, pensamos que o conhecimento acerca dos processos sócio-históricos condicionadores do quadro de variação que evidenciamos no presente é de fundamental importância para a compreensão da língua em sua dinamicidade, sobretudo, no contexto escolar com relação ao ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.

Nesse sentido, procuramos não só analisar o fenômeno observado, mas também subsidiar os professores nas aulas de português, pois acreditamos que uma mudança de postura deva partir da escola, por ser nela que todos têm acesso ao ensino formal. Motivados por essa preocupação, elaboramos – fundamentados nos estudos, descrições e análises realizados – uma proposta de intervenção didática e realizamos a aplicação dessa proposta ao grupo de alunos do 6º e do 7º anos do Ensino Fundamental, participantes desta investigação.

Sabemos que, quando os conceitos e regras impostos pela norma padrão são supervalorizados pelos docentes em sala de aula, há o desfavorecimento da aprendizagem significativa dos alunos, pois, agindo dessa forma, o docente, muitas vezes, não os impulsiona para a adequação do seu vernáculo à norma culta. Por essa razão, procuramos mostrar, na proposta de intervenção, a importância de se valorizar os usos linguísticos no ensino de gramática, como forma de levar essa clientela, que não se enquadra nos padrões linguísticos que são preconizados na gramática tradicional, a conhecer e adquirir a modalidade culta da língua.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Amadeu. **O dialeto Caipira**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000004.pdf> Último acesso em: 20 de agosto de 2015.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia.** Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística (Parte I). In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à Linguística**: domínios e Fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001, p. 21-47.

ANDRÉ, Hildebrando A. **Gramática ilustrada**, 5 ed. São Paulo: Moderna, 1997.

ARAÚJO, Jonas Cardoso de; MARTINS, Marivaldo Prado. **Paternalismo ou política de domínio**: Estudo das cartas de alforria em Palmas de Monte Alto na segunda metade do século XIX. Monografia (Licenciatura Plena em História), Universidade do Estado da Bahia – Campus VI, Caetité, 2003.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana - BA:** sociolingüística e sócio-história do português brasileiro. 341p. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2014.

BARRETO, Mário. **Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Presença/INL-FCRB-MEC, 1980.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna:** a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. **Nós cheguemu na escola, e agora?** Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

_____. **Do campo para a cidade:** estudo sociolinguístico de migração e redes sociais. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. **Manual de sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

BOURDIEU, P. Cultural reproduction and social reproduction. In: KARABEL, I., HALSEY, A H. **Power and ideology in education**. New York: Oxford University, 1977. p. 487-511.

_____ . **La distinction**: critique sociale dujugement. Paris: Minuit, 1979.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. Trad. Marcos Marcionílio. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.

CEZÁRIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013, p. 141-153.

COSERIU, Eugênio. **Teoria da linguagem e linguística geral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Gramática do português contemporâneo**. 6 ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2013.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; BERNARD, Schneuwly. **Sequencias didáticas para o oral e a escrita**. Edições de Boeck, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira-** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FRANCHI. Carlos. ORG. ***Mas o que é mesmo "Gramatica"?***. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

GUIMARÃES, Maria Aparecida de Souza. **Variação na concordância nominal de número no português popular de Vitória da Conquista – BA**: contribuições para compreensão da sócio-história do português do Brasil. 118 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014.

GUY, Gregory. **Linguistic variation in brazilian portuguese:** aspects of the phonology, syntax and language history. 1981. 391 p. Tese (Doutorado em Lingüística) – University of Pennsylvania, Philadelphia.

_____; ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GRACIOSA, Diva Maria Dias. **Concordância verbal na fala culta carioca.** 99 p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

HORA, Dermeval (Org.). Teoria da Variação: trajetória de uma proposta. In: _____.**Estudos Sociolinguísticos:** perfil de uma comunidade. UFPB: João Pessoa, 2004, p. 13-28.

IBGE, Pesquisa sobre cidades: histórico do município de Palmas de Monte Alto, Bahia. IBGE, 2014. Disponível em: < http://cod.ibge.gov.br/K88>. Acesso em: 16. ago. 2015.

IBGE, Pesquisa sobre cidades: fotos do município de Palmas de Monte Alto, Bahia. IBGE, 2014. Disponível em: < http://cod.ibge.gov.br/45OEE>. Acesso em: 16 ago. 2015.

INAF BRASIL, 2001 a 2011. In: Instituto Paulo Montenegro. Disponível em: < http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx> Acesso em: 16 ago. 2015.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura.** Trad. Manuela P. dos Santos e Alexandre F. Morujão. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org). **Manual de linguística**. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013, p.127-139.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEMLE, Miriam; NARO, Anthony Julius. **Competências básicas do português.** Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e Fundação Ford, 1977.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

LOPES, Norma da Silva. **Concordância Nominal, contexto lingüístico e sociedade**. 2001. 407 p. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____; BAXTER, Alan Norman. A concordância verbal variável no português dos Tongas. **PAPIA**: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares. 21(1), p. 39-50, 2011. Disponível em: < http://www.revistas.fflch.usp.br/papia/article/view/1718> Acesso em: 11 Jul. 2015.

LUCCHESI, Dante. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira:** novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. 364 p. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Sistema, mudança e linguagem:** um percurso na história da lingüística moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto Alves. A concordância verbal. In: _____; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 331-370.

_____. **Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia**. UFBA, 2014. Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/home>. Acesso em 30 set. 2014.

MARROQUIM, Mário. **A língua do nordeste**: Alagoas e Pernambuco. 4 ed. Maceió: UFAL, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A articulação do sintagma nominal sujeito e do sintagma verbal: concordância. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas:** elementos para uma gramática do português arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

_____. **Caminhos da linguística histórica** – "ouvir o inaudível". São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Bahia, século XIX:** uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOLLICA, Maria Cecília. Concordância verbal. In: _____. **Da linguagem coloquial à escrita padrão**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003, p. 86-92.

_____. **Fala, letramento e inclusão social**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: _____; BRAGA, Maria Luiza (orgs). **Introdução à sociolinguística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2013, p. 9-14.

_____; BATISTA, Hadinei Ribeiro. Efeitos da *Web* nos estilos monitorados. In: _____; PATUSCO, Cynthia Aparecida Pereira. **Sujeitos em ambientes virtuais**: Fetschriften para Stella Maris Bortoni-Ricardo. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 67-85.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. **Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos.** 2001. Dissertação (Mestrado em Lingüística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001, p. 67-85.

_____; COELHO, Izete Lehmkuhl . Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: Paulino Vandresen. (Org.). **Variação e mudança no português falado na região sul**. Pelotas: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 2002, v. 01, p. 189-216.

_____. **Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE**, 228 p. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MONTE, Alexandre. **Concordância verbal e variação**: um estudo descritivo-comparativo do português brasileiro e do português europeu. 2012. 171p. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brasil.

MOURA, Waldemar Teixeira de. **História da formação e vida de Palmas de Monte Alto**. [s.l]: [s.n], 1987.

NARO, Anthony. **The social and structural dimensions of a syntactic change.** ***Language***, n. 57, v.1, p. 63-98, 1981.

_____; SHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza, (orgs). **Introdução à sociolinguística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2013, p. 15-25.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2 ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso na Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja:** da sesmaria ao minifúndio. Salvador: EDUFBA, 1998.

_____. **Uma comunidade sertaneja:** da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). 2 ed. revista e ampliada. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Relevância das variáveis linguísticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza, (orgs). **Introdução à sociolinguística:** o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2013, p. 67-71.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística I**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 11-24.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Retratos da leitura no Brasil, Instituto Pro-Livro. Disponível em: <http://prolivro.org.br/home/images/relatorios_boletins/3_ed_pesquisa_retratos_leitura_IPL.pdf>. Acesso em 17 jun. 2015.

RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. **A concordância verbal no português popular em São Paulo.** Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1987.

SILVA, Jorge Augusto Alves da; SANTOS, Danilo da Silva. Variação e mudança: Análise empírica da concordância verbal na terceira pessoa do plural (P6) em Vitória da Conquista – BA. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, v. 12, n. 2 p. 73-88, dezembro de 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 18 ed. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1993.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Paralelismo lingüístico. **Revista de estudos da linguagem.** Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG. V. 7, n.2, p. 29-59, jul/dez de 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. **A concordância verbal no português afro-brasileiro:** um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais da Bahia. 254 p. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

_____. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil:** um panorama sociolingüístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia. 323 p. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA; Joaquim Perfeito da; FERNANDES, Nardaniel Oliveira. Palmas de Monte Alto – Bahia: nota prévia sobre a arqueologia histórica do município. In: SILVA; Joaquim Perfeito da (org.). **Territórios e ambientes da Serra de Monte Alto**: região sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012, p. 139-151.

SOROCABA; SERVO, Thiago. As mina pira. In: **Homens e anjos**. CD 2013. Gravadora Som Livre. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/fernando-e-sorocaba/as-mina-pira.html#ixzz3gTCc3Omy>. Acesso em: 18 jul.2015.

WEINREICH, U; LABOV, W; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. **Concordância verbal:** variação em dialetos populares do norte fluminense. 163p. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995.

_____. Concordância verbal. In: _____; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo, (orgs). **Ensino de gramática, descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 85-92.

_____; FREIRE, Gilson Costa. Variação morfossintática e ensino de português. In: _____; MARTINS, Marco Antônio; TAVARES, Maria Alice (orgs.). **Ensino de Português e Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 81-114.

WOLFF, R. Paul. **Kant's theory of mental activity**: a commentary on the transcendental analytic of the Critique of Pure Reason. Gloucester, Mass: Peter Smith, 1973.

ANEXOS

A- Anexo 1: Questionário Socioeconômico

QUESTIONÀRIO SOCIOECONÔMICO

Nome: **RG:**

Série/Turma: **Data de preenchimento:_____/_____/2014**

Cidade onde mora: **Endereço onde mora:**

Nome da mãe ou responsável: **RG:**

1. Você é do seu sexo:
(A) Feminino. (B) Masculino.

2. Qual a sua idade?
(A) 09 a 11 anos (B) 12 a 14 anos
(C) 15 a 17 anos. (D) 18 anos.
(E) Acima de 18.

3. Onde e como você mora atualmente?
(A) Em casa ou apartamento, com minha família.
(B) Em casa ou apartamento, sozinho(a).
(C) Em quarto ou cômodo alugado, sozinho(a).
(D) Outra situação. Qual?_____

4. A casa onde você mora é: (Marque apenas uma resposta)
(A) Própria (B) Alugada (C) Cedida

5. Quem mora com você?
(A) Moro sozinho(a)
(B) Pai e/ou mãe e/ou irmãos(ãs)
(C) Esposo(a) / companheiro(a)
(D) Outros parentes, amigos(as) ou colegas
(E) Outra situação. Qual?_____

6. Quantas pessoas moram em sua casa?
(A) Duas. (B) Três. (C) Quatro.
(D) Cinco. (E) Mais de seis. (F) Moro sozinho(a).

7. Qual a situação conjugal de seus Pais:
(A) Casados (B) Viúvo(a)
(C) Separados. Neste caso você mora com quem?_____
(D) Outra. Qual?_____

8. Até quando seu pai estudou?
(A) Não estudou.
(B) Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).
(C) Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio).
(D) Ensino médio (antigo 2º grau) incompleto.
(E) Ensino médio completo.
(F) Ensino superior incompleto.
(G) Ensino superior completo.
(H) Pós-graduação.
(I) Não sei.

9. Até quando sua mãe estudou?
(A) Não estudou.
(B) Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental.
(C) Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental.
(D) Ensino médio incompleto.
(E) Ensino médio completo.
(F) Ensino superior incompleto.
(G) Ensino superior completo.
(H) Pós-graduação.
(I) Não sei.

10. Em que seu pai trabalha ou trabalhou na maior parte da vida?
(A) Na agricultura, no campo, em fazenda ou na pesca.
(B) Na indústria.
(C) Na construção civil.
(G) Trabalho fora de casa em atividades informais (pintor, eletricista, encanador, feirante, ambulante, guardador de carros, catador de lixo etc.).
(H) Trabalha em sua casa em serviços (alfaiataria, cozinha, aulas particulares, artesanato, carpintaria, marcenaria etc).
(I) Trabalhador doméstico em casa de outras pessoas (faxineiro, cozinheiro, mordomo, motorista particular, jardineiro, vigia, acompanhante de idosos/as etc.),
(J) No lar (sem remuneração).
(K) Outro._____
(L) Não trabalha.
(M) Não sei.

11. Em que sua mãe trabalha ou trabalhou na maior parte da vida?
(A) Na agricultura, no campo, na fazenda ou na pesca.
(B) Na indústria.
(C) Na construção civil.
(D) No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
(E) Como funcionária do governo federal, estadual ou municipal.
(F) Como profissional liberal, professora ou técnica de nível superior.
(G) Trabalho fora de casa em atividades informais (feirante, ambulante, guardadora de carros, catadora de lixo etc.).
(H) Trabalha em sua casa em serviços (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato etc).
(I) Como trabalhadora doméstica em casa de outras pessoas (cozinheira, arrumadeira, governanta, babá, lavadeira, faxineira, acompanhante de idosos/as etc.).
(J) No lar (sem remuneração).
(K) Outro._____
(L) Não trabalha.
(M) Não sei.

12. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar? *(Considere a renda de todos que moram na sua casa.)*
(A) Até 1 salário mínimo (até R$ 724,00).
(B) De 1 a 2 salários mínimos (de R$ 724,00 até R$ 1.448,00).
(C) De 2 a 5 salários mínimos (de R$ 1.448,00 até R$ 3.620,00).
(D) De 5 a 10 salários mínimos (de R$ 3.620,00 até R$ 7.240,00).
(E) De 10 a 15 salários mínimos (de R$ 7.240,00 até R$ 10.860,00).
(F) Nenhuma renda.

13. Em que tipo de escola você estudou antes de se matricular no CMETM?
(A) Somente em escola pública.
(B) Parte em escola pública e parte em escola particular.
(C) Somente em escola particular.
(D) Somente em escola de assentamento (MST) ou em escola situada em comunidade quilombola.
(E) Parte na escola de assentamento (MST) e parte em escola quilombola.
(F) Parte em escola situada em comunidade quilombola e parte em escola fora de área quilombola.
(G) Parte em escola situada escola de assentamento (MST) e parte em escola fora de área escola de assentamento (MST)

14. Por que você estuda no CMETM?
(A) Por oferecer um ensino gratuito.
(B) Por oferecer um ensino de qualidade.
(C) Por oferecer um estudo gratuito e de qualidade.
(D) Por influência da família e/ou colegas.

(D) No comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços.
(E) Funcionário público do governo federal, estadual ou municipal.
(F) Profissional liberal, professor ou técnico de nível superior.

15. Com que frequência você aplica os ensinamentos da escola no seu cotidiano?

	Frequentemente	Às Vezes	Nunca
Família	(A)	(B)	(C)
Lazer / esporte	(A)	(B)	(C)
Transporte Público	(A)	(B)	(C)
Espaços públicos (praças, ruas, etc)	(A)	(B)	(C)

16. Você já foi reprovado (perdeu de ano) alguma vez? (marque apenas uma resposta)
(A) Nunca.
(B) Sim, uma vez.
(C) Sim, duas vezes.
(D) Sim, três vezes ou mais.

17. Assinale a(s) atividade(s) ou o(s) curso(s) que você realiza ou realizou.

(A) Curso de língua estrangeira
(B) Curso de computação ou Informática
(C) Outros. Qual:_____

18. Quais manifestações culturais são de seu interesse?

(A) Dança (B) Música (C) Teatro (D) Nenhuma
(E) Cinema (F) Pintura (G) Outro(s)_____

19. Você é praticante de qual religião?
(A) Católica. (B) Protestante ou Evangélica.
(C) Espírita. (D) Umbanda ou Candomblé.
(E) Outra. (F) Nenhuma.

20. Você faz alguma atividade física, ou pratica algum esporte fora da escola?
(A) Sim Qual?_____ (B) Não

21. Qual o seu tipo de leitura preferida?
(A) Não tenho o hábito de ler (B) Romance (C) Aventura
(D) Religião (E) Ficção (F) Outra(s) _____

22. Em média quantos livros você lê por ano?
(A) Nenhum (B) 1 (C) 2 a 4 (D) 4 a 5 (E) acima de 5

23. Quantas horas você estuda diariamente (fora da escola)?
(A) Mais de 3 horas diárias
(B) 2 a 3 horas diárias
(C) Menos de 2 horas diárias
(D) Não tenho uma rotina diária de estudos.
(E) Estudo apenas em vésperas de avaliações.

24. Ao realizar os estudos em casa, você:
(A) Estuda sozinho(a)
(B) Éstuda acompanhado(a) pelo pai/ mãe ou responsável.
(C) Estuda acompanhado(a) pelo professor(a) de reforço escolar.
(D) Outro. Qual?_____

25. Como gasta seu tempo fora da escola?
(A) Gasto meu tempo em internet/redes sociais.
(B) Saio com os amigos, curto shows, shopping e outros.
(B) Uso o tempo para estudar.
(C) Pratico esporte e cumpro meus compromissos com a Escola.
(D) Tenho emprego remunerado e cumpro meus compromissos com a Escola.
(E) Depois dos compromissos com a Escola, faço leituras, pesquisas e no final de semana tenho lazer.
(F) Outro. Como?:_____

(E) Porque meus pais me obrigam.
(F) Outro. Qual?_____

26. Você acessa a internet em casa com qual finalidade:
(A) Não tenho internet em casa.
(B) Tenho internet, mas não uso.
(B) Uso para diversão acessando redes sociais, jogos, etc.
(C) Uso para estudar e fazer pesquisas de interesses gerais.
(D) Uso apenas para estudar
(E) Outro. Qual?_____

27. Qual o meio de transporte que você utiliza para ir ao colégio?
(A) Não utilizo transporte, vou a pé.
(B) Carro da família ou amigos
(C) Transporte particular
(D) Transporte público
(E) Bicicleta
(F) Motocicleta
(I) Outros _____

28.Quanto você se interessa pelos assuntos abaixo?

	Muito	**Pouco**	**Não me interesso**
Política.	(A)	(B)	(C)
Globalização.	(A)	(B)	(C)
Esportes.	(A)	(B)	(C)
Religião.	(A)	(B)	(C)
Meio ambiente, poluição etc.	(A)	(B)	(C)
Desigualdade social, pobreza, desemprego, miséria.	(A)	(B)	(C)
Artes, teatro, cinema, música.	(A)	(B)	(C)
A questão das drogas.	(A)	(B)	(C)
O acesso e a qualidade dos serviços públicos de saúde e educação.	(A)	(B)	(C)
Sexualidade (prazer, sexo seguro, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis etc.).	(A)	(B)	(C)
O racismo contra negros, indígenas, orientais, ciganos, judeus etc.	(A)	(B)	(C)
Discriminação e violência contra mulheres.	(A)	(B)	(C)
Discriminação e violência contra homossexuais / gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais.	(A)	(B)	(C)
Discriminação e violência contra crianças e adolescentes.	(A)	(B)	(C)
Discriminação e violência contra pessoas idosas.	(A)	(B)	(C)
Discriminação e violência contra pessoas com deficiência.	(A)	(B)	(C)

29. Você é morador(a) residente na cidade de Palmas de Monte Alto?
(A) Sim (B) Não

30. Há quanto tempo você reside na cidade de Palmas de Monte Alto?
(A) Há menos de 01 ano.
(B) De 01 a 02 anos.
(C) De 02 a 04 anos.
(D) De 04 a 06 anos.
(E) De 06 a 08 anos.
(F) De 08 a 10 anos.
(G) De 10 a 12 anos.
(H) Sempre morei na cidade de Palmas de Monte Alto

31. Você mora em uma localidade rural de Palmas de Monte Alto?
(A) Sim (B Não

32. Em que localidade rural você mora?
_____

B- Atividades utilizadas na constituição da amostra desta pesquisa.

Anexo 2: Primeira atividade

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura

Aluno:_____

Série/Turma: _____ Ano _____ Data: __/____/____

Profletr@s mestrado profissional

Produção de narrativa

2 filhos de Francisco é um filme brasileiro lançado em 2005, do gênero drama, dirigido por Breno Silveira e baseado na vida dos músicos Zezé di Camargo & Luciano. A partir desse filme e das discussões realizadas em sala de aula, escreva um texto narrativo recontando a história apresentada.

Para a construção do texto, considere os elementos da narrativa: narrador, personagens, enredo, espaço e tempo.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Anexo 3: Segunda atividade

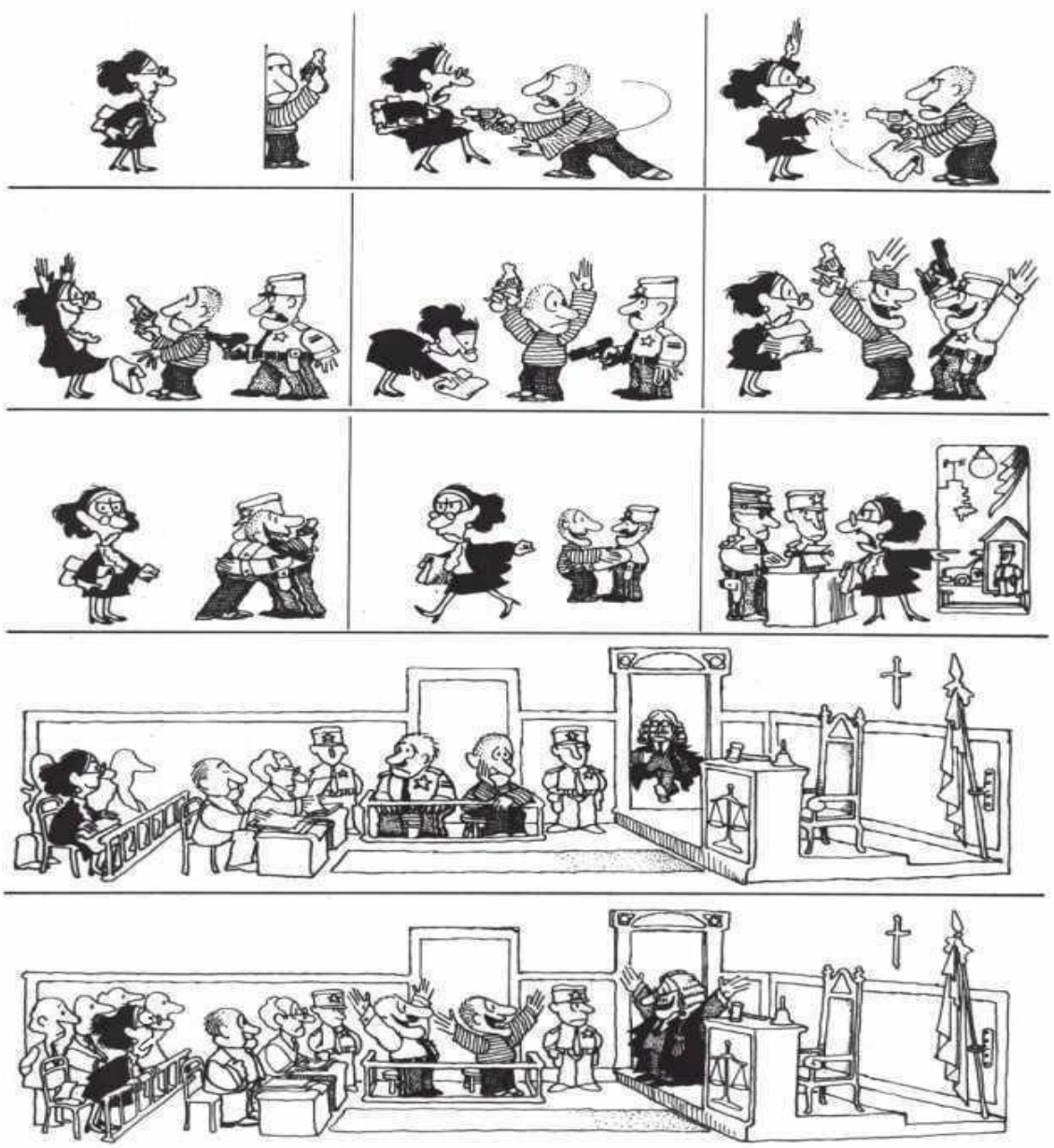
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura

Aluno:_____

Série/Turma: _____ Ano _____ Data: ____/____/____

Produção de texto narrativo



A partir das discussões anteriores escreva um texto narrativo com base nas imagens presentes na charge.

Anexo 4: Terceira atividade

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura

Aluno:_____

Série/Turma: _____ Ano _____ Data: ____/____/____

Profletras mestrado profissional

Com base na leitura das imagens do livro "Uma historia de amor", de Regina Coeli Rennó, escreva um texto narrativo recontando a história apresentada.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Anexo 5: Quarta atividade

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Colégio Municipal Eliza Teixeira de Moura

Aluno:_____

Série/Turma: _____ Ano _____ Data: ____/____/____

Produção de memórias literárias

Pense no lugar em que você mora: as pessoas (Como elas vivem, falam, se divertem?, Onde elas trabalham?); o lugar: cidade/comunidade (Como você descreveria essa cidade/ comunidade? O que tem de interessante nela? Qual a sua principal fonte de renda? Quantos habitantes ela possui?); festas tradicionais (Que eventos festivos acontecem durante o ano na cidade/comunidade? Como eles são organizados? Fale sobre cada um deles.); sua família: Que pessoas de sua família moram aqui/lá (pode generalizar, ex.: pais, irmãos, primos, tios, avós, outros?); outros detalhes/fatos importantes do lugar.

Planeje e escreva as memórias de sua cidade ou comunidade com um mínimo de 20 linhas. Após escrever seu texto, pense em um título que o resuma.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____